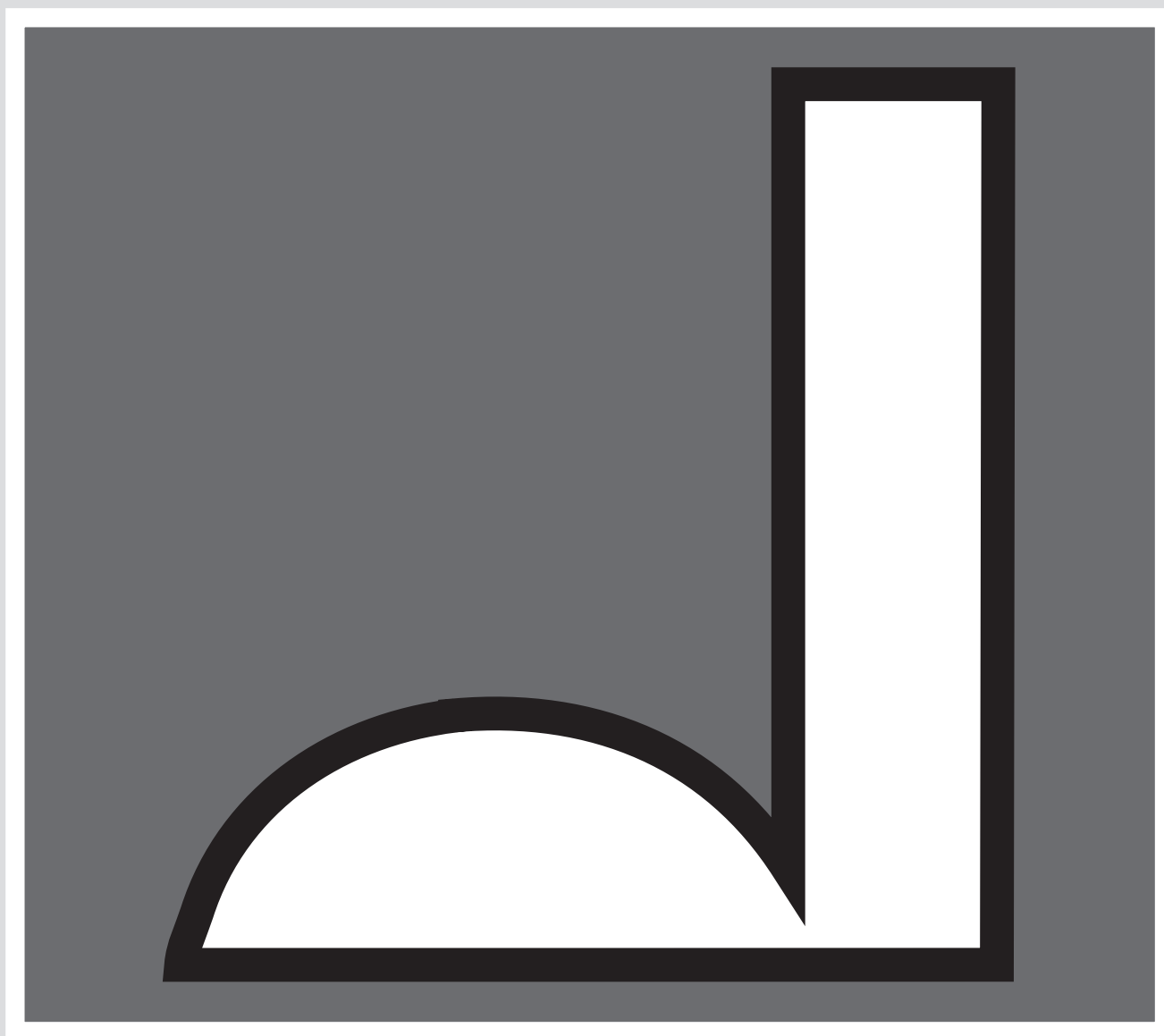




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 013 - SEXTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASILIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) ⁽³⁾ (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT	Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/ PSDB) – 31	LÍDER José Jorge – PFL Vice-Líderes Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006.

(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.

(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005 seu desligamento do PMDB e filiação ao Pc do B.

(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da tribuna, em 26.10.2005 que deixou de integrar o P-Sol.

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.272, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2006

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais) para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 268, de 2005, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.498.314.101,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – excesso de arrecadação, no valor de R\$ 999.075.807,00 (novecentos e noventa e nove milhões, setenta e cinco mil, oitocentos e sete reais), sendo:

a) R\$ 133.817.460,00 (cento e trinta e três milhões, oitocentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$ 22.570.693,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e noventa e três reais) de Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

c) R\$ 678.724.380,00 (seiscentos e setenta e oito milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta reais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas;

d) R\$ 141.908.497,00 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais) da Contribuição sobre Movimentação Financeira;

e) R\$ 17.534.777,00 (dezessete milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia;

f) R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) de Recursos Próprios Não-Financeiros; e

g) R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de Recursos Próprios Financeiros; e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 499.238.294,00 (quatrocentos e noventa e nove milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º A programação constante do Anexo I desta Lei observará em sua execução os valores autorizados para empenho e pagamento, em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 2 de fevereiro de 2006. – 185º da Independência e 118º da República, Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	G R P	M O D	J U	F T E	VALOR
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA								22.570.693
		ATIVIDADES						
12 363	1062 2C17	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						22.570.693
12 363	1062 2C17 0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0 112	22.570.693
TOTAL - FISCAL								22.570.693
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								22.570.693

UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1378 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO									73.585.422
		ATIVIDADES							
12 362	1378 2C16	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO MEDIO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							73.585.422
12 362	1378 2C16 0001	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO MEDIO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL EXEMPLAR DISTRIBUIDO (MILHAR) 6800	F	3	2	90	0	112	73.585.422
TOTAL - FISCAL									73.585.422
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									73.585.422

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA.ACAO.SUBTITULO.PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									4.010.000
		ATIVIDADES							
10 301	0750 2A03	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.210.000
10 301	0750 2A03 0033	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	90	0	151	2.210.000
10 122	0750 2A07	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.800.000
10 122	0750 2A07 0033	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	90	0	151	1.800.000
1201 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE									1.328.000
		PROJETOS							
10 571	1201 1D98	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.328.000
10 571	1201 1D98 0033	ESTRUTURACAO DE LABORATORIOS DE PESQUISAS BIOMEDICAS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	4	2	90	0	151	1.328.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.338.000
TOTAL - GERAL									5.338.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	U	F T E	VALOR
1220 ATENÇAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE									413.000
		ATIVIDADES							
10 302	1220 2C20	ATENÇAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							413.000
10 302	1220 2C20 0101	ATENÇAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS							413.000
			S	4	2	90	0	153	413.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									413.000
TOTAL - GERAL									413.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36209 - HOSPITAL FEMINA S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO-PRODUTO	F S D	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
1220 ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE									20.000
		ATIVIDADES							
10 302	1220 2C20	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000
10 302	1220 2C20 0101	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS							20.000
			S	3	2	90	0	280	20.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									20.000

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S.A.

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO:SUBTITULO:PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1220 ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE									4.500.000
		ATIVIDADES							
10 302	1220 2C20	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.500.000
10 302	1220 2C20 0101	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS							4.500.000
			S	3	2	90	0	250	3.500.000
			S	4	2	90	0	250	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.500.000
TOTAL - GERAL									4.500.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VAI OR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									17.010.278
		ATIVIDADES							
10 122	0750 2A07	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							17.010.278
10 122	0750 2A07 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							17.010.278
			S	3	2	90	0	150	1.460.000
			S	3	2	90	0	151	582.405
			S	3	2	90	0	174	12.967.873
			S	3	2	90	0	280	2.000.000
1289 VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS, SERVICOS E AMBIENTES									3.500.000
		ATIVIDADES							
10 304	1289 2C23	VIGILANCIA SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.090.000
10 304	1289 2C23 0001	VIGILANCIA SANITARIA EM PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							2.090.000
			S	3	2	90	0	174	2.090.000
10 304	1289 2C24	PESQUISAS EM VIGILANCIA SANITARIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.410.000
10 304	1289 2C24 0001	PESQUISAS EM VIGILANCIA SANITARIA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							1.410.000
			S	3	2	50	0	174	1.410.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.510.278
TOTAL - GERAL									20.510.278

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36213 - AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1185 ASSISTENCIA SUPLEMENTAR A SAUDE								6.102.000
		ATIVIDADES						
10 122	1185 2A02	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA (CREDITO EXTRAORDINARIO)						6.102.000
10 122	1185 2A02 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL						6.102.000
			S	3	2	90	0 174	6.102.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								6.102.000
TOTAL - GERAL								6.102.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									46.843.800
		ATIVIDADES							
10 301	0750 2A03	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO)							27.843.800
10 301	0750 2A03 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	S	3	2	90	0	151	27.843.800
10 122	0750 2A07	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							19.000.000
10 122	0750 2A07 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	S	3	2	90	0	151	19.000.000
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS									260.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 846	0901 0B27	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							260.000
28 846	0901 0B27 0001	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	S	3	1	90	0	151	260.000
1203 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSIVEIS									8.519.720
		PROJETOS							
10 305	1203 1D99	MODERNIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGISUS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.519.720
10 305	1203 1D99 0001	MODERNIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGISUS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	S	3	2	30	0	148	6.286.428
			S	3	2	40	0	148	2.233.292
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE									281.752.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 301	1214 0B28	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - (CREDITO EXTRAORDINARIO)							281.752.000
10 301	1214 0B28 0015	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	30	0	151	12.210.000
			S	3	1	40	0	151	6.000.000
10 301	1214 0B28 0016	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA A SAUDE DA FAMILIA - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	1	40	0	151	6.210.000
			S	3	1	30	0	151	2.019.000
10 301	1214 0B28 0017	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A	S	3	1	40	0	151	1.520.000
			S	3	1	40	0	151	499.000
									3.740.000

		PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	1	30	0	151	1.300.000
			S	3	1	40	0	151	2.440.000
10 301	1214 0B28 0021	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DO MARANHÃO	S	3	1	30	0	151	43.823.000
			S	3	1	40	0	151	10.000.000
10 301	1214 0B28 0022	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DO PIAUÍ	S	3	1	30	0	151	33.823.000
			S	3	1	40	0	151	25.545.000
10 301	1214 0B28 0023	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DO CEARÁ	S	3	1	30	0	151	2.691.934
			S	3	1	40	0	151	22.853.066
10 301	1214 0B28 0024	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	155	21.398.000
			S	3	1	40	0	151	17.396.000
			S	3	1	40	0	155	3.689.133
10 301	1214 0B28 0024	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	155	312.867
			S	3	1	40	0	151	17.660.000
10 301	1214 0B28 0025	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DA PARAÍBA	S	3	1	30	0	151	9.000.000
			S	3	1	40	0	151	8.660.000
10 301	1214 0B28 0026	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	30	0	151	24.836.000
			S	3	1	40	0	151	17.300.000
10 301	1214 0B28 0026	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	30	0	151	7.536.000
			S	3	1	40	0	151	24.107.000
10 301	1214 0B28 0027	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	30	0	155	18.000.000
			S	3	1	40	0	155	6.107.000
10 301	1214 0B28 0027	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	30	0	155	18.322.000
			S	3	1	40	0	151	9.460.000
10 301	1214 0B28 0028	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	30	0	151	8.862.000
			S	3	1	40	0	151	6.435.000
10 301	1214 0B28 0029	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	30	0	151	4.000.000
			S	3	1	40	0	151	2.435.000
10 301	1214 0B28 0029	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	30	0	151	49.185.000
			S	3	1	40	0	151	27.775.000
10 301	1214 0B28 0031	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	30	0	155	21.410.000
			S	3	1	40	0	155	27.378.000
10 301	1214 0B28 0032	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	S	3	1	30	0	151	27.378.000
			S	3	1	40	0	151	3.350.000
10 301	1214 0B28 0054	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	151	1.200.000
			S	3	1	40	0	151	2.150.000
			S	3	1	30	0	151	1.744.000
			S	3	1	40	0	151	600.000
			S	3	1	40	0	151	1.144.000
1216 ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE									28.555.000

		ATIVIDADES							
10 302	1216 2C25	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)							28.555.000
10 302	1216 2C25 0001	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - NACIONAL							5.000.000
			S	3	2	90	0	151	2.000.000
			S	4	2	90	0	151	3.000.000

		(CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO CEARA	S	3	1	90	0	151	32.323.000
10 302	1220 2C26 0024	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	90	0	151	12.303.000
10 302	1220 2C26 0025	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	1	90	0	151	22.363.000
10 302	1220 2C26 0026	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	90	0	151	67.714.000
10 302	1220 2C26 0027	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	90	0	155	2.382.000
10 302	1220 2C26 0028	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	90	0	155	16.437.518
10 302	1220 2C26 0031	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	90	0	155	48.894.482
10 302	1220 2C26 0032	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	1	90	0	151	11.002.000
10 302	1220 2C26 0033	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	90	0	151	14.670.000
10 302	1220 2C26 0035	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	1	90	0	151	87.477.000
10 302	1220 2C26 0041	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	90	0	153	27.983.185
10 302	1220 2C26 0042	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	90	0	153	15.228.100
10 302	1220 2C26 0043	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	90	0	155	44.265.715
10 302	1220 2C26 0051	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	90	0	151	3.708.000
10 302	1220 2C26 0052	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	90	0	151	3.708.000
10 302	1220 2C26 0053	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	90	0	151	150.965.590
			S	3	1	90	0	151	124.990.590
			S	3	1	90	0	153	25.975.000
			S	3	1	90	0	155	21.773.000
			S	3	1	90	0	153	21.773.000
			S	3	1	90	0	151	24.306.000
			S	3	1	90	0	153	9.473.000
			S	3	1	90	0	153	6.464.000
			S	3	1	90	0	155	8.369.000
			S	3	1	90	0	151	17.722.000
			S	3	1	90	0	151	17.722.000
			S	3	1	90	0	151	30.589.000
			S	3	1	90	0	151	30.589.000
			S	3	1	90	0	151	25.718.000
			S	3	1	90	0	151	27.701.000
			S	3	1	90	0	151	27.701.000
			S	3	1	90	0	151	7.459.000

10 302	1220 2C26 0054	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	90	0	151	194.000
			S	3	1	90	0	155	7.265.000
									17.792.000
			S	3	1	90	0	151	17.792.000
10 302	1220 2C27	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							60.767.000
10 302	1220 2C27 0001	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							513.000
			S	3	1	90	0	151	513.000
10 302	1220 2C27 0017	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE TOCANTINS							27.538.000
			S	3	1	90	0	151	27.538.000
10 302	1220 2C27 0032	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS NAO-HABILITADOS EM GESTAO PLENA AVANÇADA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							32.716.000
			S	3	1	90	0	151	32.716.000
1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS									129.432.000
OPERACOES ESPECIAIS									
10 303	1293 0B29	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							370.000
10 303	1293 0B29 0025	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DA PARAIBA							370.000
			S	3	1	30	0	151	370.000
ATIVIDADES									
10 303	1293 2C28	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							129.062.000
10 303	1293 2C28 0014	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE RORAIMA							542.000
			S	3	1	30	0	151	542.000
10 303	1293 2C28 0017	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE TOCANTINS							1.564.000
			S	3	1	30	0	151	1.564.000
10 303	1293 2C28 0023	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO CEARA							1.444.000
			S	3	1	30	0	151	1.444.000
10 303	1293 2C28 0025	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DA PARAIBA							2.200.000
			S	3	1	30	0	151	2.200.000
10 303	1293 2C28 0032	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							4.090.000
			S	3	1	30	0	151	4.090.000
10 303	1293 2C28 0033	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							16.593.000
			S	3	1	30	0	151	10.771.000
			S	3	1	30	0	153	4.413.000
			S	3	1	30	0	155	1.409.000
10 303	1293 2C28 0035	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE SAO PAULO							100.580.000
			S	3	1	30	0	151	100.580.000
10 303	1293 2C28 0042	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							1.073.000
			S	3	1	30	0	151	1.073.000

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-CAO-SUBTITULO PRODUTO	E S F	C N D	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1376 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL									9.585.422
		ATIVIDADES							
12 361	1376 4046	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL							9.585.422
12 361	1376 4046 0001	DISTRIBUICAO DE LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL - NACIONAL							9.585.422
			F	3	2	90	0	112	9.585.422
TOTAL - FISCAL									9.585.422
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.585.422

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									1.800.000
		ATIVIDADES							
10 365	0750 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							200.000
10 365	0750 2010 0033	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							200.000
			S	3	2	90	0	151	200.000
10 306	0750 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.600.000
10 306	0750 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							1.600.000
			S	3	1	90	0	151	1.600.000
1201 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE									3.000.000
		PROJETOS							
10 572	1201 7676	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAUDE							3.000.000
10 572	1201 7676 0033	CONSTRUCAO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAUDE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							3.000.000
			S	4	2	90	0	151	3.000.000
1216 ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE									252.400
		PROJETOS							
10 571	1216 11PG	REFORMA E AMPLIACAO DO INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA							252.400
10 571	1216 11PG 0001	REFORMA E AMPLIACAO DO INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA - NACIONAL							252.400
			S	4	2	90	0	153	252.400
1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS									1.328.000
		PROJETOS							
10 572	1293 7680	CONSTRUCAO DE PLANTA-PILOTO DE IMUNOBIOLOGICOS							1.328.000
10 572	1293 7680 0001	CONSTRUCAO DE PLANTA-PILOTO DE IMUNOBIOLOGICOS - NACIONAL							1.328.000
			S	4	2	90	0	151	1.328.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.380.400
TOTAL - GERAL									6.380.400

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A.

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1220 ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE									413.000
		ATIVIDADES							
10 302	1220 6217	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL							413.000
10 302	1220 6217 0111	ATENCAO A SAUDE NOS HOSPITAIS DA REDE PUBLICA FEDERAL - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS	S	3	2	90	0	153	413.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									413.000
TOTAL - GERAL									413.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0016 GESTAO DA POLITICA DE SAUDE									4.203.600
		ATIVIDADES							
10 128	0016 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							86.400
10 128	0016 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	S	3	2	90	0	151	86.400
10 126	0016 6881	MODERNIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMACAO DA FUNASA							4.117.200
10 126	0016 6881 0001	MODERNIZACAO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMACAO DA FUNASA - NACIONAL	S	4	2	90	0	153	4.117.200
0122 SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO									5.301.100
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 512	0122 0798	APOIO AO CONTROLE DE QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO							3.990.000
10 512	0122 0798 0001	APOIO AO CONTROLE DE QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO - NACIONAL	S	3	2	90	0	153	3.990.000
			S	4	2	40	0	153	2.000.000
10 512	0122 0800	APOIO A GESTAO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 30.000 HABITANTES							649.000
10 512	0122 0800 0001	APOIO A GESTAO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS DE ATÉ 30.000 HABITANTES - NACIONAL	S	4	2	40	0	151	649.000
		ATIVIDADES							

10 541	0122 6908	FOMENTO A EDUCACAO EM SAUDE VOLTADA PARA O SANEAMENTO AMBIENTAL										662.100
10 541	0122 6908 0001	FOMENTO A EDUCACAO EM SAUDE VOLTADA PARA O SANEAMENTO AMBIENTAL - NACIONAL										662.100
			S	3	2	90	0	153				662.100
0150 IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS												940.800
		PROJETOS										
10 302	0150 3869	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULACAO INDIGENA										860.600
10 302	0150 3869 0001	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE SAUDE PARA ATENDIMENTO A POPULACAO INDIGENA - NACIONAL										860.600
			S	3	2	90	0	151				600.000
			S	4	2	90	0	153				260.600
		ATIVIDADES										
10 131	0150 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA										80.200
10 131	0150 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL										80.200
			S	3	2	90	0	153				80.200
0750 APOIO ADMINISTRATIVO												6.100.000
		ATIVIDADES										
10 306	0750 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS										6.100.000
10 306	0750 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL										6.100.000
			S	3	1	90	0	151				6.100.000
1138 DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL												6.000.000
		PROJETOS										
10 512	1138 3883	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SERVICOS DE DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL PARA PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA										6.000.000
10 512	1138 3883 0001	IMPLANTACAO E MELHORIA DE SERVICOS DE DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL PARA PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA - NACIONAL										6.000.000
			S	4	2	40	0	153				6.000.000
1203 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E CONTROLE DE DOENCAS TRANSMISSIVEIS												8.091.535
		PROJETOS										
10 305	1203 3994	MODERNIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGISUS										8.091.535
10 305	1203 3994 0001	MODERNIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGISUS - NACIONAL										8.091.535
			S	3	2	50	1	151				5.000.000
			S	3	2	90	0	148				591.535
			S	3	2	90	1	151				2.500.000
1287 SANEAMENTO RURAL												501.000
		ATIVIDADES										
10 122	1287 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA										383.000
10 122	1287 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL										383.000
			S	3	2	90	0	151				383.000
10 131	1287 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA										118.000
10 131	1287 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL										118.000
			S	3	2	90	0	153				118.000
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												31.138.035
TOTAL - GERAL												31.138.035

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36212 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0016 GESTAO DA POLITICA DE SAUDE									570.000
		ATIVIDADES							
10 128	0016 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							570.000
10 128	0016 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL							570.000
			S	3	2	90	0	174	570.000
1289 VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS, SERVICOS E AMBIENTES									8.507.501
		ATIVIDADES							
10 131	1289 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA							1.900.000
10 131	1289 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL							1.900.000
			S	3	2	90	0	174	1.900.000
		PROJETOS							
10 122	1289 7694	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA							6.607.501
10 122	1289 7694 0053	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - NO DISTRITO FEDERAL							6.607.501
			S	4	2	50	0	151	582.405
			S	4	2	90	0	150	1.460.000
			S	4	2	90	0	174	2.565.096
			S	4	2	90	0	280	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.077.501
TOTAL - GERAL									9.077.501

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

[illegible]

10 305	1203 0829 0025	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	1	40	0	155	354.406 484.505
10 305	1203 0829 0026	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	30	0	153	484.505 55.923
10 305	1203 0829 0031	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	30	0	151	55.923 1.814.326
10 305	1203 0829 0032	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	1	30	0	151	1.814.326 263.707
10 305	1203 0829 0033	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	30	0	153	263.707 4.225.457
10 305	1203 0829 0035	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	1	30	0	151	4.225.457 4.162.570
10 305	1203 0829 0041	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	30	0	155	4.162.570 839.677
10 305	1203 0829 0042	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	30	0	151	839.677 726.007
10 305	1203 0829 0043	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	153	726.007 2.164.210
10 305	1203 0829 0052	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	30	0	155	2.164.210 721.681
10 305	1203 0829 0053	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS CERTIFICADOS PARA A EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	155	721.681 1.397.872
		PROJETOS	S	3	1	30	0	155	1.397.872
10 305	1203 3994	MODERNIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGISUS							20.333.253
10 305	1203 3994 0001	MODERNIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE - VIGISUS - NACIONAL	S	3	2	80	1	155	4.442.183
			S	3	2	90	1	153	34.700
			S	4	2	90	0	148	7.928.185
			S	4	2	90	1	153	4.190.000
			S	4	2	90	1	155	3.738.185
		ATIVIDADES							
10 305	1203 6160	CONTROLE DE SURTOS, EPIDEMIAS, CALAMIDADES PUBLICAS E EMERGENCIAS EPIDEMIOLOGICAS							649.570
10 305	1203 6160 0001	CONTROLE DE SURTOS, EPIDEMIAS, CALAMIDADES PUBLICAS E EMERGENCIAS EPIDEMIOLOGICAS - NACIONAL	S	3	2	90	0	155	550.000
			S	4	2	90	0	153	99.570
10 305	1203 8543	VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DAS HEPATITES VIRAIS							761.600
10 305	1203 8543 0001	VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DAS HEPATITES VIRAIS - NACIONAL	S	3	2	90	0	151	311.600
			S	4	2	90	0	153	450.000
1214 ATENCAO BASICA EM SAUDE									120.472.000
		OPERACOES ESPECIAIS							

10 301	1214 0442	INCENTIVO FINANCEIRO PARA A EXPANSÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 100 MIL HABITANTES								6.000.000
10 301	1214 0442 0001	INCENTIVO FINANCEIRO PARA A EXPANSÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 100 MIL HABITANTES - NACIONAL	S	3	1	30	0	148		6.000.000
10 301	1214 0589	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA								21.752.000
10 301	1214 0589 0011	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DE RONDÔNIA	S	3	1	40	0	153		1.599.000
10 301	1214 0589 0014	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	40	0	153		1.599.000 1.678.000
10 301	1214 0589 0033	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	40	0	153		1.678.000 935.000
10 301	1214 0589 0035	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	1	40	0	155		935.000 1.370.000
10 301	1214 0589 0053	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	40	0	153		1.370.000 16.170.000
		ATIVIDADES	S	3	1	30	0	153		16.170.000
10 122	1214 2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA								220.000
10 122	1214 2272 0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	80	0	155		220.000 220.000
10 301	1214 6150	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA								1.000.000
10 301	1214 6150 0001	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA - NACIONAL	S	3	2	40	0	155		1.000.000
			S	4	2	50	0	155		530.000 470.000
10 301	1214 6838	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL								90.000.000
10 301	1214 6838 0001	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL - NACIONAL	S	3	2	40	0	151		90.000.000 90.000.000
10 301	1214 8575	PREVENÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE DAS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS								1.500.000
10 301	1214 8575 0001	PREVENÇÃO E DETECÇÃO PRECOCE DAS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS - NACIONAL	S	3	2	40	0	153		1.500.000 1.500.000
1215 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL										891.100
		ATIVIDADES								
10 122	1215 2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA								186.100
10 122	1215 2272 0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	80	0	151		186.100 186.100
10 306	1215 8519	MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA								705.000
10 306	1215 8519 0001	MONITORAMENTO DA SITUAÇÃO NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA - NACIONAL	S	3	2	30	0	153		705.000 705.000
1216 ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE										3.767.000
		ATIVIDADES								
10 122	1216 2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA								439.000
10 122	1216 2272 0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	80	0	155		439.000 439.000
10 302	1216 8265	IMPLEMENTAÇÃO DA ATENÇÃO DOMICILIAR E DE OUTRAS MODALIDADES ALTERNATIVAS A INTERNAÇÃO HOSPITALAR								128.000
10 302	1216 8265 0001	IMPLEMENTAÇÃO DA ATENÇÃO DOMICILIAR E DE OUTRAS MODALIDADES ALTERNATIVAS A INTERNAÇÃO HOSPITALAR - NACIONAL	S	3	2	90	0	153		128.000 128.000
10 302	1216 8535	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE								3.000.000
10 302	1216 8535 0035	ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	2	30	0	151		3.000.000 3.000.000
10 302	1216 8583	SERVIÇOS DE REFERÊNCIA EM SAÚDE INTEGRADOS A REDE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA								200.000
10 302	1216 8583 0001	SERVIÇOS DE REFERÊNCIA EM SAÚDE INTEGRADOS A REDE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - NACIONAL	S	3	2	90	0	153		200.000 200.000
1218 DOAÇÃO, CAPTAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS										884.500

		ATIVIDADES								
10 302	1218 6158	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES								400.000
10 302	1218 6158 0001	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES - NACIONAL	S	4	2	90	0	151		400.000
		PROJETOS								
10 126	1218 7668	IMPLANTACAO DE REDE DE INFORMACOES EM TRANSPLANTES								424.500
10 126	1218 7668 0001	IMPLANTACAO DE REDE DE INFORMACOES EM TRANSPLANTES - NACIONAL	S	4	2	90	0	155		424.500
		ATIVIDADES								
10 571	1218 8595	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS NA AREA DE TRANSPLANTES								60.000
10 571	1218 8595 0001	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS NA AREA DE TRANSPLANTES - NACIONAL	S	3	2	50	0	153		60.000

1220 ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE**70.684.000**

		ATIVIDADES								
10 302	1220 6839	REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DE PROCEDIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAUDE NO SISTEMA UNICO DE SAUDE								16.600.000
10 302	1220 6839 0001	REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DE PROCEDIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAUDE NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - NACIONAL	S	3	2	90	0	151		16.600.000
10 302	1220 8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA								54.084.000
10 302	1220 8585 0014	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	30	0	153		241.000
10 302	1220 8585 0015	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	40	0	155		29.997.000
10 302	1220 8585 0021	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DO MARANHÃO	S	3	1	40	0	151		2.382.000
10 302	1220 8585 0029	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTAO PLENA/AVANÇADA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	30	0	155		2.382.000

1289 VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS, SERVICOS E AMBIENTES**20.000.000**

		OPERACOES ESPECIAIS								
10 304	1289 0852	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA								10.000.000
10 304	1289 0852 0011	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	1	30	0	151		23.000
10 304	1289 0852 0012	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	30	0	153		23.000
10 304	1289 0852 0013	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	1	30	0	151		23.000
10 304	1289 0852 0014	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	30	0	153		187.000
10 304	1289 0852 0015	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	30	0	155		23.000
10 304	1289 0852 0016	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	1	30	0	155		378.000
10 304	1289 0852 0017	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA	S	3	1	30	0	155		23.000

		SANITARIA - NO ESTADO DE TOCANTINS											
10 304	1289 0852 0021	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	1	30	0	155				23.000	383.000
10 304	1289 0852 0022	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	30	0	151				383.000	169.000
10 304	1289 0852 0023	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO CEARA	S	3	1	30	0	155				169.000	459.000
10 304	1289 0852 0024	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	153				459.000	168.000
10 304	1289 0852 0025	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	1	30	0	155				168.000	201.000
10 304	1289 0852 0026	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	30	0	151				201.000	473.000
10 304	1289 0852 0027	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	30	0	151				473.000	165.000
10 304	1289 0852 0028	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	30	0	155				165.000	28.000
10 304	1289 0852 0029	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	30	0	155				28.000	709.000
10 304	1289 0852 0031	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	30	0	154				709.000	1.085.000
10 304	1289 0852 0032	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	1	30	0	151				1.085.000	483.000
10 304	1289 0852 0033	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	40	0	155				483.000	648.000
10 304	1289 0852 0035	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	1	30	0	151				648.000	2.306.000
10 304	1289 0852 0041	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO PARANA	S	3	1	30	0	153				2.306.000	539.000
10 304	1289 0852 0042	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	30	0	153				539.000	275.000

10 304	1289 0852 0043	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	151	275.000 610.000
10 304	1289 0852 0051	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	30	0	153	610.000 146.000
10 304	1289 0852 0052	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	1	30	0	151	146.000 321.000
10 304	1289 0852 0053	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	153	321.000 78.000
10 304	1289 0852 0054	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA EXECUCAO DE ACOES DE MEDIO E ALTO RISCO SANITARIO INSERIDOS NA PROGRAMACAO PACTUADA DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	155	78.000 74.000
10 304	1289 0990	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA	S	3	1	30	0	155	74.000 10.000.000
10 304	1289 0990 0011	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	1	40	0	155	76.000 48.000
10 304	1289 0990 0012	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	40	0	155	76.000 48.000
10 304	1289 0990 0013	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	1	40	0	151	48.000 167.000
10 304	1289 0990 0014	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	1	40	0	155	167.000 21.000
10 304	1289 0990 0015	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	40	0	153	21.000 420.000
10 304	1289 0990 0016	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	1	40	0	155	420.000 40.000
10 304	1289 0990 0017	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	1	40	0	151	40.000 78.000
10 304	1289 0990 0021	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO MARANHÃO	S	3	1	40	0	153	78.000 339.000
10 304	1289 0990 0022	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	40	0	151	339.000 180.000
10 304	1289 0990 0023	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO CEARA	S	3	1	40	0	153	180.000 398.000
10 304	1289 0990 0024	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA PARA ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	40	0	151	398.000 154.000
			S	3	1	40	0	151	154.000

10 304	1289 0990 0025	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DA PARAÍBA	S	3	1	40	0	151	215.000
10 304	1289 0990 0026	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	40	0	153	215.000 456.000
10 304	1289 0990 0027	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	40	0	155	456.000 146.000
10 304	1289 0990 0028	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	40	0	155	146.000 97.000
10 304	1289 0990 0029	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	40	0	155	97.000 665.000
10 304	1289 0990 0031	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	40	0	153	665.000 1.091.000
10 304	1289 0990 0032	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	S	3	1	40	0	153	1.091.000 210.000
10 304	1289 0990 0033	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	40	0	155	210.000 741.000
10 304	1289 0990 0035	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	1	40	0	151	741.000 2.164.000
10 304	1289 0990 0041	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DO PARANÁ	S	3	1	40	0	153	2.164.000 629.000
10 304	1289 0990 0042	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	40	0	151	629.000 284.000
10 304	1289 0990 0043	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	40	0	151	284.000 621.000
10 304	1289 0990 0051	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	40	0	153	621.000 162.000
10 304	1289 0990 0052	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DE GOIÁS	S	3	1	40	0	151	162.000 313.000
10 304	1289 0990 0053	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	40	0	153	313.000 146.000
10 304	1289 0990 0054	INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS E AO DISTRITO FEDERAL HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	153	146.000 139.000
			S	3	1	40	0	155	139.000

1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE**4.650.425**

		ATIVIDADES							
10 122	1291 2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA							90.000
10 122	1291 2272 0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0	151	90.000 90.000

10 126	1291 6205	REDE NACIONAL DE INFORMACOES EM SANGUE E HEMODERIVADOS								500.000
10 126	1291 6205 0001	REDE NACIONAL DE INFORMACOES EM SANGUE E HEMODERIVADOS - NACIONAL	S	3	2	90	0	155		500.000
			S	4	2	90	0	155		135.000
										365.000
10 128	1291 6216	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM SERVICOS DE HEMOTERAPIA								336.425
10 128	1291 6216 0001	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS EM SERVICOS DE HEMOTERAPIA - NACIONAL	S	3	2	90	0	155		336.425
										336.425
		PROJETOS								
10 303	1291 7690	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA								3.724.000
10 303	1291 7690 0001	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NACIONAL	S	3	2	30	0	153		1.782.000
			S	4	2	30	0	153		614.000
10 303	1291 7690 0016	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DO AMAPA								1.168.000
			S	4	2	30	0	153		425.000
10 303	1291 7690 0029	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DA BAHIA								425.000
			S	3	2	30	0	153		263.000
10 303	1291 7690 0035	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DE SAO PAULO								263.000
			S	3	2	30	0	155		613.000
			S	4	2	30	0	155		154.000
10 303	1291 7690 0043	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								459.000
			S	4	2	30	0	153		443.000
10 303	1291 7690 0052	ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA - NO ESTADO DE GOIAS								443.000
			S	3	2	30	0	153		198.000
										198.000

1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS**62.426.000**

		OPERACOES ESPECIAIS								
10 303	1293 0593	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA								53.350.000
10 303	1293 0593 0011	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	1	30	0	155		520.000
			S	3	1	40	0	155		157.338
10 303	1293 0593 0012	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO ACRE								362.662
			S	3	1	40	0	155		250.000
10 303	1293 0593 0013	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO AMAZONAS								250.000
			S	3	1	40	0	151		1.310.000
10 303	1293 0593 0014	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE RORAIMA								90.000
			S	3	1	30	0	155		35.612
			S	3	1	40	0	155		54.388
10 303	1293 0593 0015	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO PARA								2.720.000
			S	3	1	40	0	153		2.720.000
										210.000
10 303	1293 0593 0016	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO AMAPA								210.000
			S	3	1	40	0	155		210.000
10 303	1293 0593 0017	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DE TOCANTINS								490.000
			S	3	1	40	0	151		490.000
10 303	1293 0593 0021	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAVEL DO PISO DE ATENCAO BASICA - PAB PARA ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - NO ESTADO DO MARANHAO								1.300.000
			S	3	1	30	0	153		1.134.832
			S	3	1	40	0	153		165.168

10 303	1293 0593 0022	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO PIAUÍ								340.000
10 303	1293 0593 0023	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO CEARÁ	S	3	1	40	0	151		340.000 870.000
10 303	1293 0593 0024	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	40	0	151		870.000 90.000
10 303	1293 0593 0026	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	40	0	155		90.000 1.000.000
10 303	1293 0593 0027	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	1	30	0	153		1.000.000 600.000
10 303	1293 0593 0028	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	40	0	151		600.000 390.000
10 303	1293 0593 0029	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	1	40	0	155		390.000 590.000
10 303	1293 0593 0031	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	1	40	0	153		590.000 5.440.000
10 303	1293 0593 0032	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	S	3	1	40	0	151		5.440.000 1.300.000
10 303	1293 0593 0033	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	1	40	0	155		1.300.000 5.640.000
10 303	1293 0593 0035	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DE SÃO PAULO	S	3	1	30	0	153		1.734.649 3.905.351 15.450.000
10 303	1293 0593 0041	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO PARANÁ	S	3	1	40	0	153		15.450.000 3.830.000
10 303	1293 0593 0042	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	1	40	0	151		3.830.000 2.210.000
10 303	1293 0593 0043	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	1	30	0	155		2.210.000 4.010.000
10 303	1293 0593 0051	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	1	40	0	153		4.010.000 1.090.000
10 303	1293 0593 0052	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO DE GOIÁS	S	3	1	30	0	151		310.132 779.868 2.200.000
10 303	1293 0593 0053	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	153		628.278 1.571.722 880.000
10 303	1293 0593 0054	INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIÁVEL DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB PARA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA - NO ESTADO	S	3	1	30	0	155		880.000 530.000

		DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	1	30	0	151	245.374
			S	3	1	40	0	151	284.626
		ATIVIDADES							
10 303	1293 4705	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS							9.076.000
10 303	1293 4705 0012	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO ACRE							1.781.000
10 303	1293 4705 0013	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	1	30	0	151	1.781.000
10 303	1293 4705 0015	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	30	0	153	1.036.000
10 303	1293 4705 0021	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	1	30	0	153	1.360.000
10 303	1293 4705 0024	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	30	0	151	1.473.000
10 303	1293 4705 0028	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	30	0	153	1.883.000
10 303	1293 4705 0053	ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS - NO DISTRITO FEDERAL	S	3	1	30	0	153	134.000
			S	3	1	30	0	155	1.409.000

1300 INVESTIMENTO PARA HUMANIZACAO E AMPLIACAO DO ACESSO A ATENCAO A SAUDE 4.824.000

		ATIVIDADES							
10 183	1300 6152	CARTAO NACIONAL DE SAUDE							3.690.900
10 183	1300 6152 0001	CARTAO NACIONAL DE SAUDE - NACIONAL	S	3	2	30	0	155	3.690.900
			S	3	2	40	0	155	63.400
			S	3	2	90	0	155	1.062.600
			S	4	2	40	0	155	1.124.400
10 183	1300 6153	CADASTRO NACIONAL DE PROFISSIONAIS E ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAUDE							1.440.500
10 183	1300 6153 0001	CADASTRO NACIONAL DE PROFISSIONAIS E ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAUDE - NACIONAL	S	3	2	90	0	151	1.000.000
		PROJETOS							
10 122	1300 7666	INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAUDE - QUALISUS							1.000.000
10 122	1300 7666 0001	INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAUDE - QUALISUS - NACIONAL	S	3	2	90	0	155	34.000
		ATIVIDADES							
10 122	1300 8627	FOMENTO A PROJETOS DE MELHORIA DA GESTAO E HUMANIZACAO DOS SERVICOS DE SAUDE							34.000
10 122	1300 8627 0001	FOMENTO A PROJETOS DE MELHORIA DA GESTAO E HUMANIZACAO DOS SERVICOS DE SAUDE - NACIONAL	S	3	2	80	0	155	99.100

1303 ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO EM SITUACOES DE URGENCIAS, VIOLENCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS 1.150.000

		OPERACOES ESPECIAIS							
10 302	1303 0816	APOIO A CENTROS COLABORADORES PARA A ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS EM SITUACOES DE VIOLENCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS							1.150.000
10 302	1303 0816 0001	APOIO A CENTROS COLABORADORES PARA A ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS EM SITUACOES DE VIOLENCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS - NACIONAL							1.150.000

			S	3	2	40	0	155	300.000
			S	4	2	30	0	155	400.000
			S	4	2	40	0	155	450.000
1307 CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINACAO DA HANSENIASE									1.285.800
		ATIVIDADES							
10 122	1307 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							1.285.800
10 122	1307 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0	155	1.285.800
									1.285.800
1308 VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA E DA DENGUE									500.000
		ATIVIDADES							
10 122	1308 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							500.000
10 122	1308 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0	155	500.000
									500.000
SAUDE									
1311 EDUCACAO PERMANENTE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL NO SISTEMA UNICO DE									26.845.500
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 845	1311 0847	APOIO A CAPACITACAO DE FORMULADORES DE POLITICAS EM AREAS TECNICAS ESPECIFICAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS							2.295.900
10 845	1311 0847 0001	APOIO A CAPACITACAO DE FORMULADORES DE POLITICAS EM AREAS TECNICAS ESPECIFICAS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS - NACIONAL	S	3	2	90	0	155	2.295.900
			S	4	2	30	0	155	95.300
			S	4	2	30	0	155	332.400
			S	4	2	40	0	155	747.000
			S	4	2	50	0	155	699.200
			S	4	2	80	0	155	422.000
10 364	1311 0849	APOIO A MUDANCA NA GRADUACAO E POS-GRADUACAO NA AREA DA SAUDE							925.600
10 364	1311 0849 0001	APOIO A MUDANCA NA GRADUACAO E POS-GRADUACAO NA AREA DA SAUDE - NACIONAL	S	3	2	90	0	155	925.600
			S	4	2	30	0	155	286.100
			S	4	2	30	0	155	639.500
		ATIVIDADES							
10 128	1311 6195	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS DE SAUDE E AGENTES SOCIAIS A DISTANCIA							830.000
10 128	1311 6195 0001	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS DE SAUDE E AGENTES SOCIAIS A DISTANCIA - NACIONAL	S	4	2	30	0	151	830.000
			S	4	2	30	0	151	830.000
10 122	1311 6196	SERVICO CIVIL PROFISSIONAL EM SAUDE							19.800.000
10 122	1311 6196 0001	SERVICO CIVIL PROFISSIONAL EM SAUDE - NACIONAL	S	3	2	30	0	155	19.800.000
			S	3	2	40	0	155	5.300.000
			S	3	2	90	0	155	7.500.000
			S	3	2	90	0	155	7.000.000
10 122	1311 6488	APOIO AS ESCOLAS TECNICAS DE SAUDE, ESCOLAS DE SAUDE PUBLICA, CENTROS FORMADORES E CENTROS COLABORADORES							2.038.800
10 122	1311 6488 0001	APOIO AS ESCOLAS TECNICAS DE SAUDE, ESCOLAS DE SAUDE PUBLICA, CENTROS FORMADORES E CENTROS COLABORADORES - NACIONAL	S	4	2	30	2	155	2.038.800
			S	4	2	40	2	155	2.000.000
			S	4	2	40	2	155	38.800
10 364	1311 8541	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCACAO PROFISSIONAL E DE POS-GRADUACAO STRICTO E LATO SENSU EM SAUDE							955.200
10 364	1311 8541 0001	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS EM EDUCACAO PROFISSIONAL E DE POS-GRADUACAO STRICTO E LATO SENSU EM SAUDE - NACIONAL	S	3	2	80	0	151	955.200
			S	4	2	30	0	151	141.300
			S	4	2	30	0	151	27.000
			S	4	2	40	0	151	286.500
			S	4	2	50	0	151	259.400
			S	4	2	80	0	151	241.000
1312 ATENCAO A SAUDE DE POPULACOES ESTRATEGICAS E EM SITUAÇOES ESPECIAIS DE AGRAVOS									2.195.540
		OPERACOES ESPECIAIS							
10 302	1312 0842	APOIO A IMPLANTACAO DA REDE DE CENTROS COLABORADORES PARA ATENCAO A SAUDE DE POPULACOES ESTRATEGICAS E EM SITUAÇOES ESPECIAIS DE AGRAVOS							50.000
10 302	1312 0842 0001	APOIO A IMPLANTACAO DA REDE DE CENTROS COLABORADORES PARA ATENCAO A SAUDE DE POPULACOES ESTRATEGICAS E EM SITUAÇOES ESPECIAIS DE AGRAVOS - NACIONAL	S	3	2	30	0	155	50.000
			S	3	2	30	0	155	50.000

		ATIVIDADES								
10 122	1312 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								555.000
10 122	1312 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	80	0	155		555.000
10 331	1312 8523	FOMENTO A CONSTITUICAO DE EQUIPES PARA MELHORIA DO AMBIENTE E REDUCAO DE RISCOS NO TRABALHO								300.000
10 331	1312 8523 0001	FOMENTO A CONSTITUICAO DE EQUIPES PARA MELHORIA DO AMBIENTE E REDUCAO DE RISCOS NO TRABALHO - NACIONAL	S	3	2	30	0	151		300.000
10 571	1312 8525	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A SAUDE DE GRUPOS POPULACIONAIS ESTRATEGICOS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVO								1.000.000
10 571	1312 8525 0001	FOMENTO A ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A SAUDE DE GRUPOS POPULACIONAIS ESTRATEGICOS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVO - NACIONAL	S	3	2	30	0	151		1.000.000
10 302	1312 8527	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO NACIONAL								87.040
10 302	1312 8527 0001	SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO NACIONAL - NACIONAL	S	3	2	30	0	151		87.040
10 302	1312 8529	SERVICOS EXTRA-HOSPITALARES DE ATENCAO AOS PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS								79.000
10 302	1312 8529 0001	SERVICOS EXTRA-HOSPITALARES DE ATENCAO AOS PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO DE ALCOOL E OUTRAS DROGAS - NACIONAL	S	4	2	40	0	151		79.000
10 302	1312 8531	UNIDADES E SERVICOS DE REABILITACAO NO SISTEMA UNICO DE SAUDE								124.500
10 302	1312 8531 0001	UNIDADES E SERVICOS DE REABILITACAO NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - NACIONAL	S	4	2	50	0	151		124.500
1314 PARTICIPACAO POPULAR E INTERSETORIALIDADE NA REFORMA SANITARIA E NO SISTEMA UNICO DE SAUDE										1.169.200
		ATIVIDADES								
10 122	1314 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								1.169.200
10 122	1314 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0	155		1.169.200
1370 VIGILANCIA E PREVENCAO DE DOENCAS E AGRAVOS NAO TRANSMISSIVEIS										1.250.000
		ATIVIDADES								
10 122	1370 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								1.150.000
10 122	1370 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0	155		1.150.000
10 305	1370 6170	SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA DE DOENCAS E AGRAVOS NAO-TRANSMISSIVEIS								100.000
10 305	1370 6170 0001	SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA DE DOENCAS E AGRAVOS NAO-TRANSMISSIVEIS - NACIONAL	S	3	2	90	0	151		100.000
1371 VIGILANCIA AMBIENTAL EM SAUDE										478.000
		ATIVIDADES								
10 122	1371 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA								300.000
10 122	1371 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0	155		300.000
10 305	1371 6192	SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA AMBIENTAL EM SAUDE								100.000
10 305	1371 6192 0001	SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA AMBIENTAL EM SAUDE - NACIONAL	S	3	2	90	0	153		100.000
10 305	1371 6847	VIGILANCIA AMBIENTAL EM SAUDE RELACIONADA A QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO								78.000
10 305	1371 6847 0001	VIGILANCIA AMBIENTAL EM SAUDE RELACIONADA A QUALIDADE DA AGUA PARA CONSUMO HUMANO - NACIONAL	S	3	2	90	0	151		78.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										378.643.936
TOTAL - GERAL										378.643.936

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2006(*)

Aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

(*) O texto da Convenção acima citada está publicado no **DSF** de 19-1-2006

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2006(*)

Aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana, assinado pelo Brasil em 12 de julho de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal .

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 26-1-2006

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 15ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 17/2006, de 18 de janeiro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 10, de 2006, com as providências tomadas em atendimento ao Requerimento nº 861, de 2005, do Senador Alvaro Dias. 02935

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 15/2006, de 19 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.303, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros. 02935

1.2.3 – Ofícios de Ministro de Estado

Nº 1/2006, de 9 de janeiro último, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.266, de 2005, do Senador Arthur Virgílio..... 02935

Nº 5/2006, de 16 de janeiro último, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.317, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02935

Nº 411/2006, de 12 de janeiro último, do Ministro das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.305, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02935

Nº 434/2006, de 17 de janeiro último, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.325, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros..... 02935

1.2.4 – Ofícios

S/Nº/2006, de 2 do corrente, do Senador Osmar Dias, designando o Senador Jefferson Péres para desempenhar a função de Líder do PDT, no período de 7 de fevereiro a 3 de março do corrente ano, em função de sua ausência para tratamento de saúde.. 02935

Nº 23/2006, de 2 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 02935

Nº 32/2006, de 26 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição

de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 02935

Nº 169/2006, de 2 do corrente, da Presidência da Câmara dos Deputados, encaminhando os nomes dos membros indicados pelo PMDB para compor a Comissão Mista Especial destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajuste para o salário mínimo do País. *Designação dos Deputados Wilson Cignachi e Marcelo Barbieri, para integrar, como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão.....* 02936

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 38, de 2002, de autoria do Senador Amir Lando, que acrescenta o artigo 27-A à Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de amortização, e dá outras providências..... 02936

1.2.6 – Discurso do Expediente

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Destaque para a cultura brasileira e ao trabalho desenvolvido pelo Ministério da Cultura. Homenagem à Rádio Nacional, pelos 70 anos de criação da emissora e por sua recente reinauguração..... 02937

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 94, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, mãe do Senador Tasso Jereissati, ocorrido hoje..... 02941

Nº 95, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, mãe do Senador Tasso Jereissati, ocorrido hoje..... 02942

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CÉSAR BORGES – Associação às homenagens de pesar pelo falecimento da genitora do Senador Tasso Jereissati..... 02943

SENADOR LEONEL PAVAN – Defesa da verticalização das coligações nas eleições..... 02946

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Denúncia de invasão, por membros do MST, da fazenda Lagoa Azul, de propriedade da empresa Camargo Corrêa Metais, no município de Breu Branco-PA. 02948

SENADOR *JOSÉ JORGE*, como Líder – Anúncio de decisão do Tribunal de Contas da União de proibir repasse de recursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) ao Instituto Cidadania, ligada ao Partido dos Trabalhadores. 02949

SENADOR *MÃO SANTA* – Homenagem ao colega, Senador Alberto Silva, ao qual atribui a responsabilidade pela mudança do perfil do Piauí, na década de 70, quando governou aquele Estado. ... 02951

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Associa-se às homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati. 02957

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 96, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual de Pernambuco Ribeiro Godoy, ocorrido ontem. 02958

Nº 97, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldir do Espírito Santo Castro Quinta, ocorrido ontem. 02958

1.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 6, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que estende as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na Constituição Federal para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005. 02958

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *FLÁVIO ARNS*, como Líder – Considerações sobre a Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela CNBB, que tratará da pessoa com deficiência. 02965

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Considerações sobre o nível de emprego no Brasil e no mundo. ... 02967

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Críticas às operações do Governo para pagar dívida com o FMI. ... 02969

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Considerações sobre o Bolsa-Família. Solenidade, amanhã, da entrega de 66 casas financiadas para os quilombolas pelo Governo Lula. Expectativas da edição, na próxima semana, da “MP do Bem 2”. Comentários ao pronunciamento do Senador José Agripino. 02973

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Saudação ao pronunciamento do Senador José Agripino. Considerações sobre a Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, em tramitação no Congresso. 02977

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 98, de 2006, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juracy Teixeira. 02979

Nº 99, de 2006, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldir do Espírito Santo de Castro Quinta.. 02980

Nº 100, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sr. Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, mãe do Senador Tasso Jereissati, ocorrido em Fortaleza-CE.... 02980

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001) (Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária). **Apreciação transferida** para a próxima terça-feira, dia 7. 02981

Item 2 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001) (Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas. **Apreciação transferida** para a próxima terça-feira, dia 7. 02981

Item 3 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000) (Incluída em Ordem do Dia, nos termos dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências. **Apreciação transferida** para a próxima terça-feira, dia 7... 02981

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias. **Apreciação transferida** para a próxima terça-feira, dia 7. 02981

Item 5 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimen-

to para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. **Apreciação transferida** para a próxima terça-feira, dia 7. 02981

Item 6 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. **Apreciação transferida** para a próxima terça-feira, dia 7. 02982

Item 7 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça. **Apreciação transferida** para a próxima terça-feira, dia 7. 02982

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY SUASSUNA – Considerações sobre a renegociação da dívida agrícola. 02982

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Afirmção de que a política externa do Governo Lula tem contribuído para o aumento das exportações no Estado do Pará. 02986

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Comentários a respeito de carta enviada a S. Exª por parlamentares paraguaios tratando da prisão do Sr. Lino Oviedo naquele país. 02990

SENADOR HERÁCLITO FORTES – A questão da seca no Estado do Piauí. Promessas eleitorais do Governador Wellington Dias ainda não cumpridas. 02991

SENADOR HELOÍSA HELENA – Farsa do atual Governo em alegar que rompeu com o FMI. Críticas à política econômica em vigor no País. 02993

SENADOR JOSÉ SARNEY – Associação às homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati. 02998

1.3.2 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 94, 95 e 100, de 2006, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**, tendo usado da palavra a Sra. Heloísa Helena. 02998

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa da construção das hidrelétricas do rio Madeira. 02999

SENADOR GILVAM BORGES – Justificativa a Projeto de Lei do Senado, apresentado por S. Exª, que altera o Código de Trânsito Brasileiro, para

permitir que os jovens entre 16 e 18 anos possam dirigir veículos automotores. 03000

SENADOR AMIR LANDO – Considerações sobre o Projeto de Gestão de Florestas Públicas, aprovado ontem. 03002

SENADOR PAULO PAIM – Importância da reunião de hoje da Comissão Mista Especial destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País. 03004

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Assassinato de um cobrador de ônibus em Vitória/ES, no último dia 29. Inércia do Governo Federal que está emperrando o desenvolvimento socioeconômico do País. 03005

1.3.4 – Propostas de Emenda à Constituição recebidas da Câmara dos Deputados

Nº 7, de 2006 (nº 7/2003, na Câmara dos Deputados), que acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal (dispõe sobre a contratação pela administração pública de agentes comunitários de saúde). 03007

Nº 8, de 2006 (nº 347/1996, na Câmara dos Deputados), que modifica o art. 57 da Constituição Federal (dispõe sobre o período da sessão legislativa e sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional). 03012

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 1, de 2006. 03015

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 34 a 39, de 2006. 03016

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 203 a 227, de 2006. 03020

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 15ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de fevereiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Luiz Otávio, da Srª Lúcia Vânia, e dos Srs. Augusto Botelho e Mão Santa

ÀS 10 HORAS E 19 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 2/2/2006 07:35:20 até 2/2/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERACLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Nº 17/2006, de 18 de janeiro último, encaminhando cópia do Acórdão nº 10, de 2006, com as providências tomadas em atendimento ao Requerimento nº 861, de 2005, do Senador Alvaro Dias.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

- Nº 15/2006, de 19 de janeiro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.303, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

DE MINISTRO DE ESTADO

- Nº 1/2006, de 9 de janeiro último, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.266, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 5/2006, de 16 de janeiro último, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.317, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 411/2006, de 12 de janeiro último, do Ministro das Cidades, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.305, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.
- Nº 434/2006, de 17 de janeiro último, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.325, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

Brasília, 2 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Designo o Senador Jefferson Péres para desempenhar a função de Líder do PDT, no período de 7 de fevereiro a 3 de março do corrente ano, em função de minha ausência para tratamento de saúde.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

Of. nº 23

Brasília, 2 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Indico o Deputado Roberto Balestra – PP/GO, como Titular na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em substituição ao Deputado Pedro Canedo – PP/GO.

Atenciosamente, – Deputado **Mário Negromonte**, Líder em Exercício.

Ofício nº 32/2006

Brasília, 26 de janeiro de 2006

Assunto: indicação para a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Alceste Almeida (PTB – RO) na qualidade de Suplente e em substituição ao Senhor Deputado Homero Barreto (PTB – TO), para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para 2005.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 169/06

Brasília, 2 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Em resposta ao OF. nº 542/2005-CN, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos membros indicados pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB que deverão ocupar as vagas da legenda criadas para complementar a composição da Comissão Mista Especial destinada a “efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País”.

Atenciosamente. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

OF/GAB/I/nº 46

Brasília, 2 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SGM nº 2.258/2005, encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB, que comporão a Comissão Mista destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do País.

Titular

Wilson Cignachi

Suplente

Marcelo Barbieri

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Wilson Santiago**, Líder do PMDB.

Publique-se. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa os Srs. Deputados Wilson Cignachi e Marcelo Barbieri, como titular e suplente, respectivamente, para compor a Comissão Mista Especial, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 38, de 2002**, de autoria do Senador Amir Lando, que *acrescenta o artigo 27-A à Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de amortização, e dá outras providências*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cabe a mim transmitir uma triste notícia, que é o falecimento da mãe do Senador Tasso Jereissati, Presidente Nacional do nosso Partido, o PSDB. O enterro será realizado ainda hoje, na cidade de Fortaleza, no início da tarde.

Era a informação que eu queria trazer aos nossos colegas do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa registra a lamentável notícia que V. Exª traz ao plenário do Senado Federal e manifestará o sentimento de pesar da Casa a um Senador que nos orgulha tanto e que merece o respeito de todos nós.

Que Deus dê o devido conforto à sua família!

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral e, em seguida, ao Senador Luiz Otávio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, em nome da Liderança do PT, dos Partidos da Base de Apoio ao Governo e também em nome do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, quero registrar aqui a minha solidariedade à família do nosso querido Senador Tasso Jereissati, neste momento difícil por que passa, e rogar a Deus que ilumine e abençoe toda a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio, pela ordem.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da mesma forma, como Vice-Líder do PMDB no Senado Federal, falo em nome da Liderança, do Senador Ney Suassuna, do Presidente José Sarney, do próprio Presidente Renan Calheiros, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, que também o PMDB se junta, no sentimento de pesar, aos demais Partidos e aos amigos da família do Senador Tasso Jereissati pelo passamento da sua mãe.

O féretro será realizado hoje à tarde, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Manifestamos nosso sincero sentimento de consternação por este momento difícil que a família de Tasso Jereissati atravessa e registramos o reconhecimento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Exª e ao Senador Delcídio Amaral pela manifestação, que seguramente é de todos os Partidos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com cinco de prorrogação.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna na manhã desta quinta-feira, na convocação extraordinária do Congresso Nacional, fazer referência, elogiar e cumprimentar o Governo do Presidente Lula, como também o Ministro Silas Rondeau, das Minas e Energia, pela incessante defesa da causa da cultura brasileira.

Sr. Presidente, tive a satisfação e a honra de acompanhar o Presidente Lula no Rio de Janeiro, no ano passado, na reinauguração da Rádio Nacional. Foi um ato festivo.

Estive também assistindo a uma peça que nos mostra a grande virtude, o grande trabalho e o reconhecimento do povo brasileiro por aquela época da Rádio Nacional. Realmente, a Rádio Nacional teve um papel importantíssimo na nossa cultura para que o povo brasileiro conhecesse, naquela oportunidade, os artistas que viviam o Brasil, como Emilinha Borba, como Cauby Peixoto e outros astros da música e do cinema brasileiro.

A Rádio Nacional era a Rede Globo daquela época. Ela tinha a capacidade de transmitir as notícias, de mostrar a criatividade do artista brasileiro e dava ao nosso povo a condição de se informar e de se integrar ao Brasil. Era na Rádio Nacional que eram exibidas as novelas. Os grandes cantores, os grandes artistas se apresentavam no auditório da Rádio Nacional. Lá o auditório vivia realmente momentos de grande entretenimento.

O povo brasileiro ouvia pelo rádio, que era o grande meio de comunicação de massa, o verdadeiro andamento da política nacional, os atos do Governo e, inclusive, os gestos da população pelo reconhecimento ou não do Governo daquela época. A população brasileira ouvia a Rádio Nacional e tinha, realmente, essa participação permanente na vida do nosso País.

A criação do Ministério da Cultura, no ano de 1985, por desdobramento do antigo Ministério da Educação e Cultura, foi uma decisão política de grande significado para a vida brasileira.

No momento inaugural da Nova República, o Presidente José Sarney teve a capacidade também de fazer esse investimento e de mostrar o imprescindível papel do Poder Público no apoio à cultura no Brasil.

O Poder Público, portanto, tem papel de bastante relevância e é grande indutor das práticas culturais, pois é capaz de estimular a criatividade individual e coletiva. O próprio economista Celso Furtado, talvez

o nosso mais eminente Ministro da Cultura, no final dos anos 80, fez esse reconhecimento desse trabalho magnífico da Rádio Nacional.

Encantava e fascinava a todos a forma de penetrar e viver no mundo fantástico da Rádio Nacional.

Quando volto os olhos para a produção cultural do meu Estado, o Pará, tenho alegria e orgulho por verificar a intensa atividade desenvolvida em todos os pontos pelos jovens, pelos adultos e principalmente pelos integrantes da terceira idade.

A observância da tradição... Como diz o Senador Romeu Tuma, nós já estamos próximos. Com certeza, eu, com os meus 51 anos, já sou avô, Presidente Romeu Tuma, pois já tenho uma neta de dois anos. Realmente, já estou bem próximo da terceira idade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Eu tenho nove netos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – É, V. Ex^a tem nove netos.

O Senador Flexa Ribeiro, que sorri e me assiste neste momento, também balança com a cabeça e está por inaugurar o seu momento de ser avô.

Quem se dispuser a fazer uma rápida pesquisa, por exemplo, na *internet* sobre os eventos culturais será surpreendido por inúmeras atividades programadas tanto no meu Estado como no Brasil.

Aproveito esta ocasião e deixo o convite para todos os Senadores, bem como para todos os cidadãos do nosso País, para acompanharem pela Rádio e pela TV Senado a história da Rádio Nacional, como se processou a sua criação, como ela foi importante para a integração do Brasil. Sua programação era mostrada em todos os Estados, divulgando a sua cultura, os seus hábitos, a sua vida.

Isso também se faz hoje por meio da Rádio e da TV Senado – mostramos todos os Estados, mostramos o que é, na verdade, a nossa Federação, cuja programação torna os momentos entre pais, filhos e netos de alegria e de satisfação.

Quando estive na reinauguração da Rádio Nacional, tive o privilégio de assistir à fabulosa peça “Rádio Nacional: As Ondas que Conquistaram o Brasil”, um espetáculo belo e comovente, que revisita os memoráveis programas, apresentadores, repórteres, atores e cantores da chamada era do rádio, que ficou realmente marcada na memória do povo brasileiro. A peça tinha um elenco de primeira linha: roteiro musical de João Máximo; direção de Fábio Pilar; supervisão da nossa querida Bibi Ferreira. Vi ainda a Bibi Ferreira dirigindo esse fantástico espetáculo que celebra os 70 anos da criação da Rádio Nacional, que foram comemorados ano passado, com a presença do Presidente da República.

Lembro a importância para o Brasil da Rádio Nacional, emissora emblemática do veículo rádio no País, inaugurada logo depois de Gluglielmo Marconi ter viabilizado esse novo meio de comunicação e observadas as contribuições de brasileiros como Landell de Moura e Roquete Pinto, precursores do rádio brasileiro.

O Brasil, já em 1936, no primeiro Governo do Presidente Getúlio Vargas, começou a ser interligado pela programação da Rádio Nacional. Os anos seguintes só fizeram confirmar a importância da emissora, que ganhou audiência e prestígio na condição de veículo de informação e de difusora de valores da cultura brasileira. Rádio claramente vocacionada para a integração de um País com as superlativas dimensões do Brasil, a Nacional se renova e, ainda hoje, decorridas sete décadas, continua a brindar o ouvinte com uma programação de excelência, um conjunto de programas que cativa uma audiência verdadeiramente nacional, à altura de nossa missão institucional.

Mas, enfim, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a peça “Rádio Nacional: As Ondas que Conquistaram o Brasil”, que hoje pode ser vista pelo povo brasileiro, por todas as razões valiosa para as novas e velhas gerações, tornou-se viável graças, sobretudo, ao apoio do Ministério de Minas e Energia e da própria Eletrobrás, empresa brasileira de energia que compreende a importância de incentivar as atividades artísticas e culturais brasileiras.

Devo reconhecer, é claro, que felizmente a Eletrobrás não é a única empresa ligada ao Estado que aposta e investe em cultura em nosso País. Ao contrário, inúmeras outras, como o Banco do Brasil, a Petrobras e a Caixa Econômica, entre outras – cito apenas exemplificativamente as mais notórias –, têm aportado recursos significativos para projetos culturais. Finalmente, ao tornar realidade o sonho de centenas de autores, artistas e produtores nacionais, essas empresas permitem que milhões de brasileiros tenham acesso à cultura.

Destaco também o papel da iniciativa privada e dos grandes conglomerados, das grandes empresas nacionais, que, por meio da Lei Rouanet, investem em cultura e nos artistas brasileiros.

Aqui faço também justiça ao Presidente José Sarney, que foi um grande entusiasta, um grande incentivador da cultura brasileira, como Presidente da República. Como Presidente do Congresso Nacional, aqui nesta Casa, o Presidente Sarney conseguiu aprovar a lei que incentiva não só a criação, mas a impressão de livros, pois é realmente difícil para autores e criadores terem patrocínio no Brasil. É uma referência que faço, uma lembrança, um reconhecimento do povo brasileiro, em nome da cultura brasileira.

Portanto, deixo as nossas homenagens à Rádio Nacional, pelos seus 70 anos, pela sua reinauguração, pelo seu reconhecimento e pelo trabalho que realmente traz aos artistas brasileiros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Concedo um aparte rapidamente ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu prorroguei o tempo de V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Luiz Otávio, o pronunciamento de V. Ex^a é oportuno e importante por destacar o trabalho de divulgação e de informação que presta a Rádio Nacional, principalmente na nossa região, a Região Amazônica, em que temos dificuldades de acesso e de comunicação, e os nossos caboclos, no interior da mata, com o rádio, conseguem captar as ondas da Rádio Nacional e manter-se informados sobre as notícias do nosso País. Quero parabenizar V. Ex^a, Senador Luiz Otávio, pela lembrança e pelo registro dos 70 anos da Rádio Nacional.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, que tão bem preside esta sessão plenária de quinta-feira do Senado Federal, que dê como lido o meu pronunciamento, tendo em vista que se trata de um pronunciamento preparado pela própria Consultoria do Senado Federal, um pronunciamento longo. Mas, como o nosso tempo é limitado, cumpro religiosamente o Regimento desta Casa, aquiescendo à decisão de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a criação, em 1985, do Ministério da Cultura, por desdobramento do antigo Ministério da Educação e Cultura, foi uma decisão política de grande significado para a vida brasileira. Estabelecia-se, então, já no momento inaugural do Governo do Presidente José Sarney, um órgão estatal do mais alto nível para cuidar das pertinentes, mas usualmente relegadas, ações direcionadas para a valorização dos modos de ser e fazer dos brasileiros e de seu incomensurável patrimônio. Creio que, ao lado das leis de incentivo fiscal à atividade cultural, a implantação do Ministério terá sido o mais arrojado e decisivo ato oficial para a promoção da cultura em nosso País: compromisso histórico da Nova República, que José Sarney, um erudito que transita com intimidade e indisfarçável desembaraço pelos múltiplos veios da cultura popular, cumpriu com prazer.

Faço essa rápida digressão para registrar, ainda uma vez, neste Plenário, o decisivo e imprescindível

papel do Poder Público no apoio à cultura no Brasil. Dentro de uma sociedade aberta, ao Estado compete o papel supletivo, mas ainda assim de extrema relevância, de decidido indutor das práticas culturais, capaz de estimular a criatividade individual e coletiva, como pregou, no final dos anos 80, Celso Furtado, talvez o mais eminente de nossos ministros da Cultura.

Como todos sabemos – e cada um dos 81 Senadores e Senadoras poderia enumerar, com propriedade, as riquíssimas peculiaridades das 27 unidades federadas que aqui representamos –, o Brasil compõe um magnífico, e virtualmente insuperável, mosaico de expressões culturais. São manifestações que recobrem todos os campos da cultura, da arquitetura à dança, da literatura ao cinema, da escultura ao cordel, da gastronomia ao circo, do folclore ao teatro... E por aí vai, em inusitadas, belas e multifacetadas pulsões criativas, que seduzem, encantam e fascinam a todos que conseguem penetrar e viver esse mundo fantástico. Articulações originais, de uma nação plural, de afortunado caldeamento étnico, cujos traços mais evidentes são a inventividade e o improviso.

Quando volto os olhos para a produção cultural de meu Estado, o Pará, encho-me, invariavelmente, de alegria e orgulho, por verificar a intensa atividade desenvolvida em todos os pontos de nosso território, envolvendo, entre amadores e profissionais, crianças, jovens, adultos e integrantes da terceira idade. A observância da tradição, a espontânea adesão do povo e o colorido das festas populares invadem permanentemente as ruas da capital, das cidades e dos vilarejos, dando mostras do incontrastável apelo que a cultura popular exerce sobre o povo paraense.

Quem se dispuser a fazer uma rápida pesquisa na Internet sobre os eventos culturais no Pará, será surpreendido pelas inúmeras atividades programadas anualmente nas distintas comunidades. Aliás, aproveito a ocasião e deixo aqui o convite a todos os colegas Senadores e Senadoras, bem como aos cidadãos de todo o País que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, para que visitem o Pará e conheçam uma cultura nortista fascinante, que honra e enriquece o patrimônio cultural nacional.

Mas, Sr. Presidente, o tema que quero destacar neste pronunciamento, como anunciei logo no início – e vou agora me ater a ele –, é a importância do patrocínio de empresas, órgãos e entidades oficiais às atividades culturais. Ainda recentemente, na companhia de familiares, tive o privilégio de assistir, no Rio de Janeiro, à fabulosa peça *Rádio Nacional: As Ondas que Conquistaram o Brasil*. Um espetáculo belo e comovente, que revisita os memoráveis programas, apresentadores, repórteres, atores e cantores da cha-

mada *era do rádio* em nosso País. Com um elenco de primeira linha, roteiro musical de João Máximo, direção de Fábio Pilar e supervisão da nossa querida Bibi Ferreira, o espetáculo celebra os 70 anos da Rádio Nacional, comemorados em 2006. Trata-se de uma peça que, depois da temporada carioca, merece percorrer o País, em *tournee*, para que os brasileiros tenham a feliz oportunidade de assisti-lhe, rememorando nosso passado recente.

Aliás, permita-me lembrar aqui, ainda que de forma brevíssima, a importância da Rádio Nacional para o Brasil. Emissora emblemática do veículo rádio no País, inaugurada alguns anos depois de Guglielmo Marconi ter viabilizado esse novo e contagiante meio de comunicação – observadas as contribuições dos brasileiros Landell de Moura e Roquete Pinto, precursores do rádio brasileiro –, o Brasil, já em 1936, no primeiro Governo Vargas, começou a ser interligado pela programação da Nacional.

Os anos seguintes só fez confirmar a importância da emissora, que ganhou audiência e prestígio, na condição de veículo de informação e difusor de valores da cultura brasileira. Rádio claramente vocacionada para a integração, em um País com as superlativas dimensões do Brasil, a Nacional se renova e, ainda hoje, decorridas sete décadas, continua a brindar o ouvinte com uma programação de excelência. Um conjunto de programas que cativam uma audiência verdadeiramente nacional, à altura de sua missão institucional.

Mas enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, a peça *Rádio Nacional: As Ondas que Conquistaram o Brasil*, por todas as razões valiosas para as novas e velhas gerações, tornou-se viável graças, sobretudo, ao apoio da Eletrobrás, empresa brasileira de energia, que compreende a importância de incentivar as atividades artísticas e culturais brasileiras. Devo reconhecer, é claro, que felizmente a Eletrobrás não é a única empresa ligada ao Estado que aposta e investe em cultura em nosso País. Ao contrário, inúmeras outras, como o Banco do Brasil e a Petrobras – cito apenas exemplificativamente as mais notórias –, têm aportado recursos significativos para projetos culturais. E todas essas empresas merecem o nosso profundo reconhecimento e entusiasmo aplauso. Finalmente, ao tornar realidade o sonho de centenas de autores, artistas e produtores nacionais, elas permitem que milhões de brasileiros tenham acesso à cultura.

O mecenato, historicamente responsável por alguns dos momentos culturais mais sublimes da humanidade – basta lembrar da Florença dos Médici, no Renascimento –, felizmente, vem se tornando uma saudável e regular prática entre nós. Com a decidida participação de empresas estatais, sem desconside-

rar também o destacado papel da iniciativa privada, o Brasil consegue, gradualmente, fomentar e alavancar a produção cultural nacional e transformar o acesso e a fruição da cultura em um direito efetivo dos brasileiros. Nessa linha, contabilizamos inegáveis e consistentes ganhos para o País e, sobretudo, para os cidadãos e a sociedade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Prorroguei o tempo de V. Ex^a por algumas vezes pela importância do assunto. Pediria licença a V. Ex^a para me incorporar, como Senador e Presidente neste momento, à homenagem justa, correta e oportuna que presta à Rádio Nacional, como também me associo a V. Ex^a nas referências ao Presidente José Sarney, profundo amante da cultura, das letras.

Lembro ainda que o Senador Renan Calheiros, como Presidente do Senado Federal, continua seguindo o programa estabelecido pelo Presidente José Sarney, com a edição de literaturas muito importantes, principalmente direcionadas à juventude, e de livros excelentes que a Gráfica do Senado e a comissão especial de edição de livros tem feito nesta Casa.

V. Ex^a, sem dúvida alguma, está trazendo oportunamente não só as homenagens, como também dá conhecimento à sociedade sobre o que é feito em benefício da nossa cultura.

Parabéns, Senador.

V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O Senador Flexa Ribeiro a pediu antes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas V. Ex^a tem precedência, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para, mais uma vez, ser antipático. Mas não estou em concurso de simpatia aqui nem em lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não adianta exigir, porque todos consideramos V. Ex^a muito simpático.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. V. Ex^a é que é de uma gentileza ímpar.

Sr. Presidente, só agora tomei conhecimento – e creio que a maioria dos Senadores, senão todos – da sessão matutina de hoje. Eu estava certo de que seria à tarde. Estou na Comissão de Relações Exteriores agora e estou dividindo o meu tempo com a CPMI dos Correios. Por outro lado, quando as sessões são matutinas, o Senado se esvazia, Sr. Presidente. Os que não têm outras Comissões vão embora logo cedo. Há dois anos foi acertado nesta Casa que as sessões seriam vespertinas. E, se possível, que fossem deliberativas, com matéria, para forçar a presença de Senadores. São fatos como este que contribuem muito para o desgaste do Congresso Nacional. Sei que V. Ex^a não tem nada a ver com isso, mas peço que transmita à Mesa e ao Presidente o meu respeitoso protesto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Jefferson Péres, o Senador César Borges já havia comunicado à Mesa a mesma angústia de V. Ex^a. Ontem, encerrada a discussão e a votação das matérias, após várias horas, V. Ex^a mesmo teve a oportunidade de reclamar. Acredito que a Mesa teria que baixar uma norma de controle de tempo e de direcionamento dos assuntos a serem discutidos.

Falei com o vice-presidente desta Casa, o Senador Tião Viana, sobre essa preocupação. O Presidente, Senador Renan Calheiros, comunicou a realização desta sessão a partir das 10 horas, quando a sessão de ontem já havia sido encerrada.. Quem estava próximo ouviu, mas a grande maioria não tomou conhecimento. Sete comissões e subcomissões estão reunidas neste momento, e dividir é bastante difícil. O Senador César Borges havia acabado de falar comigo a esse respeito. Agradeço e levarei ao conhecimento do Presidente Renan Calheiros.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, ao Senador César Borges, como orador inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um registro de pesar pelo falecimento da Sr^a. Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, mãe do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foi hoje, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Foi nesta madrugada, e o sepultamento ocorrerá ainda hoje, ao final da manhã, em Fortaleza.

Encaminhei à Mesa requerimento para inserção em Ata de voto de profundo pesar e de condolências à família. Quero aqui registrar o sentimento de todos,

acredito, do Senado Federal por essa perda irreparável do Senador Tasso Jereissati, nosso companheiro e Presidente do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Peço licença ao Senador César Borges para ler dois votos de pesar pelo passamento da Sr^a Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, mãe do nosso ilustre colega Senador Tasso Jereissati.

Ainda no domingo, estive com o Dr. Carlos, no Hospital Sírrio Libanês, onde ela estava internada e se preparava para uma cirurgia grave, e a nossa expectativa era a de que, realmente, ela pudesse se submeter à cirurgia e se recuperar, mas, infelizmente, essa notícia nos entristece bastante.

Um voto de pesar é do Senador Tião Viana, com as assinaturas dos Senadores César Borges, Marcos Maciel e a minha também.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Pois não. Vou enviar para V. Ex^a assinar, por favor.

E o outro voto de pesar é do Senador Flexa Ribeiro, que tomei a liberdade de assinar também. Requer inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento e apresentação de condolências à família.

Sobre a mesa requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2006

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Sr^a Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati ocorrido no dia de hoje, 2 de fevereiro

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, em 2 de fevereiro de 2006

REQUERIMENTO Nº 95, de 2006

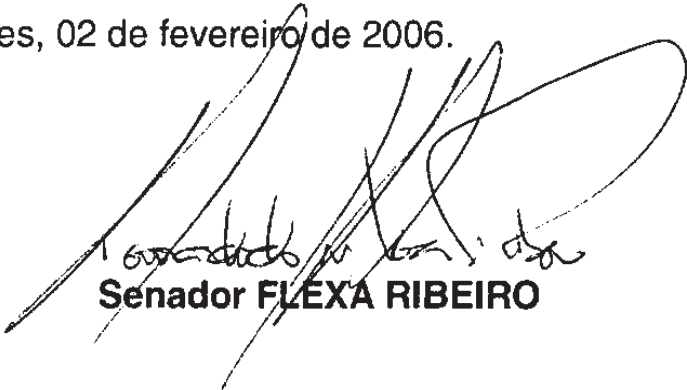
Requer **VOTO DE PESAR** a
Sr^a MARIA DE LOURDES
RIBEIRO JEREISSATI, mãe
do Senador TASSO
JEREISSATI.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento da Sr^a MARIA DE LOURDES RIBEIRO JEREISSATI, mãe do Excelentíssimo Senador Tasso Jereissati:

- a) inserção em ata de VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento;
- b) apresentação de CONDOLÊNCIAS à família.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2006.



Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

A Mesa encaminhará, na forma regimental, os votos à família enlutada. Entristece-nos esse passamento.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem.)

– Pergunto a V. Ex^a ou ao primeiro signatário do requerimento se me permite assiná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O requerimento está sendo encaminhado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também desejo neste momento me solidarizar com a família Jereissati, em particular com o nosso colega e valoroso homem público, Senador Tasso Jereissati, por este momento de tristeza profunda e de perda irreparável que vive pelo passamento da Sr^a Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati.

Todos, independentemente de Partidos e de Bancadas, estamos solidários ao companheiro Tasso Jereissati, esse homem valoroso que se tem pautado aqui sempre ao lado dos interesses nacionais, numa postura extremamente correta. S. Ex^a é um homem público com uma trajetória de serviços prestados ao Brasil, em particular ao seu Estado, o Ceará. Tenho certeza de que recebeu de sua genitora ensinamentos fundamentais para que pudesse ser o homem que é. Tal perda será irreparável, mas S. Ex^a sempre terá a solidariedade de seus colegas. Neste momento de dor, faço questão de frisar que estamos solidários com o Senador Tasso Jereissati, e tudo que puder ser feito do ponto de vista de presença e de orações a fim de que S. Ex^a tenha a força necessária para suportar essa ausência e continuar sua brilhante trajetória na vida pública brasileira nós estaremos dispostos a fazer e estaremos ao seu lado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Faço também minhas as palavras de V. Ex^a, levando ao companheiro Tasso, à sua família e aos seus irmãos nossa profunda solidariedade. Sabemos o que representava a Sr^a Jereissati desde o falecimento de seu marido, extraordinário homem público que honrou a todos nós brasileiros, e o esforço, a capacidade e a competência

que ela teve em comandar a família ao longo de todo esse tempo. Sabemos o apreço, o carinho e o afeto que o Senador Tasso tinha por sua mãe e sabemos que hoje é um dia realmente de pesar para todos os que, no Ceará, conheciam a família Jereissati e a Sr^a Jereissati pelo que ela significava de sério, puro e digno. Isso é a vida. Esperava-se que seria uma cirurgia que traria o conforto do restabelecimento. Lamentavelmente, aconteceu. Mas tenho certeza de que Tasso, com a sua espiritualidade e com a sua profunda sensibilidade cristã, haverá de suportar, levando sua querida mãe o afeto, mas guardando na sua mente as qualidades e o conforto para prosseguir a sua caminhada. Tem razão V. Ex^a: a extraordinária caminhada de Tasso Jereissati está em meio, porque tenho a convicção de que, se há um homem público brasileiro preparado para as mais altas distinções, esse, há muito, é Tasso Jereissati. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. O sentimento que externa é o mesmo de toda esta Casa e também o nosso neste momento.

Ouçõ com muita atenção e satisfação o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Caro Senador César Borges, associe-me a V. Ex^a e à Casa inteira neste momento de solidariedade a essa extraordinária figura de homem público que é o Senador Tasso Jereissati pelo falecimento de sua mãe. O Senador Tasso Jereissati, no Nordeste, marcou uma nova era de administração moderna, eficaz, sagrando-se, na sua primeira disputa eleitoral, Governador do Estado, um marco e um exemplo para as gerações que vêm nesse homem público um exemplo fácil de ser seguido. Tenho o privilégio de conviver aqui, no dia-a-dia, com o Senador Tasso Jereissati e também de ter a amizade de seu irmão, Carlos Francisco, que se destaca no meio empresarial brasileiro. Sei da importância da mãe para os dois e para toda a família, do papel que ela exerceu, da liderança dela junto aos filhos, junto às noras. Enfim, o que ela representa para os netos, para toda a família Jereissati. De forma que, eu quero consignar aqui os meus sentimentos, que, solicito, sejam transmitidos aos familiares. Parabenizo V. Ex^a por essa iniciativa. Deixo palavras aos amigos Carlos e Tasso só de conforto, desejando que superem essa grande perda. Tenho certeza de que os exemplos deixados pela sua mãe serão de grande utilidade para eles e para toda a família daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a deseja assinar o voto de pesar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Desejo e agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vou enviá-lo a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço as suas palavras, Senador Heráclito Fortes, associadas ao meu discurso. Mas tenho certeza de que, se tivesse oportunidade, estaria na tribuna também para homenagear a Sr^a Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati.

Mas volto a frisar que tenho certeza de que, na falta do pai do Senador Tasso Jereissati, que se deu muito cedo, foi, como disse o Senador Pedro Simon, a Sr^a Maria de Lourdes Jereissati que manteve a família unida, altiva e que passou para eles o ensinamento que eu aplaudo e reconheço.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não.

Como Governador, fui colega do Senador Tasso Jereissati e vi a retidão, a correção, o dinamismo, a competência, a capacidade, o compromisso com o seu povo do Ceará, como o povo do Nordeste, com o povo brasileiro enfim.

Então, neste momento, agradeço a todos que estão se associando a essa homenagem.

Concedo o aparte ao Senador Alberto Silva, ao Senador Leonel Pavan e ao Senador José Jorge.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador, estou ouvindo o discurso de V. Ex^a a respeito do falecimento da senhora mãe do nosso companheiro, Senador Tasso Jereissati. Mas, além de associar-me a esse pronunciamento de V. Ex^a, nesta manhã, queria dizer que conheci pessoalmente o pai e a mãe do Senador Tasso Jereissati. À época, eles eram praticamente ligados à minha família, ao Senador Virgílio Távora, ao Deputado Flávio Marcílio. O Senador Jereissati, pai do nosso companheiro Tasso Jereissati, ele mesmo tinha uma espécie de entendimento permanente, em Fortaleza, onde todos nós nos reuníamos. Eu era o Prefeito de Parnaíba naquela época e mantinha um entendimento muito estreito com o Ceará. Ouvi muitas vezes os planos dos três grandes cearenses, a começar pelo Tasso Jereissati, pai, e conheci a Sr^a Maria de Lourdes. Lembro-me bem de que, quando faleceu o Senador, ela, como se disse aqui, reuniu a família e manteve aquela unidade conhecida de todos lá no Ceará. Por coincidência, não conhecia o filho Tasso naquela ocasião. Ele devia ser muito jovem ainda e estudava no exterior. Mas lembro-me bem que foi meu companheiro como Governador, como foi de V. Ex^a. O primeiro mandato dele coincidiu com o meu mandato de Governador do Piauí. Por isso, quero enviar ao Senador Tasso Jereissati as minhas condolências e

associar-me às homenagens que V. Ex^a presta nesta manhã à figura, realmente ímpar, da Sr^a Maria de Lourdes Jereissati.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alberto Silva.

Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador César Borges, todos nós aqui que temos uma admiração imensa pelo Senador Tasso, pela família Jereissati. Também estamos sentidos pela perda de uma pessoa querida não apenas para a família Jereissati, mas para todos os amigos do Tasso. Quero cumprimentá-lo e associar-me a essa homenagem de solidariedade e sentimento. Conheço o Tasso há pouco mais de quatro, cinco anos. Nesse período de convivência, ele sempre falava de sua família com muito orgulho, de sua mãe e também da sua história política. Citava como exemplo o Covas, do qual ele era muito amigo. Tasso Jereissati, exemplo de homem público, merece o sentimento, o carinho de todos nós, porque ele sempre foi uma pessoa dedicada à causa pública e um exemplo de pai, um homem de família. Presto também essa homenagem de sentimento a sua família, ao Tasso, à Renata, sua esposa. E, com certeza, ficará na história o que fez a mãe de Tasso, D. Maria de Lourdes. Os serviços que ela já prestava ao seu Estado ficará na história do Ceará e também do nosso País. Parabéns pela homenagem que presta ao nosso Líder, ao Presidente do meu Partido, o PSDB, Senador Tasso Jereissati.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan. Penso que é quase unanimidade na Casa esse apreço pelo Senador Tasso Jereissati e a solidariedade neste momento difícil por que ele passa. Mas, pela solidariedade dos seus colegas e as orações que com certeza vamos lhe dirigir, ele vai superar este momento e continuar a sua trajetória a favor do País.

Concedo um aparte ao Senador José Jorge, ao Senador José Agripino e ao Senador Paulo Octávio.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, também gostaria de me associar ao discurso de V. Ex^a, no sentido de oferecer os nossos sentimentos, em meu nome, em nome da Liderança da Minoria, ao Senador Tasso Jereissati, bem como a toda família Jereissati, pelo falecimento de sua mãe. O Senador Tasso Jereissati está mais próximo de nós, conhecemos o seu valor, o trabalho que realiza como empresário, como político, como homem público. E certamente que uma pessoa do valor do Senador Tasso sempre tem na sua formação a importância muito grande da presença da mãe. Sem

dúvida, é uma perda grave para ele. Assim, também gostaríamos de nos associar aos seus sentimentos neste momento. Então, parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento e gostaria também de me associar a ele. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador César Borges...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou pedir licença um minuto, Senador José Agripino, para dizer ao orador que, como ele se transformou no centro dessa homenagem, referente ao triste falecimento de D. Maria de Lourdes Jereissati, não poderei considerar o tempo de V. Ex^a, porque veio à tribuna para fazer o seu pronunciamento e se procedeu à homenagem. Então, não seria correto cortar o tempo de V. Ex^a porque são dois fatos importantes: o discurso de V. Ex^a e os apartes que os Senadores estão fazendo. Assim, quando tocar a campainha, V. Ex^a não leve em conta porque é só para ligar o microfone.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço sua compreensão, Sr. Presidente. Acredito que V. Ex^a está também associado a toda essa homenagem que se presta ao nosso querido colega Tasso Jereissati.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador César Borges, eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo pela iniciativa, que eu teria também,...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com certeza.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...de levar uma palavra de homenagem a um companheiro queridíssimo, o nosso Presidente do PSDB, Senador Tasso Jereissati. Devo dizer a V. Ex^a que, sexta-feira passada, saindo de Salvador, terra de V. Ex^a, passei por São Paulo e avisei ao Senador Tasso que iria exclusivamente visitá-lo e fazer uma visita a D. Maria de Lourdes, se pudesse. Na manhã de sexta-feira, liguei para o Senador Tasso Jereissati, e ele me disse, contristado, que não iria ao hospital naquela sexta pela manhã. Eu disse a ele que não queria incomodá-lo, mas estava lá para manifestar-lhe a minha solidariedade. Eu já tinha passado por momentos como aquele. Eu sabia que D. Maria de Lourdes estava numa situação de muita debilitação física e a perspectiva de sobrevida dela não era alvissareira. E eu já havia passado por situação semelhante com o meu pai. Imaginamos que estamos preparados, mas, por mais preparação que haja, por mais expectativa que se crie em relação à perda de um pai ou de uma mãe, quando o fato acontece, surge um vazio, que é absolutamente chocante e doloroso.

Eu disse a Tasso que já havia passado por momentos como aqueles, de expectativa dolorosa e que estava ali para levar, com a minha presença, a solidariedade de quem já havia sentido o que ele estava sentindo, para expressar a solidariedade de um amigo, de um companheiro e que queria o melhor para ele e para a família dele. Lamentavelmente, ocorreu o inevitável: D. Maria de Lourdes se foi. O colega Tasso Jereissati, neste momento, está-se deslocando de São Paulo para Fortaleza. Eu queria dirigir a ele, a Carlos Francisco Jereissati, seu irmão, que, igualmente, é meu amigo, e a toda a família a minha manifestação de pesar. O que eu queria mesmo era me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a, que toma a iniciativa, em nome do PFL e dos companheiros do Partido da Frente Liberal, levar ao companheiro Tasso Jereissati a nossa mais sincera manifestação de solidariedade e de pesar pelo falecimento de D. Maria de Lourdes. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho certeza de que todos os Senadores que estivessem aqui presentes estariam solidários. Sinto-me muito honrado por receber tantos apartes, que, na verdade, não são dirigidos ao meu pronunciamento, mas em solidariedade ao companheiro Tasso Jereissati.

Ouçó o Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador César Borges, o pronunciamento de V. Ex^a, além de competente, também vem ao encontro do abraço que todos nós queremos dar à família Jereissati. Quero dizer que nós todos somos reflexos da educação que temos, do carinho que tivemos de nossas mães. Eu não conheci D. Maria de Lourdes, não tive esse privilégio, mas seguramente foi uma mãe dedicada, foi uma mãe que soube educar seus filhos, e o Tasso é o exemplo disso. Governador de Estado três vezes, grande administrador, um homem de caráter, digno, um homem muito honrado. Por isso eu quero aqui deixar um abraço à família Jereissati, ao Tasso, a sua esposa Renata, aos seus filhos, e dizer que realmente é um momento triste. A perda de uma mãe é um momento muito doloroso. E nós aqui, Senadores, colegas, companheiros, amigos estamos prestando-lhe nossa solidariedade. Quero, portanto, dar um abraço em V. Ex^a, Senador César Borges, e também acompanhar o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que apresenta condolências à família. Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, cinco minutos seriam suficientes para V. Ex^a concluir?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu vou restringir o meu pronunciamento, gratificado pelos apar-

tes, pela possibilidade de ter tido a solidariedade de tantos colegas, que, na verdade, é uma solidariedade ao Senador Tasso Jereissati. E vou resumir o meu pronunciamento pedindo a Deus que conforte o Senador Tasso Jereissati e toda a sua família neste momento de pesar profundo. Sinto-me honrado ao fazer, desta tribuna, esta saudação em nome do Senado e com apares dos ilustres Senadores, ao Senador Tasso Jereissati, que, num momento difícil, tem o reconhecimento e a solidariedade desta Casa. Tenho certeza de que falamos aqui em nome de todos os Senadores, muitos dos quais, até mais do que eu, já conviveram com ele tanto tempo e conhecia profundamente a sua família. Todos estamos juntos, neste momento, com a família Jereissati e, em particular, com o Senador Tasso Jereissati.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador César Borges.

Este é realmente um momento muito triste, mas que representa, sem dúvida, a estima que todos manifestam ao Senador Tasso Jereissati.

V. Ex^a, como Governador da Bahia, deve ter tido um relacionamento bastante aproximado com ele e sabe da cultura e do comportamento do Senador Tasso Jereissati. Sou amigo, também, do Carlos. Passei pelo Hospital, ocasionalmente – o meu filho havia sido operado –, e conversei muito com o Carlos. Havia uma grande preocupação com o estado de saúde da mãe, mas havia também a esperança de que uma cirurgia pudesse recuperá-la, mas, infelizmente, não aconteceu. Deus é quem decide.

E V. Ex^a, Senador César Borges, sendo o epicentro destas homenagens, elas têm o valor dobrado.

Agradeço a V. Ex^a. Se quisesse receber mais um aparte ao seu discurso, V. Ex^a teria o devido tempo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela importância do assunto, Sr. Presidente, encerro o meu discurso neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aguardaremos outra oportunidade para ouvi-lo, porque são sempre importantes seus pronunciamentos nesta Casa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan, tem V. Ex^a a palavra, por dez minutos, como inscrito.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra como Líder, logo após o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Ex^a pode falar antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a poderia usar da palavra agora.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, Sr. Presidente, prefiro aguardar um pouco, pois estou esperando algumas anotações. Falo depois do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito, em seguida será V. Ex^a.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me inscrevi na semana passada para falar sobre este assunto: a verticalização. No meu pronunciamento, pedia que os Deputados Federais refletissem sobre a quebra da verticalização.

No meu entendimento, a verticalização dava mais segurança de escolha, por parte dos eleitores, quanto à postura política de cada candidato, que poderia analisar a questão ideológica e a questão programática de cada Partido. A minha posição continua a mesma.

Tenho aqui inúmeros companheiros amigos, honrados, éticos, brilhantes parlamentares, tanto no PFL como no meu Partido, o PSDB, como também na Oposição e em outras legendas partidárias que foram favoráveis à quebra da verticalização para que se liberassem as coligações. Entendemos perfeitamente o motivo de cada um. Porém, eu não posso deixar aqui de fazer, mais uma vez, um pronunciamento em defesa da verticalização.

Nós pudemos acompanhar na semana passada os intensos e acalorados debates que se deram no cenário político nacional sobre o tema da verticalização das coligações nas eleições. Foi aprovada na Câmara a PEC nº 548, de 2002, aprovada aqui no Senado Federal, que estabelece o fim da regra de verticalização determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2002. Quanto às questões jurídicas, como a impossibilidade de mudança nas regras eleitorais com menos de um ano do pleito, deixo-as para os juristas de plantão. Eu gostaria de discutir um pouco as consequências políticas da tão falada verticalização, ainda desconhecida da maioria do povo brasileiro, que ainda não entendeu

bem esse processo de verticalização nem a quebra dela, nem a seqüência das coligações estaduais em relação à nacional, nem o “liberou geral”. O povo está perdido, Senador Romeu Tuma.

Inicialmente, devemos deixar claro que muitos dos que se uniram e lutaram pelo fim da verticalização não o fizeram impulsionados por firmes convicções teóricas ou por entenderem que seu prosseguimento era maléfico ao nosso sistema político-eleitoral.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou conceder-lhe o aparte, com muito prazer. Na semana passada, V. Ex^a, logo após o meu pronunciamento, também usou a tribuna defendendo a quebra da verticalização. É importante este debate.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Por isso estou pedindo um aparte. Mas é melhor V. Ex^a falar mais um pouco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Até para que possam ouvir um pouco daquilo que quero dizer.

Atrás de grande parte dos discursos contra a padronização nas coligações no Brasil se encontram interesses regionais dirigidos à lógica de seu Estado, de interesses estaduais. As disputas regionais acabam por pautar a agenda eleitoral nacional, transformando-a em refém das brigas políticas.

É verdade que vivemos em uma federação com o seu natural caráter multifacetado e plural. Entendemos perfeitamente, portanto, que importantes interesses regionais não podem ser desconsiderados.

Entretanto, como a nossa Carta Magna apropriadamente preceitua, os Partidos políticos devem ostentar claramente um caráter nacional, defender os interesses nacionais. Ou será que, por exemplo, um socialista de Santa Catarina pode ser diferente de um socialista de outro Estado? Será que a questão ideológica e partidária do Estado de Santa Catarina é diferente de uma questão ideológica, partidária, de outro Estado?

Deve-se frisar que a regra da verticalização não obriga a reprodução necessária das alianças nacionais nos Estados. Não obriga. Não quer dizer que, se estivermos coligados, em âmbito nacional, com o PFL, com o PMDB, que tenhamos de estar coligados também nos Estados. Não nos obriga. Podemos concorrer cada um com o seu candidato, porém só poderemos nos coligar com estes se houver um entendimento nacional na escolha de um programa para o Brasil, para a Nação. E a falta de um padrão, a falta de uma coerência mínima poderá criar certa confusão na cabeça dos eleitores mais humildes, daqueles que não estejam bem-informados sobre a situação.

Como poderemos explicar ao povo brasileiro que nós aqui, em Brasília, contestamos, cobramos do Governo um programa coerente, uma responsabilidade maior com seus compromissos e cobramos não apenas do Presidente da República, mas também dos Partidos que o apóiam, cobramos daqueles que, juntos, criaram um programa maléfico ou criaram um programa que não traz os benefícios necessários para a nossa Nação se não houver verticalização?

Esses Partidos que pensam diferente e que têm uma proposta diferente para a Nação estarão juntos e nós, que pensamos num programa inovador, num programa que traga alternativas melhores para o País – pelo menos, defendemos nosso entendimento –, teremos composições diferentes. Aqui contestamos os projetos; aqui contestamos as ações e, lá nos Estados, poderemos, Sr. Presidente, estar juntos com os Partidos que aqui nós contestamos. Ora, para que Partido político, então, se não houver pelo menos coerência em sua defesa? Quando se acusa um Parlamentar que é do PT, acusa-se praticamente a legenda partidária porque não o exclui da legenda.

Recentemente José Serra, Prefeito de São Paulo e um dos presidenciáveis, pediu a expulsão da sigla do PSDB de pessoas que não agiram corretamente com o dinheiro público porque o nosso Partido precisa ter coerência. É assim que tem de ser. Se não há coerência nacional, também não há coerência nos Estados com os Partidos.

Entendo que a verticalização é um retrocesso político para o País, mas a quebra da verticalização cria uma confusão maior na cabeça do eleitor.

Eu dizia à imprensa, há pouco, que a Justiça decidiu que deveria haver verticalização. Foi ela que abriu os olhos da classe política, que exigiu que se cumprisse a Lei Eleitoral. Esperamos que a própria Justiça novamente mantenha o que decidiu no passado.

Concedo o aparte, com muita alegria, ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador, discordo de V. Ex^a sobre este tema. Nós sempre concordamos em praticamente todos, mas, neste caso, discordamos. Penso que a verticalização foi um dos maiores erros cometidos no Brasil. Não vou explicar isso com as minhas palavras, mas com as do ex-Senador e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Paulo Brossard, um dos maiores homens públicos do Brasil. Ontem, ele publicou um artigo sobre a verticalização, mostrando quais as razões por que ela não deveria existir em nosso País. Resumirei rapidamente as razões. Primeiro, ele apresenta uma razão bem simplória. Ele pergunta: “Se as eleições não forem no mesmo dia?” Se a eleição para Presidente for em um

dia e as eleições para Governador, Senador etc, forem em outro dia, teria de haver verticalização? Claro que não. Segundo, na realidade, quando há eleição para Presidente, há um programa a se fazer para o País e, na eleição de Governador, há um programa a se fazer para cada Estado. Portanto, são situações bastante diferentes. Evidentemente, as questões variam de Estado para Estado. Somos 27 Estados. Há também outra questão com relação ao tamanho dos Estados. Temos um Estado como São Paulo, que representa praticamente metade da Federação, e 26 outros, nos quais a outra metade é dividida. Evidentemente, com a verticalização, a política de São Paulo, via política nacional, vai ser imposta ao País.

Leio o final do artigo publicado no **Correio Braziliense**, que diz o seguinte:

Atribuir a um pacto celebrado no plano nacional o efeito de, aos seus termos, sujeitar 27 Estados autônomos e diversificados parece, em tudo e por tudo, avesso ao modo federativo vigente à realidade dos fatos.

Portanto, gostaria de pedir, não sei se é possível, se V. Ex^a concordar – eu acho que não seria o caso, mesmo porque o discurso de V. Ex^a é a favor e o artigo é contra, mas na verdade esse artigo é muito importante. Agradeço por me dar a oportunidade de citá-lo. Acho que, sem a verticalização, nós vamos fazer nossa política estadual, tanto Santa Catarina como Pernambuco, sem que São Paulo tenha esse efeito tão grande no nosso Estado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador José Jorge, respeito a opinião do nobre Líder da Minoria. Inúmeros outros Parlamentares do PSDB também defendem a quebra da verticalização. No meu Estado, Santa Catarina, é possível que o PSDB tenha de concorrer sozinho, caso permaneça a verticalização, mas não há problema nisso. A questão, a meu modo de ver, é que devemos ser coerentes com aquilo que defendemos nacionalmente. Não podemos separar o nosso Estado do Brasil. Sei que há composições estaduais. Entendo que o Estado é um problema e o Brasil é outro. Eu acho que o Brasil é por inteiro.

Está aí o Governo Federal deixando de repassar recursos para alguns Estados, deixando de cumprir obrigações com alguns Estados, às vezes só porque são adversários políticos. Não é assim que se tem que proceder. O Brasil é um todo e a lei eleitoral tem que se direcionar para todo o Brasil. Sem a permanência da verticalização, será imprescindível não só como um mecanismo de defesa da nossa democracia contra o fisiologismo e os conchavos, mas sobretudo como arma

fundamental contra até possíveis estelionatos eleitorais. Porque muitos partidos vão criar partidos pequenos, partidos de aluguel, vão ficar livres para fazer conchavos com qualquer outra legenda que desejar.

Eu, Sr. Presidente, mesmo com os prejuízos eleitorais no meu Estado de Santa Catarina, entendo que verticalização seria um processo de credibilidade que ganharia a classe política. Nós avançamos há poucos dias, acabando com o recesso, com o pagamento das extraordinárias e, logo depois, recuamos, retroagimos de novo ao quebrarmos a verticalização.

Eu queria, para terminar, Sr. Presidente, dizer que o nosso povo quer cada vez mais transparência e credibilidade no processo de formatação das alianças políticas. Caso contrário, continuaremos a ouvir aquela famosa situação de Bismarck, que diz: “Se o povo soubesse como são feitas a política e as salsichas, a coisa seria bem diferente.”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP) – Com a palavra, por cessão do Senador José Jorge, o Senador Flexa Ribeiro, pelo prazo de dez minutos. Em seguida, o Senador José Jorge, pela Liderança do seu Partido, e, posteriormente, o Senador Mão Santa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Senadora Patrícia Sabóia, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste instante para fazer uma denúncia bastante grave. Ontem, aprovamos o projeto de gestão de florestas, projeto, que vem resolver o problema do uso econômico das florestas amazônicas. A denúncia que faço hoje aqui atinge diretamente a economia do meu Estado do Pará. Tenho a certeza de que todos os paraenses e as paraenses que nos ouvem através do Sistema de Comunicação do Senado Federal não concordam e não aceitam essa forma de agir de movimentos ilegais, como o MST, e de Associações, como a Fetagri.

Refiro-me, Sr. Presidente, a invasões de áreas produtivas e, mais do que isso, exatamente às invasões que estão se repetindo. Essa que ocorreu ao final do ano passado foi a quarta, numa área da Camargo Corrêa Metais, da ordem de 11 mil hectares, dos quais têm a sua reserva legal, de 80%, voltada ao manejo florestal, legalmente aprovada pelos órgãos competentes, como o IBAMA, e o restante dessa área para plantio de eucaliptos, para que dê sustentação à produção de silício metálico na sua planta industrial.

Sr. Presidente, essa área foi invadida por quatro vezes, sendo que nessa última, em setembro de 2005, houve a ação policial para a retirada dos invasores, assim como nas demais. Acontece que, todas as vezes que os invasores se retiram, acampam na estrada

que dá acesso ao projeto, destroem as benfeitorias do projeto e furtam as árvores do manejo sustentável que essa indústria mantém no município de Breu Branco, no meu Estado do Pará.

É importante, Sr^{as} e Srs. Senadores, que eu faça aqui a leitura da Ata da 17^a Reunião Extraordinária do Comitê de Decisão Regional do Incra, que diz o seguinte:

O Sr. Chefe da Divisão Técnica apresentou aos membros do colegiado a proposta do arquivamento do Processo Incra nº 54.600.003483/99-50, que trata da proposta de desapropriação de interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural denominado Fazenda Água Azul II, com área de aproximadamente onze mil, duzentos e oitenta e seis hectares, de propriedade da empresa CCM, Camargo Corrêa Metais, localizada no município de Breu Branco do Pará, por ter sido considerado impróprio para o Programa de Reforma Agrária em virtude da existência de projeto técnico de manejo florestal na área do imóvel.

Conforme parecer da Procuradoria Jurídica Regional, os membros do comitê optaram pelo arquivamento dos autos.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, V. Ex^a, que tão bem representa o nosso querido Estado do Pará no Senado Federal e defende a utilização correta das nossas riquezas regionais, sabe que não é possível aceitar que o Incra de Marabá ainda esteja alimentando naqueles pobres – que não sei se são sem-terras ou sem-toras – a possibilidade de virem a ter essa área desapropriada para efeito de assentamento. Isso é um absurdo de tal ordem, porque o próprio Incra já definiu que essa área é imprópria para desapropriação já que ela é produtiva e vem dar respaldo à planta industrial da Camargo Corrêa Metais. É importante, Senador Alberto Silva, que o Brasil tome conhecimento de que o investimento da CCM no Pará é da ordem de US\$150 milhões e gera, entre empregos diretos, terceirizados e indiretos, algo em torno de 5 mil postos de trabalho. E essas pessoas inconstitucionais e irresponsáveis que alimentam aqueles necessitados, para que eles invadam essa área – que já foi considerada pelo Incra como imprópria para a desapropriação – podem tornar insustentável e fechar essa planta produtiva do nosso País que produz, na essência, silício metálico para exportação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já há um inquérito policial que atende a essa questão e já estão indiciados, pelo MST, um cidadão de vulgo Messias

e, pela Fetagri, um cidadão de vulgo João do Óculos. Peço ao Exm^o Sr. Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional, que ainda esta semana fez contato com o delegado que preside o inquérito, para saber se essas pessoas seriam presas – evidentemente, o delegado disse que ele estava atendendo ao inquérito policial e que essas pessoas estavam comprovadamente envolvidas nas invasões – que faça gestão no sentido de retirar de vez e dar para a empresa as condições de tocar o seu projeto industrial com tranqüilidade, gerando os empregos que gera para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado do Pará.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, querido amigo e nobre representante e defensor do nosso Estado do Pará, tenho certeza que V. Ex^a assina embaixo de todas essas denúncias que faço agora, para que o Governo Federal, através do Incra, através da Ouvidoria Agrária, possa dar uma solução de vez, para que a empresa tenha a tranqüilidade de dar continuidade ao seu projeto industrial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otavio. PMDB – PA)

– Na lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Líder, Ministro e Senador, José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco,

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com cinco de prorrogação. Seriam cinco, mas, como hoje V. Ex^a está como Líder, terá direito a dez.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tribunal de Contas da União determinou ontem que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, não repasse recursos para a organização não-governamental Instituto Cidadania.

Como todos nós sabemos, esse Instituto Cidadania é uma ONG que pertence ao PT.

A Auditoria do TCU constatou que o projeto “Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Social” não é compatível com as atividades estatutárias do Sebrae.

Ainda segundo o Tribunal, foi repassado R\$1,7 milhão, isto é, um milhão e setecentos mil reais, para o Instituto Cidadania, durante o ano de 2005, pelo Sebrae.

Em decisão unânime, acompanhando o voto do Ministro Benjamin Zymler, o Tribunal determinou ontem a imediata suspensão do repasse do órgão público e a ONG, que tem notórias ligações com o Partido dos Trabalhadores.

Para confirmar mais este tráfico de influência no Governo Federal, constatou-se que o atual presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, é membro do Conselho Fiscal da Organização Não-Governamental.

Isto é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Paulo Okamoto, que é um famoso amigo do Presidente Lula, que é o antigo tesoureiro informal do PT, participava das campanhas de arrecadação de recursos – e inclusive está nos depoimentos do próprio Sr. Gilberto Carvalho na investigação interna que o PT fez – repassava dinheiro para uma ONG, dinheiro do Sebrae, portanto, dinheiro público, para fazer um trabalho que não tem nada a ver com o trabalho do Sebrae e ele era do Conselho Fiscal da ONG. Enfim, era dinheiro público para ele mesmo e para a ONG da qual ele era dirigente.

Por coincidência, é o mesmo Paulo Okamoto que teria pago do seu próprio bolso uma dívida de R\$29.400,00 do Presidente Lula, de quem é um dos melhores amigos.

E é por “coincidências” como esta que a CPI do Senado Federal que apura os casos de corrupção, depois de ouvir o depoimento do Sr. Paulo Okamoto, ficou com sérias dúvidas sobre a veracidade da informação prestada diante da Comissão.

Nesses casos, como em qualquer outro procedimento de apuração judicial, restou à Comissão confirmar, ou não, a veracidade do depoimento prestado, razão pela qual a CPI aprovou a quebra do seu sigilo bancário, que em rápida análise poderia confirmar a legalidade da procedência dos recursos utilizados. Isto é, a CPI só pediu a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto porque ele disse que pagou o dinheiro do Presidente Lula – ele pagou, em dinheiro vivo – em quatro bancos diferentes e não se tem a origem desse dinheiro. Por conta disto, a CPI achou que deveria quebrar o seu sigilo bancário para confirmar o que realmente aconteceu. Isso é bom para a sociedade e é bom também para o Sr. Paulo Okamoto, porque essa dúvida deixa de existir em cima dele.

Mas parece que não ficou muito claro para o Supremo Tribunal Federal os objetivos da Comissão, calcados na legalidade dos procedimentos usuais de investigação. Todos nós sabemos das atribuições do Supremo Tribunal Federal, porque elas foram delegadas pelo Congresso Nacional. Entre elas está a defesa das garantias individuais. Isto é, não há interferência do Supremo Tribunal Federal em relação às atribuições do Legislativo, porque, no momento em que algum direito individual esteja sendo quebrado ou alguém ache que esteja sendo quebrado – pelo Legislativo, pelo Judiciário ou pelo Executivo, seja quem for – cabe àquela

pessoa recorrer ao Supremo. Então, o Supremo tem que examinar e de certa maneira, proteger aquela pessoa se ela tiver razão.

Então, neste ponto de vista em dizer que o Supremo está entrando nas atribuições do Congresso, eu acho que não. Eu acho que o Supremo está realizando o seu trabalho e cabe a nós insistirmos para que consigamos a abertura desse critério.

Contudo, o Congresso Nacional tem também suas atribuições constitucionais e, entre elas, está a defesa do interesse da sociedade por meio do instrumento das Comissões Parlamentares de Inquérito. Isto é, há o interesse individual do Dr. Paulo Okamoto de não ter seu sigilo bancário quebrado e há o interesse da sociedade, que nesse caso está sendo definido pelo Supremo, de saber efetivamente o que aconteceu no pagamento desse dinheiro, que está sendo defendido pelo Congresso Nacional, particularmente pela CPMI.

Ao meu ver, nessa decisão liminar do Supremo, ainda não foram convenientemente apreciadas essas particularidades que a CPMI está investigando. No momento oportuno, depois dos devidos esclarecimentos do Presidente e do Relator da CPMI ao Supremo. Os dois Senadores, o Presidente e o Relator, irão ao Supremo na próxima terça-feira, exatamente para esclarecer aos Ministros e particularmente ao Presidente Nelson Jobim. Após os devidos esclarecimentos do Presidente e do Relator da CPMI ao Supremo, aquela Corte reverá a decisão e, ao final, a verdade virá à tona. Quem está com a verdade não tem medo de divulgá-la. Quem tem o que esconder é que teme a publicidade de seus atos.

Portanto, a conclusão disso é o seguinte: se o Sr. Paulo Okamoto não quer que seu sigilo bancário seja quebrado, estando ele sob suspeição, o que seria bom a ele porque mostraria que realmente a suspeição não deveria existir, é porque ele está errado e com medo de que a verdade venha à tona. Vamos insistir e quebrar o sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, do Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seguindo o gesto dos Líderes José Agripino e Delcídio Amaral, que homenagearam de maneira sentida, interpretando o sentimento de toda a Casa, a Sr^a Maria de Lourdes, falecida ontem à noite, mãe do presidente do meu Partido e querido amigo, o Senador Tasso Jereissati, e seguindo requerimentos de Senadores do meu Partido, com a adesão de outros, da Casa inteira, apresentei

eu também requerimento de voto de pesar pelo falecimento de D. Maria de Lourdes. Acompanhei esses dias finais de D. Maria de Lourdes pelo sofrimento do Tasso. A ele envio um abraço muito afetuoso, que se estende a todos os seus irmãos, a todos os genros, noras, netos, de D. Maria de Lourdes. Infelizmente, a vida é assim mesmo. O Senador Tasso e sua família haverão de se recobrar desse golpe rude e inesquecível. Mas é assim mesmo. Estamos nos dirigindo a Fortaleza para participar dos funerais de D. Maria de Lourdes. Aqui fica o registro, porque é fundamental que o Senado demonstre nesta hora o seu apreço por figura tão insigne, tão querida e respeitada no Ceará e por todos os lugares por onde passou.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Pela ordem, o Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu também queria me associar, neste momento, apresentar as minhas condolências, o meu pesar, ao Senador Tasso Jereissati, essa figura tão importante do Senado Federal e do cenário nacional. Associo-me a S. Ex^a e manifesto-lhe os nossos sentimentos, em meu nome pessoal e em nome da minha terra, a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Retornamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do nosso PMDB do Estado do Piauí, por cessão do Senador Alberto Silva, ex-Governador do Piauí.

Se V. Ex^a me permite fazer uma observação, Senador Mão Santa, a lista de oradores está muito longa e há uma pressão permanente dos Senadores para falarem. Mas eu atendo primeiramente ao Piauí, que tem prioridade nesta Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão.) – Senador Luiz Otávio, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Luiz Otávio – antes que V. Ex^a passe a Presidência para o Senador Renan Calheiros, que chega neste momento –, eu conheci V. Ex^a em uma igreja cristã, no casamento da sua filha. Fiquei encantado pelas pregações e pela formação cristã.

Deus escreve certo por linhas tortas. Quis Deus, aqui e agora, estar o Piauí bem representado. Atentai bem! Está presente o Prefeito da cidade de Barras, que era Suplente de Alberto Silva. Barras não é uma

cidade comum. Das 5.600 cidades brasileiras, poucas têm filhos ilustres como Barras. De lá, saíram cinco ex-governadores. Dizem que é a terra do governador. Contesto, porque Parnaíba teve três, mas só Alberto Silva vale por seis, então passamos à frente.

Barras tem a grandeza histórica do Brasil. É preciso o Brasil aprender, Senador Renan Calheiros, e o Senado é para isso. Durante o Império, o jornalista Davi Caldas abriu em Teresina um jornal chamado **O Oitenta e Nove**. O nome é esquisito!

Senador José Jorge, o jornalista barrense Davi Caldas queria inspirar todos os brasileiros a seguirem o grito do povo nas ruas da França, em 1789. Dezesete anos, só Teresina, Senador Ramez Tebet. Então, o profeta da República foi de Barras.

Estamos aqui, meu irmão, Deputado Federal, Presidente da Federação das Indústrias, Severo Eulálio, que está para ser Senador, nas leis do destino. Ele herdou o nome do seu pai, dos autênticos do PMDB, que eu e Ramez Tebet, neste instante, estamos aqui representando.

A imprensa do Piauí é a de maior glória neste País, pela presença de David Caldas e Carlos Castello Branco.

Carlos Castello Branco, o Castelinho, foi o único – o único – jornalista que teve a coragem, no período da ditadura, nas suas entrelinhas, de dar esperança de democracia. Ele é do Piauí!

Deputado Antonio José de Moraes Souza, estamos com um artigo de Zózimo Tavares, que é um reviver de Carlos Castello Branco. Senador Leonel Pavan, não é um jornalista qualquer. Zózimo Tavares revive David Caldas, revive o maior dos jornalistas brasileiros, que enfrentou a ditadura, Castelinho. E o Zózimo tem inteligência – cabeça de muita inteligência tem que ser grande –, não é um qualquer. Ele é da Academia de Letras do Piauí.

Neste instante, o mais influente, é Alberto Costa e Silva, filho do poeta Da Costa e Silva, que fez o nosso hino: Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Sugiro que Alberto leve esse piauiense para substituir Carlos Castello Branco. Ele é da Academia. Não é um jornalista qualquer. É autor de: **Falem mal, mas falem de mim; Pra seu Governo; O Pulo do Gato; Meus Senhores, Minhas Senhoras; Filosofia Barata; O Velho Jequitibá; Vote Lá que eu Voto Cá; Céu da Terra; O Voto é Inseticida Contra Praga de Ladrão; Zé da Prata, poeta da sátira; Sonetos de Cantadores; o Piauí no Século 20; Sociedade dos Poetas Trágicos.**

É esse autor que lança, na sua coluna do **Diário do Povo**, o JK do Piauí, neste momento em que muita gente se alvoroça em querer ser JK.

Presidente Renan, não é qualquer um não, mas Zózimo Tavares, a reprodução de Castelinho do Piauí na imprensa, de David Caldas.

Alberto Silva, Senador Renan, guio-me pela filosofia que diz que quem tem bastante luz própria não pode diminuir ou apagar o brilho dos outros.

Presidente Renan, V. Ex^a brilhou no Ministério da Justiça e foi um extraordinário Ministro, comparável ao ministro piauiense Petrônio Portella, que em pouco período também ocupou esta Presidência. V. Ex^a ocupa a Presidência – e podem chegar até outros –, mas antes vá ler. V. Ex^a não vai adotar a filosofia de que ler uma página cansa, que é chato e incômodo.

No livro **As 48 Leis do Poder**, a primeira lei é: “Não ofusque o brilho do mestre”. Eu quero dizer uma de que tenho até inveja, Senador José Jorge, de Héctor Cámpora. Os militares tomaram o governo de Perón, que foi exilado. Com a volta de democracia, ele escolheu Héctor Cámpora. Lá da Espanha, ele elegeu Héctor Cámpora presidente, que renunciou para possibilitar a Perón ganhar a outra eleição. Ele disse, justificando: “Perón é mais que o Sol, pois o Sol ilumina a Argentina de dia, e Perón dia e noite”. Alberto, nós não poderíamos dizer isso porque seria roubar de Héctor Cámpora, mas caberia isso no Piauí.

Senador Alberto Silva, esse é um diploma que V. Ex^a merece. Quem planta, colhe. V. Ex^a é JK do Piauí. Esta semana, este plenário se encheu, e o Brasil parou para homenagear JK. Eu mesmo o fiz em nome do Piauí.

Agora, o JK do Piauí.

Senador Ramez Tebet, Zózimo Tavares não é um qualquer. É um jornalista de alto gabarito e alto conceito. Ele faz a análise dos políticos do Piauí. Ele cita Petrônio Portella, que dignificou o meu Estado, que nós vimos aqui. Sou testemunha, eu estava do lado dele no dia em que os canhões tomaram este Parlamento. Questionado pela imprensa, Petrônio respondeu: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Essa mensagem fez Geisel refletir e reabrir o Congresso em que estamos. Ele compara Petrônio com o JK do Piauí.

“O outro político que fez escola no Piauí foi Alberto Silva. Deputado estadual, prefeito de Parnaíba por duas vezes”, o melhor de sua história. Eu fui, mas reconheço que Alberto Silva foi o melhor, de 1948 a 1950.

Meu irmão Antônio José andava num jipe Land Rover, buscando os eleitores, e eu ia trocando as chapinhas. Naquele tempo, Renan – você não tinha nascido –, o eleitor ia de terno branco, tinha aquela farra do almoço na casa dos políticos, e a gente trocava as chapinhas. Em 1948, Alberto já era Juscelino.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite aparteá-lo?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permito.

A Parnaíba era invadida, como a Holanda, pelas águas. Aliás, nossa brincadeira era no rio em que se transformava a rua da Coroa, onde eu e o Antônio José nascemos. Fazíamos jangada com bananeiras. Alberto Silva acabou com a nossa brincadeira. Fez um dique. Nunca mais entrou água no bairro que era alagado.

Diz Zózimo que o arrojado Alberto Silva “é o nosso JK”. Todos que passam pelo Governo do Piauí tentam e sonham passar para a história como Alberto Silva. “O Dr. Alberto construiu a imagem de tocador de obras, um governante arrojado que mudou a cara do Piauí na primeira metade dos anos 70. O Estado virou um canteiro de obras a céu aberto. Durante seu governo, o Piauí era rasgado de norte a sul com suas primeiras estradas asfaltadas, puxava fios de eletricidade da Boa Esperança para todo o Estado, iluminava as cidades, construía escolas e hospitais em larga escala, publicava e distribuía livros a mão-cheia, tudo em ritmo acelerado, e mandava um time de futebol valente para disputar um campeonato nacional.” O Tiradentes. “Seu governo mexeu com a cabeça dos piauienses. Foi um choque na crise de auto-estima. Ele mostrava trabalho e esbanjava otimismo. Com um governo realizador, numa época em que o Piauí se contentava com pouco, ancorado numa máquina azeitada de propaganda política e governamental, Alberto Silva virou um mito político”. Virou um mito político não só no Piauí, mas no Brasil.

Reconhecido por esta Casa, ele é conselheiro da República.

“Não houve, até hoje, um governante com tanta empatia com o povo. Petrônio sem dúvida teve mais engenhosidade na política, mas não alcançou o carisma popular de Alberto Silva”. Essas são as palavras de Zózimo.

Concedo um aparte, primeiramente, ao Senador José Jorge, porque ele é do quadro do Alberto. O orgulho do Alberto é definir-se: sou um engenheiro político. E V. Ex^a, Senador José Jorge, representa, neste instante, os engenheiros do Brasil. Eu vi todos que se formaram em Itajubá reverenciar V. Ex^a.

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a recebeu a outorga maior, a Comenda Grã-Cruz, comenda que foi criada no Governo Alberto Silva. Eu apenas atendi ao apelo do povo do Piauí para homenageá-lo. A inspiração da comenda foi de Alberto Silva.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Eu quero também me solidarizar com V. Ex^a pelo discurso. O Senador Alberto Silva é, para nós, aqui no Senado, desde que aqui chegamos, um exemplo de competência e de tra-

balho. Como engenheiro que sou, como engenheiro também que S. Ex^a é, fico orgulhoso de S. Ex^a usar a engenharia com tanto bom-senso político. Realmente, seu governo foi marcante no Piauí, sua atuação aqui no Congresso Nacional sempre traz uma série de assuntos que estão, direta ou indiretamente, ligados à questão da produção, da engenharia, da produtividade. O Senador Alberto Silva é um exemplo para todos nós e também um grande Senador, como foi um grande Governador. Parabéns a V. Ex^a e ao Senador Alberto Silva.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporamos a palavra do Senador José Jorge, engenheiro e ex-Ministro deste País, que enfrentou e venceu o “apagão”.

Concedo o aparte ao Líder de Santa Catarina, Leonel Pavan, que também foi Prefeito por três vezes, como Alberto Silva, que foi Prefeito de Parnaíba duas vezes e também foi Governador do Estado. E o povo de Teresina diz que também ele era prefeito, que não houve melhor prefeito do que ele em Teresina.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Mão Santa, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo brilhante discurso que faz, contando um pouco da história do Piauí. Não se pode falar da história do Piauí sem citar o Senador Alberto Silva. Mas isso V. Ex^a não faz apenas da tribuna, faz no dia-a-dia, nas conversas aqui no Senado, nos corredores, nos gabinetes. V. Ex^a se refere a Alberto Silva como um dos grandes exemplos da política nacional. Eu, que não o conhecia pessoalmente, pois passei a conhecê-lo aqui no Senado, eu o tenho como exemplo de homem público. Os seus pronunciamentos, com calma, com coerência, mostrando caminhos para o Brasil, dignificam a política e servem para nós – eu ainda sou novato aqui no Senado, com apenas três anos aqui, apesar de ter sido Deputado Federal –, servem para mim como exemplo, para também seguir esse caminho trilhado pelo Senador Alberto Silva. Mas, Mão Santa, o que admiro na sua pessoa, é a forma como V. Ex^a fala do Piauí, da sua história, da imprensa, das conquistas, das obras, de tudo que o Piauí representou e representa para o País. Da mesma forma, eu falo do meu Estado, Santa Catarina. São dois Estados situados nos extremos, mas dois Estados de grande importância para a cultura, para a economia e para a história do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Pavan, sem pretender interromper V. Ex^a e sem querer também interromper o discurso do Senador Mão Santa, quero, interpretando o pensamento da Casa, expresso por requerimentos,

por várias intervenções, dizer que levarei, pessoalmente, o voto de pesar ao Senador Tasso Jereissati, ao Dr. Carlos Jereissati e aos seus familiares pelo falecimento de sua mãe, D^a Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati.

Com a palavra V. Ex^a.

O Sr Leonel Pavan (PSDB – SC) – Para finalizar aqui meu pensamento...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – S. Ex^a está concluindo. Logo sem seguida darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É sobre essa questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo um aparte a S. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria manifestar, em nome da Liderança do Governo, nossos sentimentos de pêsames à família do grande Senador Tasso Jereissati, pela perda da sua mãe, D^a Maria de Lourdes, e estender esse voto de pesar a toda sua família, a Carlos Jereissati, a Lia Jereissati, à Lia Jereissati, aos filhos e aos netos de Dona Maria de Lourdes. Sabendo o quanto é doloroso, pela relação muito profunda que o Senador Tasso tinha com sua mãe, acompanhamos, ao longo desta semana, toda a dor e tristeza. Sei que esse é o sentimento de todos os Senadores que têm pelo Senador Tasso um imenso respeito. Por isso, quero ao Presidente da Casa expressar o nosso sentimento e deixar o nosso abraço ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permita-me, Senador Mão Santa, finalizar o aparte que V. Ex^a me concede. Santa Catarina também é um Estado que contribuiu, e contribui muito, com o nosso País, com a sua história. Sempre que uso a tribuna falo com o coração, mostrando as potencialidades de Santa Catarina, mas V. Ex^a o faz pelo Piauí a todo momento. Essa unidade que existe entre Heráclito Fortes e Alberto Silva em defesa do Piauí orgulha a sociedade desse Estado. V. Ex^a, um dos grandes oradores, sempre cita o Piauí como o Estado mais pujante do Brasil. Na verdade, é um Estado importante, foi, é e será, mas o Governo Federal certamente não o reconhece, não dá a atenção devida que merece aquele Estado, mesmo pedindo V. Ex^a, todos os dias, a atenção do Governo Federal. O Governo Federal não dá atenção para o seu Estado como também não dá para o meu Estado, Santa Catarina. Mas não deixa, mesmo as-

sim, o Piauí de ter aqui três grandes Senadores: Heráclito Fortes, Mão Santa e esse exemplo de homem público que é Alberto Silva.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeçamos a V. Ex^a e sabemos o significado de Santa Catarina. Quando governei o Piauí, fui a Gaspar buscar a Bunge, que era a Ceval e que se transformou numa multinacional, e hospedaram-me em Camboriú, um pedaço do céu, como o nosso Piauí, a Cidade que V. Ex^a construiu. Deus fez a natureza, e V. Ex^a, os encantos da Cidade.

Darei o aparte ao nosso Líder, do PMDB do Amapá, Senador Gilvam Borges.

Mas, antes, Sr^a Presidente, que aqui está presidindo em virtude da ausência do nosso Presidente que nos foi representar junto ao Senador Tasso Jereissati, também quero incorporar o sofrimento do Estado do Piauí pelo falecimento da mãe do Senador Tasso Jereissati, a quem todos somos muito ligados, desde o seu pai, em quem tive o privilégio de votar para Senador, quando estudava em Fortaleza. Aqui o Piauí apresenta as suas condolências por intermédio de Alberto Silva, do Deputado Federal Antônio José de Moraes Souza, do Prefeito de Barras e do próprio Senador Severo Eulálio.

Concedo o aparte ao nosso Líder do PMDB Gilvam Borges.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a não só emociona. V. Ex^a representa a vanguarda, a disposição e a coragem do Piauí.

(Interrupção do som.)

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a é a imagem. Eu estava ouvindo o discurso de V. Ex^a, vendo o chapéu quebrado do cangaceiro, do rompedor, vendo aquele chapéu quebrado do grande general Napoleão à frente da cavalaria. V. Ex^a é sempre uma voz à frente, encampando as idéias. Mais gratificante é ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, quando traz a esta Casa uma homenagem justa e especial a esse grande estrategista Alberto Silva. Um homem de idéias, um homem de ação, que, com quase 80 anos de idade, continua com a vitalidade, com o entusiasmo defendendo o seu Estado. É justo, admirável, V. Ex^a vir e fazer esta homenagem a Alberto Silva, um dos quadros do PMDB. Portanto, congratulo-me e associo-me a este grande general das grandes causas do Piauí: Mão Santa. V. Ex^a, para mim, já não é mais a mão pecadora; V. Ex^a é o Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador Gilvam Borges.

Concedo o aparte a essa extraordinária figura que enriquece este Plenário. Sem dúvida, é uma figu-

ra que encanta. O Piauí toda hora nos cobra, Senador Ramez Tebet, a sua volta, a sua presença para descansar no Piauí.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, devo isso a V. Ex^a. Estando na tribuna, V. Ex^a tem sempre uma palavra de solidariedade, uma palavra amiga, não só a respeito dos interesses do Piauí, mas a respeito de todos os seus colegas. V. Ex^a, a todo instante, homenageia os seus colegas, e tenho sido destinatário da gentileza de V. Ex^a. É por isso que, quando eu vi V. Ex^a na tribuna e vi presente no nosso plenário o seu irmão Antonio José de Moraes, que, junto com toda a sua família, tão bem me recebeu no Estado do Piauí, deixei o meu lugar para ficar ao seu lado, para que ele transmita a sua família no Piauí os meus agradecimentos. Senador Mão Santa, V. Ex^a é um homem que faz justiça, tem esse sentimento no coração e vem a esta tribuna prestar uma homenagem ao Senador que toda esta Casa admira. É unanimidade, como V. Ex^a afirma. É unanimidade no Piauí; é unanimidade no Senado da República. Tive oportunidade de votar em Alberto Silva. V. Ex^a deve estar-se perguntando porque não está lembrando: “Votou em Alberto Silva para quê? Qual foi o voto que V. Ex^a depositou em Alberto Silva?” Se V. Ex^a não está lembrado, votei em Alberto Silva para que ele representasse o Senado da República no Conselho da República. Isso por quê? Pela sabedoria de Alberto Silva, pela sua experiência, tanto é que o eminente jornalista do Piauí compara a administração de Alberto Silva à de Juscelino Kubitschek de Oliveira, tão homenageado nesta Casa. Portanto, parabéns a V. Ex^a, Senador Mão Santa, parabéns ao eminente jornalista do Piauí. Senador Alberto Silva, olho para V. Ex^a e lembro que alguém disse “o estrategista”. Muitos vão se lembrar de V. Ex^a pelas teses que tem defendido. Estamos numa operação tapa-buraco. V. Ex^a foi ao Ministério dos Transportes, ocupou esta tribuna, foi à Presidência da República e perguntou – não vou repetir como – se poderia consertar as estradas do Brasil. V. Ex^a tem ocupado a tribuna para mostrar o valor do biodiesel. V. Ex^a será lembrado. Sem dúvida alguma, é um grande Senador da República. Eu não poderia deixar, Senador Mão Santa, de me associar às palavras de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, agradeço a V. Ex^a e peço para incorporar todas as suas palavras ao meu pronunciamento. O Piauí não esquece os poucos dias em que V. Ex^a foi Ministro – ninguém o excedeu –, e V. Ex^a foi mais dadivoso ao Piauí. Com V. Ex^a, inauguramos barragens, açudes, conjuntos habitacionais. Traduzindo a

gratidão do povo do Piauí, outorgamo-lhe a comenda maior Grã-Cruz Renascença do Piauí, inspiração do Governo passado de Alberto Silva.

Para terminar – os últimos serão os primeiros –, apresento o apanteante não como um Senador, mas com um título que nos iguala. Temos o mesmo amor pelo Piauí, mas apresento-o como filhote de Alberto Silva. Eu e o Senador Heráclito Fortes somos filhotes políticos de Alberto Silva.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Mão Santa, trazer à tribuna do Senado Federal o artigo do jornalista Zózimo Tavares a respeito do Senador Alberto Silva é mais um momento de felicidade de V. Ex^a. Primeiro, porque, além de fazer justiça a Alberto Silva, faz justiça a um dos melhores jornalistas que o Piauí tem. A pureza, a leveza de seu artigo demonstra exatamente o sentimento que contaminou toda uma geração de piauienses, que é a geração pós Alberto Silva. Antes de ontem, fizemos aqui uma homenagem a Juscelino Kubitschek. Mostrei o quanto Juscelino influenciou minha vida; aliás, dois homens públicos influenciaram: Juscelino e o Dr. Alberto Silva. Com relação ao Dr. Alberto, há um fato interessante. Quando foi escolhido Governador do Piauí, eu já não morava no Estado, morava em Recife, e nos encontramos por diversas vezes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ..., uma vez que eu tinha ligações familiares com a cidade de Parnaíba. Senador Mão Santa, tive a oportunidade, em suas constantes idas a Recife, de admirar o Dr. Alberto Silva, em primeiro lugar, por seu apreço à juventude. Procurava, por meio dos estudantes piauienses que estavam na universidade pernambucana – e isso ele não fez apenas no Piauí, mas no Brasil inteiro, por onde andava, peregrinando – mostrar que queria mudar o Piauí, que precisava, acima de tudo, da fé e da crença dos jovens. Proferiu palestras no Piauí, no Ceará – o Ceará já o conhecia –, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, no Brasil inteiro. A primeira impressão era de pessoas assustadas em ver sair do Piauí, um Estado adormecido, esquecido, que vivia humilhado, um engenheiro mostrando que faria o que ninguém acreditava. A primeira providência de S. Ex^a foi recuperar o estado de espírito do piauiense, avacalhado com aquela famosa história de Caravelli, de a bandeira do Piauí ser feita de couro de bode e outras coisas mais. O piauiense era um cabisbaixo. A primeira lição que S. Ex^a deu – ontem comentávamos na tribuna –foi um fato interessante. As grandes

febres nacionais naquele momento eram o Santos e o Pelé. O Santos ia disputar um jogo em São Luis e outro em Fortaleza. A Federação Piauiense de Futebol procura o Governador Alberto Silva e diz: “Vamos aproveitar e fazer o jogo aqui em Teresina”. Ele disse: “Pois não, o Estado ajuda. Mas cadê o contrato? O Pelé joga?” “O Pelé joga”. Resolveram tirar o Pelé, que foi direto para Fortaleza sem passar por Teresina. Alberto Silva suspendeu o jogo e alguns dizem que prendeu o time. Não sei se prendeu ou não. O certo é que foi uma lição tremenda, dada por esse homem que teve a coragem de parar o time do Santos por dois dias em Teresina. O time do Santos teve de sair às pressas para cumprir seu último compromisso em Fortaleza. Desmoralizado, não o time, que não tinha nada com isso, mas os que firmaram aquele contrato não cumprido com o Piauí. A partir desse momento, nos primeiros meses de Governo, a imagem de Alberto Silva como Governador mudou e passou a ser o Governador do otimismo. Construiu estradas e o “Albertão”. Cortou o Piauí de ponta a ponta com asfalto. Asfalto era coisa rara no Estado, naquela época. Construiu hotéis, que o Piauí não tinha sequer para receber turistas. Realizou, portanto, uma verdadeira revolução. De forma que Zózimo Tavares é muito feliz quando faz essa comparação. É muito feliz quando traça o paralelo entre esses dois homens. A única diferença é que Juscelino governou Minas, um Estado rico, e Alberto o Piauí, um Estado pobre.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Além do que, passados vários anos da sua primeira administração, ainda é respeitado, idolatrado por todos os piauienses, motivo pelo qual eu me associo a V. Ex^a nessa homenagem. Tenho muito orgulho de dizer – como já disse diversas vezes no Piauí – que comecei minha vida pública com ele, motivo que até causou estranheza familiar, porque minhas ligações familiares eram exatamente com os seus adversários. E minha ligação política, no Piauí, foi exatamente com Alberto Silva, esse Governador que desbravou. E não é nenhuma injustiça compará-lo, nas devidas proporções, ao que JK fez pelo Brasil. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador que acompanha as mensagens musicais. Lembrava-me de que ninguém perde o seu caminho de volta. Então, que V. Ex^a volte a apoiar Alberto Silva em sua volta ao Senado, como Rui Barbosa recebeu a gratidão do povo baiano fazendo-o Senador por 32 anos.

Senador Alberto Silva, um bem nunca vem só, como dizia o Padre Antonio Vieira, citado por Heloísa Helena, frequentemente. Alberto Silva levou Pelé para jogar, mas não ficou só aí não, Antonio José, meu irmão.

O litoral do Piauí, pequeno, Senadora Heloísa Helena, como perfume francês de grande valor, tem quatro cidades. O turismo é mais forte em Luiz Correia, e eu era Prefeito de Parnaíba. Fiz um *outdoor*, aproveitando o Pelé. Pelé veio ao Piauí, ao litoral, e só tomou banho na Pedra do Sal, praia de Parnaíba. Alberto Silva levou o Pelé para tomar banho lá, na praia da Pedra do Sal.

O Senador Leonel Pavan está com inveja porque Camboriu perde, é medalha de prata, e Pedra do Sal é medalha de ouro no turismo.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E Ala-goas?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Medalha de bronze.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Pelé foi pegar um bronzado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo um aparte ao nosso Senador por Goiás, Demóstenes Torres. O orador grego era gago; este não é, é melhor.

Senadora Lúcia Vânia, sabe qual é a grande homenagem que o Senador Alberto Silva recebe hoje? Permita-me V. Ex^a, não sei se isso é decoro, mas V. Ex^a é uma Senadora bonita, lembra Martha Rocha e, sobretudo, a encantadora Florisa Silva, a musa inspiradora de Alberto Silva, sua esposa – é mais uma homenagem à sua figura loira, assim pura.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Mão Santa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O microfone está desligado. Senadora Lúcia Vânia, muito obrigado pela deferência. Senador Mão Santa, V. Ex^a faz um pronunciamento absolutamente respeitoso e correto sobre o nosso queridíssimo Alberto Silva. Eu já o conhecia pela sua história de administrador, de homem correto, que conseguiu colocar o Estado do Piauí inclusive no mapa político do Brasil; um administrador competente e que aqui tem dado mostras a todos nós. Quando fala, observa-se o silêncio respeitoso e atento dos demais Senadores. É conhecedor profundo da área de infra-estrutura, de transporte, de biodiesel, e fala como estudioso que é. Além disso, é um homem sensato, muito sensível, pianista. Outro dia, tive a oportunidade de vê-lo tocando piano em um programa de TV, e tudo isso engrandece muito o Senado

Federal. Quando sai candidato no Piauí, é tratado por V. Ex^a e por outro grande Senador do Piauí, outra grande figura pública do Brasil, que é o Senador Heráclito Fortes, mais ou menos como Pelé no futebol. Alberto Silva é o Pelé da política no Piauí, reconhecido por V. Ex^a e pelo Senador Heráclito Fortes. De sorte que, não estando no Piauí, não sendo do Piauí, mas pelos grandes homens públicos daquele Estado, especialmente pela figura vetusta, impoluta, tranqüila, serena e sólida do Senador Alberto Silva, eu gostaria de fazer minhas também as palavras do Senador Heráclito Fortes e do Senador Mão Santa. Gostaria muito que V. Ex^a pudesse voltar aqui. Isso não é raro, pois, outro dia, estava vendo um Senador nos Estados Unidos com mais de cem anos. A experiência e solidez de V. Ex^a, com certeza, engrandecerão cada vez mais a vida política brasileira. Parabéns ao Senador Mão Santa e parabéns especialmente a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Demóstenes, V. Ex^a nos trouxe esse outro aspecto do Alberto, o de artista. Ele é pianista. Lembro-me de que, na campanha de 1994, Senadora Heloísa Helena – isso é para estimulá-la na sua candidatura –, de repente o Alberto me pegou para ser candidato a Governador – eram três Prefeitos contra 142. Havia dificuldades contra o Governo, porque havia uma forte estrutura oligárquica. Estávamos jantando e pensando em como romper aquela estrutura. Disse: “Alberto, vá para o piano”. Mandei gravar e pedi ao radialista da rádio minha e de meu irmão Antônio José anunciar: “Alberto Silva ao piano”. Ele tocou uma música e era um gênio. E, assim, fiz a ele o convite para o nosso primeiro comício. Então, utilizei essa arte dele – eu não tinha o Duda – como *marketing* e propaganda. Antes de fazer os convites, ouvia-se a música do Alberto.

Essa é a história. Já estamos tomando muito tempo. Agradecemos a todos.

Resumindo tudo o que foi dito, está aqui a bandeira do Brasil, mas, Heloísa Helena, a do Piauí é mais bonita, tem as mesmas cores e decisão. Só tem uma estrela. Historicamente, dizem que é Antares, que está no céu. Ele fez até um barco chamado Antares. Mas quero dizer que a estrela da bandeira do Piauí é Alberto Silva, e o Piauí não pode faltar com ele, a exemplo da Bahia, que mandou Rui Barbosa para cá por 32 anos. Agora que o Piauí mandou Alberto por 16 anos. Ainda está lhe devendo muito.

Essas são as nossas palavras. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Renan Calheiros, Presidente, e pela Sra. Lúcia Vânia, sucessivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– A Mesa cumprimenta o Senador Mão Santa e se associa às palavras dos Srs. Senadores, de saudação ao Senador Alberto Silva, que, sem dúvida alguma, é um dos mais brilhantes Parlamentares desta Casa. Desejamos a V. Ex^a todo o sucesso na sua vida pública e que continue entre nós na próxima legislatura.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Peço-lhe licença, Senador Demóstenes Torres. Serei rápido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, adiei minha viagem por algumas horas porque fui colhido...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Senador Ramez Tebet, V. Ex^a fala para uma comunicação inadiável.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Está certo. Agradeço a V. Ex^a.

Eu adiei minha viagem a São Paulo por algumas horas para um assunto eminentemente pessoal, Senadora Lúcia Vânia, porque fui colhido de surpresa. Tomei conhecimento do falecimento de D. Maria de Lourdes Jereissati, mãe do Senador Tasso Jereissati, e não poderia deixar de juntar a minha voz à daqueles que já apresentaram seus sentimentos de pêsames e de solidariedade à família Jereissati, especialmente ao Senador.

Pelo Senador Tasso Jereissati, nutro profunda admiração. Homem público que conheci como Governador do Estado do Ceará, nossos laços de amizade são estreitados hoje, são muito fortes, pela convivência que temos neste Senado da República.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a é testemunha do que vou dizer. Quantas e quantas vezes nos reunimos – V. Ex^a, o Senador Tasso Jereissati e eu –, trabalhando com afinco. Eu e V. Ex^a participamos do processo, mas o Senador deu uma grande colaboração naquele período em que entregamos ao País uma lei de recuperação das empresas.

A Bíblia diz que devemos nos alegrar com os que se alegram – é a palavra de Deus – e chorar com os que choram. Há pouco, com o coração alegre, homenageávamos Alberto Silva. E agora eu quero dizer que choro junto com a família Tasso Jereissati, – são seis filhos –, mas abraçando aquele a quem conheço

pessoalmente, aquele por quem nutro um sentimento de amizade. E olhe, Senadora Lúcia Vânia, que não há sentimento mais sublime que o sentimento da amizade. Portanto, imagine V. Ex^a, vou partir daqui para esse compromisso pessoal inadiável em São Paulo, porque senão teria acompanhado o Senador Renan Calheiros, que tão bem vai representar esta Casa nos funerais de D. Maria de Lourdes.

Muito obrigado pela deferência de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de endossar as palavras do nosso querido Senador Ramez Tebet com referência ao nosso Presidente Tasso Jereissati, homem que influencia a todos nós pela serenidade, pela capacidade. Eu queria me unir a S. Ex^a, neste momento de dor. Sei que o faço em nome de toda a Bancada do PFL, que expressa a S. Ex^a os nossos mais profundos sentimentos. Rogo a Deus que lhe dê o conforto neste momento difícil.

Sr^a Presidente, também estou, acredito eu, falando em nome dos goianos neste momento, para assinalar que fiz um requerimento de profundo pesar pelo falecimento do nosso querido Prof. Waldir do Espírito Santo Castro Quinta, conhecido em Goiás como Waldir Castro Quinta.

É um homem dos mais ilustres, com uma longa vida acadêmica, uma longa vida política. Faleceu ontem, deixando vários filhos e, principalmente, diversos alunos, entre os quais me incluo. Ele foi professor de Direito Constitucional. Era um homem sábio, tranquilo, sereno. Tenho certeza até que V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, teve mais oportunidade de convivência com ele, uma vez que ele foi Chefe da Casa Civil no Governo Henrique Santillo, e, naquela época, V. Ex^a já era Deputada Federal e amiga do nosso querido Waldir Castro Quinta.

Ele foi interventor em Goiás, Deputado Federal, Estadual, um dos fundadores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás; por oito vezes, foi Presidente daquela Casa, deixando um exemplo de serenidade, de vida pública austera a ser seguida.

É um exemplo de vida. Por isso, fiz questão de requerer esta moção de profundo pesar do Senado Federal. Acredito que todos nós, goianos, gostaríamos de ver essa moção aprovada.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 96, DE 2006

Senhor Diretor,

Nos termos regimentais, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual de Pernambuco, Ribeiro Godoy, ocorrido no dia de ontem, e a apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2006. – **José Jorge**, Senador da República.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 97, DE 2006

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Senhor Waldir do Espírito Santo Castro Quinta, ocorrido dia 1º de fevereiro de 2006.

a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Cumprimento o Senador Demóstenes Torres e associo-me a S. Exª em suas palavras à família do Dr. Waldir do Espírito Santo Castro Quinta.

Subscrevo o requerimento e o encaminhamento ao Arquivo.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 6, DE 2006**

Estende as normas especiais para aposentadoria dos professores previstas na Constituição Federal para as regras de transição estabelecidas pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renomeando-se como § 2º o atual parágrafo único:

Art. 3º

§ 1º Para o professor que comprove tempo de efetivo exercício exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio serão reduzidos em cinco anos os requisitos a que se refere o inciso I deste artigo e serão considerados, para efeito de redução da idade mínima a que se refere o inciso III deste artigo, os limites decorrentes do art. 40, § 5º, da Constituição Federal.

..... (NR)

Art. 2º lista Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Justificação

Desde a edição da Emenda Constitucional nº 18, de 30 de junho de 1981, as Constituições brasileiras prevêm que têm os professores direito a normas especiais para a sua aposentadoria. Essas normas sempre permitiram a eles passarem à inatividade com um redutor de cinco anos sobre as exigências gerais destinadas aos demais servidores públicos.

Essa discriminação decorre do reconhecimento, pelos constituintes, das condições especiais de trabalho a que são submetidos os docentes.

Dentro desse entendimento, observa-se que quando ocorreram reformas da previdência, as suas regras de transição sempre buscaram ser neutras no tema, mitigando as suas exigências na mesma proporção da regulamentação geral da matéria, prevista, hoje, no § 5º do art. 40 da Constituição.

Foi assim tanto na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, quanto na Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

A “PEC Paralela” (Emenda Constitucional nº 47, de 2005) introduziu, em seu art. 3º, uma nova opção para a aposentadoria dos servidores públicos que tiverem ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998. Aqui se permite a aposentadoria voluntária quando o servidor tiver:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, ou trinta, se mulher;

II – vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – idade mínima resultante da redução, relativamente ao limite de sessenta anos, se homem, ou cinqüenta e cinco, se mulher, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder trinta e cinco anos, se homem, ou trinta, se mulher.

Quando essa matéria retornou ao Senado Federal, após a sua aprovação na Câmara dos Deputados, o dispositivo acima referido continha norma explicitando a sua aplicação ao caso da aposentadoria dos professores, também mitigando as suas exigências na mesma proporção do previsto no corpo permanente da Carta Magna para esses profissionais.

Essa norma, entretanto, foi suprimida pelo Senado Federal, quando de sua votação por esta Casa.

Ora, se a Constituição afirma que os professores são diferentes no tocante à sua aposentadoria, estaríamos descumprindo o princípio da igualdade se os tratássemos de forma idêntica aos demais trabalhadores nas regras de transição, uma vez que isso se traduziria em tratar desiguais igualmente, e já é lugar comum lembrar que estamos obedecendo ao princípio da isonomia não apenas quando tratamos os iguais igualmente como quando tratamos os desiguais desigualmente.

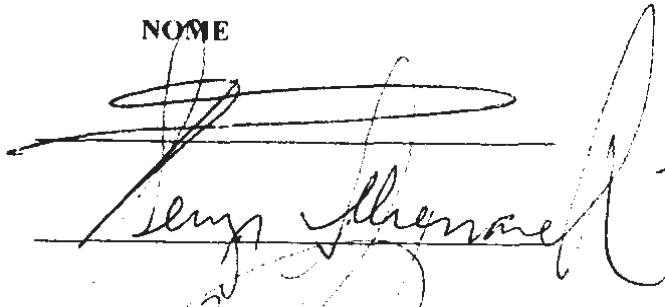
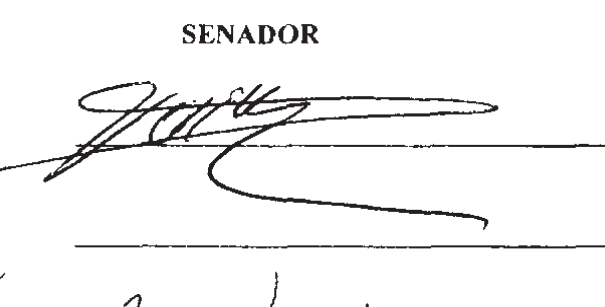
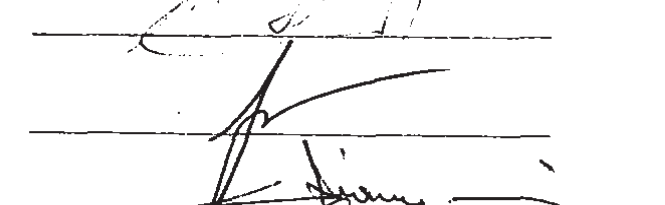
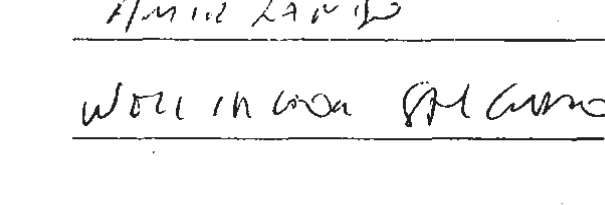
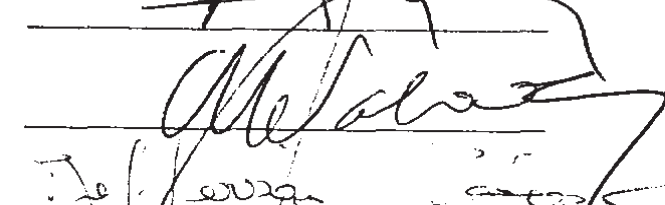
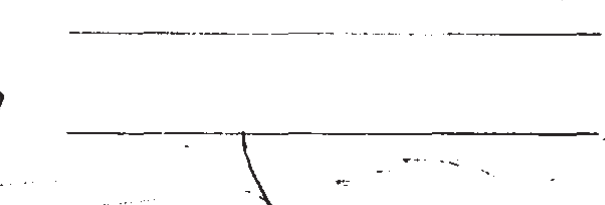
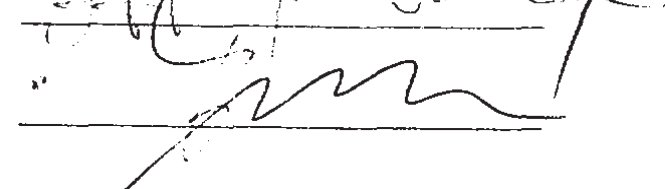
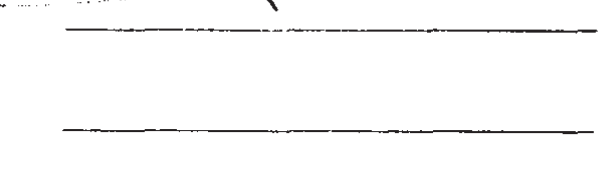
Assim, para corrigir essa falha da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição retornando o texto do seu art. 3º aprovado pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 02 de fevereiro de 2006.

Senador **PAULO PAIM**

NOME

SENADOR

NOME

Flávio Arns

ALBERTO SILVA

Jornal
Olívia

Mário Sant

Wen Maria Gomes

Aldemir -

Bobby

~~XXXXXXXXXX~~

Leopoldo

Eduardo

Rafael

Jornal

Mônica Helen

Júli / arney

SENADOR

Miguel

Jornal

Aldemir -

Jornal

Miguel

Jornal

Miguel

Jornal

Mônica

ALBERTO SILVA
FLEXS RIBEIRO

Almeida Lima

Almeida Lima
Almeida Lima
Almeida Lima

Almeida Lima
Almeida Lima
Almeida Lima
Almeida Lima
Almeida Lima

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47,
DE 5 DE JULHO DE 2005

**Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da
Constituição Federal, para dispor sobre a
previdência social, e dá outras providên-
cias.**

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 41. 19-12-2003)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41. 19-12-2003)

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41. 19-12-2003)

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98)

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98)

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98)

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98)

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98)

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47 de 2005)

I – portadores de deficiência; (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II – que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º III, **a**, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98)

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-98)

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de

que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

§ 8º E assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20 de 15-12-1998)

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20 de 15-12-1998)

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20 de 15-12-1998)

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20 de 15-12-1998)

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. (Incluído Pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998)

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20 de 15-12-1998)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19-12-2003)

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998)

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41 de 19-12-2003)

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, de 19-12-2003)

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § V, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41 de 19-12-2003)

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41 de 19-12-2003)

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Sem Partido – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Lúcia Vânia, que ora preside esta sessão, fui surpreendido, aliás como todos nós aqui, pela notícia do falecimento da mãe do nosso companheiro Senador Tasso Jereissati. A origem da minha família é toda do Ceará, minha mãe nasceu no Município de Reriutaba, meu avô paterno era de Santa Quitéria, e até hoje toda a família da minha mãe permanece no Ceará. Portanto, Senadora, esse é um daqueles momentos de que não gostaríamos de participar, mas devemos, pela amizade, pelo companheirismo, prestar a solidariedade que o Senador Jereissati, neste momento, precisa. Falo em meu próprio nome, como amigo, admirador do Senador Tasso Jereissati, que já foi Governador do Ceará; falo também em nome da minha família, toda do Ceará, de origem daquela terra tão bonita, falo em nome da minha querida tia Adizia Sá, hoje jornalista que pontifica na mídia e na imprensa cearense, com expressão nacional inclusive; em nome dela, em nome da minha mãe, em nome de toda a nossa família queremos dizer ao Senador Tasso Jereissati e sua família o quanto lastimamos e sentimos a perda da sua mãe e deixamos para ele um abraço de solidariedade e de conforto neste momento que ele tanto precisa.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Senadora Lúcia Vânia, primeiramente quero solicitar minha inscrição para falar pelo PSDB depois da Ordem do Dia.

Aproveito este espaço na esteira dos que me antecederam e manifesto também a minha solidariedade ao grande amigo, companheiro e Líder, Presidente do nosso Partido, Tasso Jereissati. Sem dúvida, Tasso se constitui na maior liderança política da história do Ceará. Sabemos bem duas fases distintas daquele Estado: o Ceará até Tasso e o Ceará depois de Tasso no Governo estadual. É uma honra para todos nós, V. Exª, todos os nossos colegas, Se-

nadores do PSDB, Parlamentares do nosso Partido, podermos contar com a competência, a postura ética imbatível, a honradez, a decência, enfim, a eficiência política do Senador Tasso Jereissati presidindo o nosso Partido.

Neste momento de dor, neste momento de melancolia que está vivenciando Tasso Jereissati, a nossa solidariedade. Certamente em nome de todos os companheiros do Paraná, especialmente do nosso Partido, a nossa solidariedade. Sei que as palavras, neste momento, são mais vazias do que nunca, perdem valor e sentido, mas que as nossas palavras possam dar conforto, solidariedade e, sobretudo, que sejam uma manifestação da mais profunda admiração e respeito pela figura de Tasso Jereissati, extensiva, evidentemente, a todos os seus familiares neste momento de dor compartilhada.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero também me associar às palavras de todos que aqui me antecederam, externando os nossos sentimentos ao Senador Tasso Jereissati, ao Dr. Carlos Jereissati e a toda a sua família, pela perda irreparável de sua mãe. Sabemos que, neste momento de dor, só Deus, do alto de sua infinita bondade, pode confortá-los, bem como a família e os amigos. Então os nossos profundos sentimentos em meu nome, da minha família e do meu povo do Estado de Rondônia.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr^a Presidente, peça a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr^a Senadora, em seguida.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Lúcia Vânia, da mesma forma que outros colegas Senadores já o fizeram, também da minha parte, e certamente em nome do Partido dos Trabalhadores, quero externar ao Senador Tasso Jereissati e a toda a sua família o sentimento de amizade e solidariedade em função do falecimento da mãe do Senador. Sem dúvida alguma, particularmente nesta hora, mas deveria ser durante toda a vida, todos devemos fazer uma reflexão sobre a caminhada que vem sendo desenvolvida, a luta a favor do ser humano, das coisas boas na vida porque, em todos os nossos momentos, precisamos saber que é isto o que todos levamos deste mundo, ou

seja, o reconhecimento das pessoas, o seu esforço, a sua luta e empenho em favor do ser humano. Então, nesse sentido, que este momento do falecimento da mãe do Senador nos faça a todos refletir sobre esta caminhada que vem sendo desenvolvida.

Quero aproveitar também, Sr^a Presidente, para pedir a minha inscrição, em nome do Partido dos Trabalhadores, para usar da tribuna antes da Ordem do Dia. Se não for possível, depois da Ordem do Dia. Não sei como está o encaminhamento dos trabalhos, Sr^a Presidente. É possível antes da Ordem do Dia ainda?

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB – GO.) – V. Ex^a estará inscrito depois da Ordem do Dia. Estamos aguardando o ofício do Partido dos Trabalhadores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sim, eu farei de imediato o encaminhamento à Mesa.

Agradeço.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr^a Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB – GO.) – Senadora Ana Júlia, com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB – GO.) – Com a palavra o Senador Gilvam. (Pausa.) Pela ordem, o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, junto-me aos Parlamentares que trouxeram uma palavra de pesar a este Plenário pelo falecimento da genitora do Senador Tasso Jereissati. Quero também dizer do meu pesar ao Dr. Tasso Jereissati, nosso colega, que inclusive governou o Ceará ao tempo em que eu governava o Rio Grande do Norte. Sei do pesar que atinge essa família e a todos aqueles cearenses que conheceram a mãe do Senador Tasso Jereissati e também esposa de um Senador da República. Portanto, detentores de uma tradição política no Estado do Ceará.

Agradeço, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB – GO.) – Senador Gilvam.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Amapá registra e estende as condolências ao Senador Tasso Jereissati pela perda da sua genitora. A Casa está toda consternada por saber que é uma dor muito grande a perda da mãe, um referencial que todo ser humano leva a vida toda e, realmente, é um momento em que todos os seus colegas aqui do Senado Federal enviam as

suas condolências. E o Amapá registra as condolências ao Senador Tasso Jeressati, a todos os seus familiares e amigos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia – PSDB – GO.) – Com a palavra o Senador Flávio Arns pela Liderança do Bloco de apoio ao Governo. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, nesta ocasião, eu gostaria de abordar dois assuntos principais que se relacionam a dois aspectos essenciais para a nossa comunidade. O primeiro deles se refere à Campanha da Fraternidade deste ano. Como todos nós sabemos, a Campanha da Fraternidade é uma iniciativa da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o sentido já ecumênico, com a participação de todas as igrejas – o que é muito importante – sempre abordando um tema essencial para a sociedade brasileira. Basta dizer que o tema abordado há dois anos foi a água, e os desdobramentos daquela discussão vêm se dando até hoje em função não só da campanha que a CNBB desenvolveu com o esforço de toda a sociedade, mas também com o êxito do debate, porque as igrejas católicas ou cristãs estão em todo o Brasil. Toda comunidade ou toda pequena comunidade tem lá a sua igreja – o padre, o pastor, o responsável por aquela igreja – e as discussões, o envolvimento, a sensibilização e a conscientização se dão em todo o Brasil.

Neste ano, o tema da Campanha da Fraternidade se relaciona à pessoa com deficiência: “Fraternidade e a pessoa com deficiência”. São, praticamente, 25 milhões de brasileiros que apresentam algum tipo de deficiência. O lema da campanha é: “Levanta-te, vem para o meio”. Isto num sentido de acolhida, de participação, do desejo da sociedade em dizer à pessoa com deficiência, à sua família, que nós queremos participar, que nós queremos acolher, ser solidários, incluir a pessoa com deficiência em todos os aspectos da vida social.

É uma campanha fundamental porque todo o Brasil, a partir de 1º de março – após o Carnaval, quando se inicia o período da Quaresma, de preparação para a Páscoa –, durante a Quaresma, vai discutir o tema da Campanha da Fraternidade. Serão 40 dias de uma discussão que não se encerrará unicamente em termos de Quaresma; o debate vai prosseguir, vai envolver a sociedade o restante do ano.

Três verbos basicamente serão usados na campanha: ver, julgar e agir.

Vamos ver o que está acontecendo, como é que a pessoa com deficiência está na minha igreja, na mi-

nha escola, na minha comunidade, nas iniciativas que desenvolvemos.

O segundo verbo é o julgar, vamos tomar uma posição, vamos refletir sobre isso, estamos olhando e vamos pensar.

O terceiro verbo é o agir, o que vamos fazer em função daquilo que estamos vendo, refletindo, julgando e como vamos agir porque temos que fazer com que a realidade mude.

Temos as leis, temos as iniciativas, temos a Lei da Assistência, a LDB, a lei da Previdência, o Estatuto da Criança. Vamos fazer com que as pessoas sejam cidadãos. Ontem, a Subcomissão Permanente do Senado para a Pessoa com Deficiência, presidida pelo Senador Eduardo Azeredo – pessoa extremamente empenhada também nessa área da pessoa com deficiência, além de em outros setores da sociedade –, recebeu o Secretário-Geral da CNBB, Dom Odilo Pedro Scherer, e o Assessor da CNBB, Padre Ernani Pinheiro. Fizemos uma discussão porque o Senado e todos nós temos de nos envolver nisso. Existe aqui nesta Casa o Projeto de Acessibilidade. Tornar este ambiente acessível para que a pessoa com deficiência tenha acesso à comunicação do Senado, aspectos físicos de trabalho e assim por diante. Foi uma iniciativa boa. No dia 22 ou 23 de março teremos uma sessão solene aqui no Senado.

O mais importante, Sr^a Presidente, é que todos nós – assim como V. Ex^a, que é uma Senadora batalhadora na área da assistência à criança e ao adolescente – nos empenhemos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência vai ser objeto de discussão durante a Campanha da Fraternidade aqui dentro do Senado para, se possível, ser aprovado.

O segundo assunto, Sr^a Presidente, é a questão dos escoteiros no Brasil. A União Escoteira do Brasil tem uma finalidade muito importante para os jovens da nossa comunidade. Nós pensamos sempre que os jovens devem fazer...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Os escoteiros, na verdade, têm como objetivo se constituírem uma força no mundo inteiro em termos de educação não-formal. Se nós, como sociedade, pensarmos no grupo escoteiro, vamos ver que o grupo de escoteiro é uma oportunidade para o jovem ter amigo, sair, se socializar, ficar independente, amar a natureza e um conjunto de objetivos que são fundamentais para a nossa juventude. Nós todos temos uma responsabilidade também para fazermos com que essa iniciativa social, comunitária, se desenvolva no Brasil.

Nós temos muito poucos escoteiros no Brasil. Nós temos sete milhões de escoteiros no mundo; seis milhões e meio de escoteiros estão nos Estados Unidos e no Canadá, e o restante nos demais países. O que nós desejamos é fazer com que esse número se multiplique no Brasil porque é a comunidade, a sociedade que está agindo. Os escoteiros do Brasil fundaram a União Parlamentar Escoteira do Brasil, União Parlamentar, para que Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores façam parte. E, em um encontro nacional, elegeram-me Presidente desta União Parlamentar Escoteira, pelos dois primeiros anos para darmos seguimento a esse trabalho, e elegeram o Deputado Gustavo Fruet Secretário da União Parlamentar Escoteira.

Estaremos passando a ficha de inscrição para todos os Senadores a fim de que todos possam lutar a favor dos ideais do escotismo, sejam escoteiros ou escoteiras, mas lutemos a favor dos ideais do escotismo no Brasil, com três objetivos principais: sermos membros da União Parlamentar Escoteira; multiplicarmos por dois ou três o número de escoteiros nos nossos Estados e Municípios com mais de 100 mil habitantes; fazermos um esforço conjunto nessa direção e ajudarmos na realização do *Jamboree* Internacional que vai se realizar em Brasília, neste ano, em julho, com a participação de escoteiros do mundo inteiro, para que possamos, neste evento, fazer com que o movimento escoteiro no Brasil tenha apoio das autoridades, da sociedade, dos Parlamentares. E que todos nós reconheçamos, nesse movimento, uma grande alternativa em favor da juventude, das crianças e dos jovens em nosso País. Na formação, essencialmente, das nossas crianças e dos nossos jovens.

Então são duas notícias que eu diria fundamentais: a Campanha da Fraternidade, no Brasil, para que nos preparemos para esta iniciativa em favor da pessoa com deficiência, como eu disse, cerca de 25 milhões de brasileiros, de acordo com o IBGE, apresentam algum tipo de deficiência.

A segunda alternativa: nos envolvermos, fazermos parte da União Parlamentar Escoteira do Brasil, como já acontece em outros países, e, a partir do nosso esforço, esse movimento possa contribuir, cada vez mais, para o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens.

Obrigado.

Solicito a V. Ex^a, Sr^a Presidente, que considere como lido o meu pronunciamento sobre os escoteiros.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs Senadores, venho hoje a esta tribuna para falar sobre um movimento mundial de educação não formal, comprometido com o desenvolvimento integral e permanente de crianças e jovens, complementando o esforço da família e da escola – O Movimento Escoteiro.

O Escotismo educa para a liberdade e busca desenvolver a capacidade de pensar com criatividade, formando cidadãos responsáveis e com firmeza de propósitos, a bem da coletividade.

Buscando a espiritualização, o Escotismo incentiva ao jovem a viver a religiosidade e a crença em Deus, de acordo com a sua opção religiosa, estimulando-o, com o exemplo de comportamento, a dar testemunho da sua fé.

Para o Escotismo, a família é o elemento integrador da comunidade, centro de uma civilização baseada no amor, na verdade e na justiça.

O escoteiro aprende a nutrir um acentuado respeito pela natureza, com declarado compromisso para com a preservação do meio ambiente.

Privilegiando a vida ao ar livre como experiência educativa, exercitada com o trabalho em equipe, o escoteiro assimila os valores positivos do fazer cooperativo, o que faculta a todos o bem-estar resultante da realização comunitária. Atento aos limites e habilidades individuais, e sempre preocupado com o bem comum, o escoteiro aprende a conviver com a diversidade, aspecto típico da vida em sociedade, o que é uma qualidade relevante do Escotismo, que assim favorece a integração de jovens com deficiência no Movimento.

O Escotismo é um movimento para jovens, que promove um privilegiado encontro de gerações, possibilitando, a todos, jovens e adultos, a oportunidade de compartilhar o crescimento comum, em uma relação que valoriza o diálogo, a compreensão e a participação.

Ao escoteiro é transmitida a necessidade de harmonia no relacionamento entre os Povos, respeitando-se as tradições e costumes nacionais, em favor de uma humanidade mais fraterna.

Incontáveis são as personalidades brasileiras que tiveram suas juventudes forjadas no Escotismo, entre elas a Senadora Roseana Sarney, o Senador Álvaro Dias, o Teólogo Frei Beto, o Presidente Itamar Franco, os Governadores Mário Covas e Roberto Requião, além da Escritora Maria Clara Machado, do Jornalista Roberto Marinho e do Presidente Juscelino Kubistcheck. No cenário internacional destacam-se o Papa João Paulo II, o Biólogo Jacques Cousteau, o Astronauta Neil Armstrong e o Presidente John Kennedy.

O Brasil é um país que ainda tem muito que avançar no campo da justiça social. Neste sentido, o Escotismo brasileiro tem tido um relevante papel, pois desperta no jovem o anseio por servir à comunidade, comprometendo-o com o seu desenvolvimento. Valores como a lealdade ao país, à terra natal, ao seu povo, costumes e cultura, fomentados pelo Escotismo, são essenciais para a juventude brasileira, resultando em cidadãos responsáveis, cientes da dimensão política da vida em sociedade.

Reconhecendo dessa maneira a importância do Movimento Escoteiro, é com grata satisfação, que desta tribuna, convidamos as Sr^{as} e os Srs. Senadores a aderirem à União Parlamentar Escoteira do Brasil – UPEB.

Entidade suprapartidária, a UPEB congrega parlamentares brasileiros de todos os níveis do Poder Legislativo, e que consideram o Movimento Escoteiro um forte colaborador para a formação de políticas públicas de valorização e proteção da infância e da juventude.

Afilhada à União Parlamentar Escoteira Mundial, a UPEB visa prestar apoio ao Movimento Escoteiro, contribuindo para que o maior número de crianças e jovens possa usufruir da prática do Escotismo.

Entre os seus objetivos, destacam-se:

O estabelecimento de um diálogo entre o Poder Legislativo e a juventude organizada;

A ênfase para os assuntos legislativos que digam respeito aos jovens, especialmente aqueles concernentes à educação, saúde, emprego e proteção ambiental;

A promoção da educação não formal;

O emprego dos instrumentos legislativos existentes, para garantir que uma política nacional para a juventude se converta em prioridade para o Estado.

Inspirados no valor do trabalho em equipe, tão próprio do Movimento Escoteiro, é que contamos com a participação de todos, firmes ao nosso lado, para que apoiando o Escotismo Nacional, possamos juntos lutar pela promoção da infância e da juventude brasileiras.

Finalizando este pronunciamento, gostaria de fazer referência ao artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo teor faz parte na essência do Movimento Escoteiro – “A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos”.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, o Senador Edison Lobão, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nível de empregos no Brasil e no mundo é o tema deste meu discurso.

O número de pessoas desempregadas no mundo vai ampliando-se, segundo o último relatório “Tendências Mundiais de Emprego”, dado a público pela Organização Internacional do Trabalho.

O maior incremento do desemprego foi registrado na América Latina e no Caribe. Nessas duas regiões, o número de desempregados aumentou em 1,3 milhão de pessoas aproximadamente e a taxa de desemprego elevou-se em 0,3 pontos percentuais entre 2004 e 2005, até 7,7%.

Também os países que não fazem parte da União Européia e os da Comunidade dos Estados Independentes – CEI (ex-URSS menos os três países bálticos) tiveram um crescimento do desemprego da ordem de 9,7%, superando os 9,5% de 2004. Nos países desenvolvidos e na União Européia, as taxas de desemprego diminuíram de 7,1% em 2004 para 6,7% em 2005.

Felizmente o Brasil não se inclui entre os que, oficialmente, fracassaram na geração de emprego, pois, segundo o IBGE, na sua também recente pesquisa mensal de desemprego, a nossa taxa de desocupação, após seis meses no mesmo patamar, “caiu ao seu nível mais baixo desde março de 2002”. Em resumo, o emprego com carteira assinada no Brasil cresceu 2% na comparação mensal e 6% na anual – ou mais de 466 mil postos de trabalho formais em 2005.

Esse resultado no Brasil leva-nos a um moderado otimismo, pois não nos devemos deixar enganar por estatísticas sazonais. Aí estão, batendo às nossas portas, os inacreditáveis avanços tecnológicos que eliminam o emprego humano. Aí estão, em situação de angústia, os milhões de brasileiros que, ou por falta de qualificação ou por falta de oportunidades, continuam à margem da atividade econômica.

O que acontece neste mundo globalizado é assustador, segundo o próprio relatório da Organização Internacional do Trabalho. A começar pela dramática constatação de que, no bojo do recorde de 191,8 milhões de desempregados no mundo, a quase metade é de jovens entre 15 e 24 anos, com probabilidade três vezes maior que os adultos de ficarem sem trabalho.

Ouçó a eminente Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permita-me, Senador Edison Lobão, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelos dados que V. Ex^a traz à tribuna referentes a este importante tema, que tem de ser sempre prioridade absoluta de todo e qualquer político, que é a oportuni-

dade de emprego, porque é a partir do emprego que a pessoa adquire a condição da dignidade. É exatamente tendo a remuneração adequada e digna do seu trabalho que a pessoa se comporta e se conduz, durante a vida, com altivez, dignidade e serenidade. O que V. Ex^a traz é muito relevante porque a tendência internacional é a diminuição, cada vez maior, da oferta de emprego. No Brasil, estamos tendo a oportunidade do crescimento do emprego, comparativamente com a situação internacional, de forma até bastante diferenciada, mas não a necessária, do que está acontecendo em outros países. Eu queria contribuir, dizendo que, mesmo em 2005, época em que tivemos um crescimento do PIB menor do que o de 2004, o crescimento do emprego não foi menor. Em 2005, o crescimento do emprego acabou tendo um percentual bastante significativo, mesmo com a reversão da expectativa de crescimento do PIB. Cito esse dado e parabeno V. Ex^a por trazer este importante tema à tribuna.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, a valiosa contribuição. V. Ex^a aborda um ponto muito interessante: a dignidade humana. O emprego gera dignidade humana, sem dúvida nenhuma. Por isso, no meu entendimento, o Presidente de República deveria aproveitar este instante favorável da economia para fazer um investimento na indústria canavieira, que me parece altamente geradora de empregos. Em lugar de ter resgatado a dívida com o Fundo Monetário Internacional, dinheiro mais barato do mundo, poderia ter investido parte desse dinheiro na indústria canavieira para produzir álcool, que o mundo inteiro deseja consumir. Com isso, seguramente, estaríamos garantindo emprego a todos os trabalhadores do campo neste País. Em todo caso, o pagamento já foi feito.

Outra iniciativa poderia ser tomada na mesma direção para que pudéssemos ter a segurança da dignidade a todos os brasileiros que ainda precisam de emprego.

Sr. Presidente, esta é uma situação sinistra, com gravíssimas implicações sociais. Tão sinistra quanto a informação de que somente 14,5 milhões dos mais 500 milhões de trabalhadores do mundo em condições de pobreza extrema conseguiram superar a linha da pobreza de um dólar/dia por pessoa. E do total de 2,8 bilhões de trabalhadores no mundo em 2005, a metade ainda não conseguiu o suficiente para elevar sua situação e a de seus familiares para o patamar acima da linha de pobreza de dois dólares diários, situação que perturba há dez anos, afirma a OIT.

Senhores, um dólar/dia por pessoa, ou dois dólares para os menos infelizes!

E isso ocorre em que pese o crescimento de 4,3% do PIB mundial em 2005.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, em razão do tempo, considere como lido o restante do meu discurso.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o número de pessoas desempregadas no mundo vai ampliando-se, segundo o último relatório “Tendências Mundiais do Emprego”, dado a público pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O maior incremento do desemprego foi registrado na América Latina e no Caribe. Nessas duas regiões o número de desempregados aumentou em 1,3 milhão de pessoas aproximadamente e a taxa de desemprego aumentou de 0,3 pontos percentuais entre 2004 e 2005 até 7,7 por cento.

Também os países que não fazem parte da União Européia e os da Comunidade dos Estados Independentes – CEI (ex-URSS menos os três países bálticos) tiveram um crescimento do desemprego de 9,7 por cento, superando os 9,5 por cento de 2004. Nos países desenvolvidos e na União Européia, as taxas de desemprego diminuíram de 7,1 por cento em 2004 para 6,7 por cento em 2005.

Felizmente o Brasil não se inclui entre os que, oficialmente, fracassaram na geração de empregos, pois segundo o IBGE, na sua também recente Pesquisa Mensal de Emprego, a nossa taxa de desocupação, após seis meses no mesmo patamar, “caiu ao seu nível mais baixo desde março de 2002”. Em resumo, o emprego com carteira assinada, no Brasil, cresceu 2,0% na comparação mensal, e 6,0% na anual – ou mais de 466 mil postos de trabalho formais em 2005.

Esse resultado, no Brasil, leva-nos a um moderado otimismo, pois não devemos nos deixar enganar por estatísticas sazonais. Aí estão, batendo às nossas portas, os inacreditáveis avanços tecnológicos, que eliminam o emprego humano; aí estão, em situação de angústia, os milhões de brasileiros que, ou por falta de qualificação ou por falta de oportunidades, continuam à margem da atividade econômica.

O que acontece neste mundo globalizado é assustador, segundo o próprio relatório da Organização Internacional do Trabalho. A começar pela dramática constatação de que, no bojo recorde de 191 milhões e 800 mil desempregados no mundo, a quase metade é de

jovens entre 15 e 24 anos, com uma probabilidade três vezes maior que os adultos de ficarem sem trabalho.

Esta é uma situação sinistra, com gravíssimas implicações sociais. Tão sinistra quanto a informação de que somente 14,5 milhões, dos mais de 500 milhões de trabalhadores do mundo em condições de pobreza extrema, conseguiram superar a linha da pobreza de US\$ 1 dólar/dia por pessoa. E do total de 2 bilhões e 800 milhões de trabalhadores no mundo em 2005, a metade ainda não conseguiu o suficiente para elevar sua situação e a de suas famílias para o patamar acima da linha de pobreza de 2 dólares diários, situação que perdura há 10 anos, afirma a OIT.

Senhores, um dólar/dia por pessoa, ou dois dólares para os menos infelizes!

E isto ocorre em que pese o crescimento de 4,3 por cento do PIB mundial em 2005.

Comprova-se, portanto, que, ao forte crescimento econômico mundial não correspondeu o aumento de postos de trabalho. O referido relatório da OIT sustenta que a debilidade da maior parte das economias, para converter seu PIB em criação de postos de trabalho ou no aumento de salários – junto a uma série de catástrofes naturais e ao aumento do preço da energia –, afeta com particular dureza os trabalhadores pobres do mundo.

Parece claro que o crescimento econômico não é capaz de satisfazer por si mesmo às necessidades de emprego. No mundo e no Brasil.

Entre nós, ainda temos espaços para estimular a atividade econômica. Basta consultar os anais deste Senado e o da Câmara dos Deputados para o testemunho de que, em cada dia desses muitos anos, temos sido cansativos em sugerir e propor alterações profundas nas políticas tributária, trabalhista, de educação, de saúde e de antiburocratismo, essenciais para o alcançamento dos nossos propósitos progressivos.

Aproximadamente 12% dos brasileiros são analfabetos; e cerca de 60% são analfabetos funcionais. Não lhes têm valido, portanto, as melhorias até aqui obtidas na administração educacional, ainda impotente no esforço de preparar nossos jovens para as necessidades modernas da economia. Milhões dos nossos patrícios não se afastam, por necessidade, do mercado informal, deixando de recolher contribuições sociais. Para suprir déficits, o governo se mantém na contingência de estar envolvido no mercado financeiro, despendendo fortunas em juros de dívidas astronômicas.

Não enfrentando tais desafios, o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto do Brasil continuará insuficiente, não condizente com as nossas riquezas naturais e o destemor dos empreendedores brasileiros.

Sras. e Srs. Senadores, não se vê neste Congresso, ou mesmo na mídia, o apontamento da grande causa do desequilíbrio social mundial. Na minha modesta opinião, nada se resolverá, em benefício dos povos, sem uma séria política de planejamento familiar. Salta aos olhos que o mundo está superpovoado. Os Estados, em especial nos países não desenvolvidos, não terão jamais os serviços públicos que possam atender, com eficiência, as multidões que crescentemente os habitam. As máquinas automáticas eletrônicas, que surgem a cada instante, estão reduzindo substancialmente ou dispensando o trabalho físico. E acabando com os empregos tradicionais.

Esta seria uma política que, sem agredir a liberdade das gentes, devia empolgar governos, igrejas, instituições e a sociedade no sentido de ações de esclarecimentos que pudessem ser absorvidas pelas populações. Há nações que já a executam por consenso espontâneo dos seus respectivos compatriotas.

Os pobres, como sempre, são os mais prejudicados pela falta de informação e de ajuda, e os mais prejudicados pelas consequências pessimistas do superpovoamento.

É o que penso, Sr. Presidente, sempre na defesa da liberdade familiar de decidir sobre o seu destino. Mas que receba, do Estado e das instituições religiosas e sociais, as informações que ajudem suas opções.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, pela Liderança, o Senador José Agripino; a seguir, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passei aqui de manhã cedo e fiz uma manifestação de solidariedade e pesar ao Senador Tasso Jereissati, pelo falecimento de Dona Maria de Lourdes. Saí do plenário e voltei agora. Estava, Senador Garibaldi, vendo, no UOL na Internet, uma notícia sobre crescimento e endividamento interno por conta do pagamento de débitos em moeda estrangeira, Senadora Lúcia Vânia, que o Governo brasileiro havia feito e fazia uma análise com os prós e os contras.

Eu havia tido uma reunião com o Senador Garibaldi e com Parlamentares do Estado do Rio Grande do Norte, nesse meio tempo entre passar pelo plenário

e voltar ao plenário, conversando sobre o Aeroporto de São Gonçalo, na terra dele que é a minha terra, Rio Grande do Norte.

Senadora Lúcia Vânia, o Presidente da República, que de repente, não mais que de repente, virou um *globetrotter*, em vez de ir agora a Ruanda, a Hong Kong, a Davos, a Paris, ele agora vai a Vitória no Espírito Santo, vai a Cariacica, vai aqui e vai acolá, inaugurar pedra fundamental, anunciar Tapa-Buraco, inaugurar subestação elétrica. Está agora anunciando que, nos veículos do Governo, vai mandar afixar o adesivo que é a logomarca do seu Governo, numa flagrante atitude de ilegalidade que meu Partido vai tomar providências para evitar. Aquele cartaz “Brasil” todo colorido, que é a logomarca do Governo Lula, ele está mandando pregá-lo, Senador Álvaro Dias, nos carros da Presidência, como se esses fossem propriedade do Governo Lula; igual àquela história da estrela nos jardins do Palácio da Alvorada.

Mas li a matéria e, como havia acabado de conversar com o Senador Garibaldi sobre o Aeroporto de São Gonçalo, que é um dos sonhos do nosso Estado do Rio Grande do Norte, que, pelo fato de termos uma situação geográfica favorável, conveniente, a esquina do Brasil, temos ali um entreposto. Há uma condição meteorológica muito boa que favorece pouso e decolagem o ano inteiro todo o tempo, com aproximação e decolagem sem problema, porque é uma área absolutamente plana em cima do litoral. Temos um plano que já está em execução, já está em implementação, um plano de fazer do Aeroporto de São Gonçalo o entreposto de mercadorias estrangeiras, que possam entrar na América do Sul por São Gonçalo do Amarante para, de lá, do Rio Grande do Norte, distribuírem-se para o Brasil inteiro, para a América do Sul inteira. Evidentemente gerando atividade econômica, emprego e renda para os meus conterrâneos.

É uma vocação natural da terra. Agora, entre a vocação natural da terra e a realização da obra, existe uma coisa chamada dinheiro necessário. E aí é aonde vai, Presidente Augusto Botelho, a minha indignação. O Presidente Lula, o *globetrotter* Lula tem ido aos Estados fazer inaugurações – na minha opinião, tudo que se inaugurar é bom – que não condizem com o porte de uma Presidência da República.

E aí fico eu imaginando, no meu Rio Grande do Norte, Senador Garibaldi, no nosso Rio Grande do Norte, que está com as obras do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante caminhando a passo de cágado, porque o Governo Federal não se interessa por alocar recursos para retomar crescimento com uma obra infra-estrutural importante e procedente. O Aeroporto de São Gonçalo é isso aí. Não é para o Rio Grande do

Norte; é uma dívida do Rio Grande do Norte para o Brasil. Custa quanto? Custa US\$ 400 milhões. Não é um aeroporto só; é uma cidade aeroporto, com toda a infra-estrutura. Ah! Mas é muito dinheiro! Aí é onde entra a matéria do UOL, Senadora Lúcia Vânia, e é onde entra a minha indignação: o Presidente vai inaugurar placa, pedra fundamental. Foi ao meu Estado anunciar a Operação Tapa-buracos no dia que anunciava o pagamento ao FMI de US\$ 15.5 bilhões.

Senadora Lúcia Vânia, US\$ 15.5 bilhões, que o Brasil devia, pagando 4% de juros ao ano. Quatro. Quatro por cento! Levantou no mercado financeiro interno dinheiro em reais, pagando, hoje, mais de 17% ao ano para pagar US\$ 5,5 bilhões, dos quais pagava 4%. Ou seja, paga uma dívida que pagava 4% de juros com uma dívida – porque não tinha o dinheiro – que foi levantada no mercado interno pela qual paga 17%. Está, portanto, pagando um juro líquido adicional de 13%. Treze por cento sobre US\$ 15.5 bilhões! Foi pago de uma vez, *cash*, de uma vez só. Não tinha o dinheiro. Levantou o dinheiro no mercado financeiro. Aumentou a dívida interna – está no UOL. Está no UOL: levantou o dinheiro e aumentou a dívida no mercado interno, a dívida interna. Pagava 4% e está pagando 17%, portanto, 13% a mais, para dizer ao mundo que pagou o FMI. Pagou às custas de quê? Pagou às custas de um juro adicional de 13% – 17 menos 4, dá 13%. Treze por cento sobre quanto? Sobre US\$ 15,5 bilhões. Quanto é 13% de US\$ 15,5 bilhões? São US\$ 2 bilhões, de uma lapada, por ano. Quanto custa o aeroporto de São Gonçalo, uma obra infra-estrutural que o Rio Grande do Norte pode oferecer ao Brasil? Custa US\$ 400 milhões. Portanto, US\$ 2 bilhões são cinco aeroportos de São Gonçalo. E esse homem vem me falar em tapa buraco, Senadora Lúcia Vânia! Isso é uma indignidade! Isso é uma perversidade! E com um detalhe: agora, está começando a falar que a obra vai ser feita com o PPP, porque o Governo não tem dinheiro para fazer o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

Senadora Lúcia Vânia, Senador Alvaro Dias, e já lhe concedo o aparte com muito prazer, está na hora de acabar este Governo, até em nome dos interesses do meu Nordeste, do meu Rio Grande do Norte, que não aceita ser enganado, porque está sendo enganado. Nós estamos estruindo, como dizemos no Nordeste, US\$ 2 bilhões. O Governo do Presidente Lula jogou fora US\$ 2 bilhões em operação mal feita. Para se gabar de ter pago o débito do FMI, vai pagar US\$ 2 bilhões a mais de juros este ano, cinco aeroportos de São Gonçalo do Amarante, cinco sonhos do Rio Grande do Norte que se somam ao sonho da refinaria que levaram embora. Lula levou embora.

Pode o meu Estado conviver com este estado de coisas ou eu tenho a obrigação de vir aqui protestar? É o que estou fazendo.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Alvaro Dias; em seguida, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Agripino, apenas para fazer o registro da coincidência do discurso de V. Ex^a com o artigo deste notável jornalista, insuspeito, Villas-Bôas Corrêa, sob o título “Só falta inaugurar buraco tapado”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É verdade, é verdade, e vai chegar a hora.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – E a frase lapidar do Villas-Bôas Corrêa: “Não é aceitável a repetição fastidiosa da patranha, no truque de tentar tamponar as caneladas na frouxa ética eleitoreira. Todo mundo sabe que Lula sempre foi candidato”. Portanto, o discurso de V. Ex^a guarda uma relação de coerência em relação a esse artigo, mais um fantástico artigo deste notável jornalista que merece todas as homenagens, o Villas-Bôas Corrêa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias, que me dá essa importante colaboração para mostrar que não estamos sós. Gente com o talento de Villas-Bôas Corrêa está-se somando a esta manifestação de protesto e de revolta a que nos estamos referindo.

Ouçó, com prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, Líder do meu Partido, estava ouvindo o discurso de V. Ex^a e me lembrando de uma charge que vi ontem de um irreverente chargista brasileiro em um desses jornais. Aliás, o jornalismo brasileiro nesta matéria é perfeito, ninguém supera os chargistas brasileiros em lugar nenhum do mundo. Senador Alvaro Dias, a cena mostrava uma estrada toda esburacada. Saía do meio de cada cratera um porquinho – esses porquinhos em que se põem moedas, nos quais o menino junta o dinheiro, que a mãe no fim do mês quebra para comprar o pão –, escrito empreiteiro, e todos eles com o ar sorridente. O tal do tapa-buracos é enchedor de bolso. Não há nada mais vergonhoso neste País do que esta questão do tapa-buracos. Senador José Agripino, quem fiscaliza o tamanho do buraco? Quem vai medir? Qual é a distância entre um buraco e outro? Tapa-buracos é operação exclusivamente de emergência. No Brasil virou rotina. Você deixa a estrada se deteriorar para possibilitar o tapa-buracos. Os órgãos responsáveis pelas estradas brasileiras se esqueceram do que se chama manutenção. É o próprio Dnit, por meio dos seus determinados postos avançados pelo Brasil afora, que cuida disso. Antigamente, eles davam o nome daquelas regionais que ficavam ao longo da estrada

e cada distrito era responsável pelos seus trechos. Acabaram. E hoje reina solenemente o tapa-buracos. Aliás, a grande frustração, Presidente Augusto Botelho, que tenho do Governo Lula, do Governo do PT, é que eu pensava que tudo isso iria acabar. Eu pensava que acabariam coisas que, às vezes, eu via envergonhado em governo que eu apoiava, que era o bando das empreiteiras sobre as decisões orçamentárias brasileiras. Eu disse: O PT vai acabar com isto e vai dar chute nos traseiros de empreiteiros; vão sair empreiteiros para todos os lados. Mas não, ficaram todos aliados, todos juntinhos. E vemos, às vezes, de maneira vergonhosa. Olhe, Senador José Agripino, se for verdade 10% do que se conta de histórias cabeludas sobre liberação de recursos orçamentários para atender a empreiteiras e não aos Estados e Municípios, é de cortar o coração. Eu parabeno V. Ex^a. A Oposição tem que indormidamente bater nessa tecla. Nós temos que denunciar. Não é possível, Senador José Agripino, que o Brasil gaste o que vem gastando com tapa-buracos, sem nenhuma capacidade de fiscalizar o dinheiro que é meu, que é seu, que é nosso. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes, a sua sempre combativa e lúcida observação, voltando ao assunto do tapa-buracos. Os buracos precisam ser tapados. Entretanto, é necessário cuidar das estradas em tempo hábil e não anunciar – como V. Ex^a menciona – a ação de emergência. Emergência de quê? Emergências são feitas para algo que chega sem se anunciar. Durante um ano vai-se deteriorando o pavimento, até que o buraco aconteça. O que há é incúria, incompetência administrativa e descaso do Governo.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o aparte do Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, V. Ex^a acaba de falar sobre a importância estratégica do Aeroporto de São Gonçalo e sobre o que está havendo em termos de absoluto esquecimento da importância dessa obra. Falou também sobre a Refinaria. Já são duas obras estruturantes, importantes não apenas para o Rio Grande do Norte, mas para a nossa região e para o Brasil inteiro. Eu lembraria também a Transnordestina, cujo traçado deixou de fora o Rio Grande do Norte, numa prova de que nós – e isso é apenas o exemplo do Rio Grande do Norte – estamos sendo esquecidos, infelizmente. Nós que poderíamos dar uma grande contribuição, por meio dessas obras, para o nosso País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço, Senador Garibaldi.

Já encerro, Sr. Presidente, mas faço uma observação. O projeto das parcerias público-privadas, que o Governo cantou em prosa e verso ao Brasil como a salvação nacional e que aprovamos, melhorado em relação ao texto que nos chegou, está aprovado há um ano e até agora não apareceu um só projeto, porque o Governo não foi capaz de viabilizar nenhum entendimento de parceria público-privada.

E agora aparece a fórmula mágica do Aeroporto de São Gonçalo, cujas obras estão a cargo da Infraero, empresa do Governo Federal altamente superavitária, que possui caixa positivo e recursos para executar a obra. Aparece agora a história da PPP.

Eu não vou concordar com PPP nenhuma, principalmente porque, ou este Governo se volta para a região mais pobre do País, que é o Nordeste, viabilizando suas vocações naturais, ou vai ter que, na campanha eleitoral, prestar contas ao Nordeste do que não fez.

Estamos falando, Sr. Presidente, de US\$2 bilhões. A conta é fácil. Senador Mão Santa, preste atenção V. Ex^a, é médico, mas é bom de conta. O Governo Federal pagou US\$15,5 bilhões, *cash*, de uma vez. Pagava 4% de juros desse dinheiro. Era o dinheiro do FMI. Pagou para poder dizer ao mundo que não deve mais nada ao FMI. Só que, para pagar os bilhões de dólares,...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...tomou dinheiro no mercado interno a 17%, em reais, para comprar os dólares. Dezessete menos quatro dá treze. Está pagando um juro adicional de 13%. São 13% a mais do que vinha pagando e podia continuar pagando. Treze por cento de US\$15,5 bilhões são US\$2 bilhões por ano.

Senador Mão Santa, no meu Estado, há um aeroporto, chamado São Gonçalo, que está orçado em US\$400 milhões. Com esses US\$2 bilhões, dava para o Governo concluir as obras do metrô de Salvador, do metrô de Recife, para completar o aeroporto de São Gonçalo e ainda dar uma “paetada” boa no aeroporto de São Gonçalo do Amarante, cumprindo compromissos com a região problema do Brasil, que é a região Nordeste.

O aeroporto de São Gonçalo fica pertinho de Guamaré, onde se produz...

(Interrupção do som)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...o querosene de aviação mais barato do Brasil, pela distância, que é um atrativo para que os vôos internacionais cheguem a São Gonçalo do Amarante. Disse-me um amigo meu que é transportador no Rio Grande do Norte,

José Maria Brasil, que só o querosene de aviação de Guamaré já justificaria o aeroporto de São Gonçalo, porque ofereceria às aeronaves que chegam e que partem a matéria-prima que usam para se movimentar, o combustível, poderia ser o mais barato do mundo.

Nada disso é considerado pelo Governo Federal. Nada! Não se importa com o aeroporto de São Gonçalo, nem com os metrô de Salvador e de Recife, nem com a transposição do rio São Francisco, nem com a Transnordestina. Nada! Interessa-se em fazer périplos pelo Brasil inteiro apresentando pedras fundamentais de obras que anuncia que vai fazer, ou anunciando operação tapa-buraco sem regime de emergência, que é obrigação sua fazer.

Ouçõ com prazer, se V. Ex^a me permitir, a intervenção do Senador Mão Santa. Só para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, todos nos orgulhamos de V. Ex^a. Somos de partidos contrários, mas a postura de V. Ex^a faz com que eu respeite muito o PFL hoje. Eu quero dizer que V. Ex^a merece aplausos. Nós somos orgulhosos do Nordeste porque ele não é Severino, nem é Lula. O Nordeste é de homens como V. Ex^a, que tem uma bagagem do saber, do resultado, da coragem e da firmeza. V. Ex^a traz a verdade, que queremos levar ao Presidente Lula. Enfim, ele não acompanhou. Ele é réu confesso que não acredita no estudo, no saber. Aque-la afirmação dele de que é melhor fazer uma hora de esteira do que ler uma página de livro é triste! E eu me lembro de Sócrates, que fez renascer a democracia. Lembrem-se dele os que assistem à novela Belíssima, na velha Grécia. Ele disse: “Só há um grande bem, o saber”. O saber que V. Ex^a representa e que está na Bíblia. Sabedoria é ouro. E só há um grande mal, a ignorância, a ignorância do PT. Mas Abraham Lincoln – temos que seguir os grandes homens – foi o mesmo que pregou “o governo do povo, pelo povo, para o povo”. Foi o mesmo que ensinou aos governantes “caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”. Em economia, ele deu um ensinamento. Ó Lula, não precisa ler não; aprenda pelo menos isso, jovem: “Não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado”. Aí está: pagamos o FMI, mas aqui há dezenas de projetos ao Bird e ao BID, e a dívida interna a que V. Ex^a se refere é de R\$1 trilhão! Eu pediria ao Lula que dedicasse 23 minutos desses juros que ele paga para terminar o Pronto-Socorro Municipal de Teresina, que é um caos. Faltam R\$7 milhões. Seriam 23 minutos dedicados ao Piauí. Nós temos um porto, que eu votei, porque pensei que ele ia terminar. Presidente do PT, Governador do PT, falo do porto de Luís Correia. Foram gastos US\$90 milhões, faltam US\$10

milhões, mais ou menos meia hora, trinta minutos de juros pagos nesse trilhão. Então, quero dizer que ficamos com aquilo que aprendemos no Nordeste, com os provérbios, com a sabedoria popular. Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. As ruas dizem: “É mais fácil você tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade”. E a verdade V. Ex^a traz.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Quero agradecer a manifestação viva do Senador Mão Santa, que é um irrequiesto profissional, muito apreciado pelos seus colegas e pelos que nos vêem pela TV Senado, que comentam muito comigo que gostam de sua palavra porque V. Ex^a fala para o povo, fala aquilo que as pessoas querem ouvir e fala dos problemas que afligem o sentimento popular.

V. Ex^a coloca uma coisa muito curiosa – só para terminar, Sr. Presidente. Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe que o Brasil pagou R\$157 bilhões de juros da dívida, que V. Ex^a mencionou, de R\$1 trilhão. Pagou R\$157 bilhões de juros. Que loucura! O que não poderíamos fazer? Quantos hospitais, quantos portos de Luís Correia não poderíamos ter concluído se não fosse essa política maluca de juros do Governo Federal? Maluca e incompetente.

Haja imposto! Quanto mais alta a taxa de juros, maior a despesa pública e maior a necessidade de arrecadação. E aí tome Cofins, tome CSLL, tome Imposto de Renda e tome dificuldade para o povo do Brasil. Isso tudo para quê? “Não, vamos terminar com a relação dívida/PIB menor”. Está igualzinha. Remamos, remamos, remamos contra a maré e morremos na praia.

Agora, o que nós estamos querendo – e vou concluir, Sr. Presidente – é que se faça justiça a uma Região, pois, quanto ao que o Governo está fazendo de errado e que nós estamos mostrando, se o Governo tivesse compromisso real de palavra de Presidente com uma Região, os meios aqui estariam. Se não faz, é porque a cabeça dele está para outra banda. Está para a banda da demagogia e da busca eleitoreira de perspectiva de vitória, porque, se tivesse compromisso, se fosse um administrador, Senador Mestrinho, como foi e é V. Ex^a,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...atento aos problemas do Brasil, poderia até deixar de pagar essa dívida do FMI e pegar a receita da despesa que não teria feito para viabilizar sonhos do Brasil pobre.

Esse Governo está na hora de acabar.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, por permuta com a Senadora Ana Júlia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vim rindo porque, como sempre, o Senador Heráclito não perde a oportunidade de fazer sua provocação tradicional.

Quero iniciar o meu pronunciamento deixando, de forma muito explícita, o nosso pesar pelo falecimento da mãe do Senador Tasso Jereissati, a Sr^a Maria de Lourdes, que comove a todos nesta quinta-feira. Com certeza, o sentimento de todos nós é de muita solidariedade ao Senador Tasso Jereissati. Passei por esse momento no ano passado e sei o quanto é difícil. Por mais que os médicos nos consolem da situação de saúde, quando perdemos a nossa mãe, é sempre uma perda muito difícil de superar.

Vim à tribuna preparada para falar a respeito de um assunto. Vou expor o que me traz à tribuna, mas pediria ao Senador Augusto Botelho um pouco de generosidade no tempo, porque, dados os discursos muito longos da Liderança do PFL, há alguns comentários que eu preciso fazer obrigatoriamente sobre o tema. Já peço, portanto, um pouco de gentileza, também avisando ao Senador Alvaro Dias, que assumirá a Presidência, que vou me prolongar um pouco. Primeiro, vou cumprir a minha tarefa de trazer o assunto que preparei para o dia de hoje; depois, vou tecer alguns comentários.

O debate de terça-feira foi muito interessante. O Senador Leonel Pavan, do meu Estado, fez um contraponto com relação ao Bolsa-Família, dizendo que seria muito mais produtivo e muito mais adequado se, em vez de destinar os recursos que neste ano deverão atender a 11 milhões de famílias com esse programa de transferência de renda – indiscutivelmente, um dos maiores programas de transferência de renda do mundo –, o Governo Lula destinasse esses recursos para a habitação popular. Na hora, infelizmente, eu não estava com os dados em mãos e não pude fazer o aparte, mas me preparei para trazê-los hoje, assim como trarei algumas novidades que acontecerão amanhã no meu Estado.

No primeiro ano do Governo Lula, o Bolsa-Família atendeu a 3,6 milhões de famílias; no segundo ano, 6,5 milhões; em 2005, 8,7 milhões; para este ano, a previsão é de 11 milhões de famílias. Em termos de recursos, passamos de R\$3,4 bilhões no primeiro ano do Governo Lula para R\$6,5 bilhões no ano passado. Neste ano, vamos ultrapassar a casa dos R\$8,7 bilhões.

Portanto, é um volume significativo e é um recurso que não está sendo aplicado no programa de transferência de renda em detrimento de outros programas sociais, como é o da habitação. Trago aqui os dados

para comprovação. Como professora de Matemática, gosto de gráficos.

Aqui está o gráfico dos financiamentos, que mostra tudo o que foi investido em habitação de 1998 a 2005. Enquanto o maior volume de recursos aplicados na aquisição e construção de moradia, no período que nos antecedeu, foi de R\$2,084 bilhões, em 1998, em seu primeiro ano, o Governo Lula ultrapassou todos os valores envolvidos no financiamento, aquisição e construção de moradia: R\$2,217 bilhões. Em 2004, foram investidos R\$3 bilhões; em 2005, R\$4,7 bilhões.

Falo isso para desmontar a tese aqui aventada de que seria melhor aplicar em construção e habitação popular do que em Bolsa-Família, Senadora Ana Júlia Carepa. A realidade é que este Governo aplicou muito mais em transferência de renda do que o Governo anterior. Mas muito, muito mais ainda em habitação popular. As duas políticas são de inclusão social e atendem exatamente a essa área que tem muita incidência na qualidade de vida.

Mais de 80% do déficit habitacional brasileiro é de famílias que ganham até cinco salários mínimos. Portanto, quando se pula, em três anos – no primeiro ano, foram R\$2,217 bilhões; no terceiro ano, R\$4,7 bilhões – o valor efetivamente aplicado na aquisição, financiamento e construção de moradia, sendo que a ampla maioria foi para moradia popular, estamos fazendo a complementação exatamente dessa lógica, dessa visão que o Governo Lula tem de inclusão social.

Por isso, não é à toa que a pesquisa do IBGE de amostragem por domicílio apresenta essa queda significativa na desigualdade social. É a conjugação desse tipo de política que faz com que tenhamos essa alavancagem. Estão aqui os dados, exatamente para demonstrar que não é em detrimento de outras áreas não; são exatamente políticas que se complementam para a diminuição da desigualdade social.

Para continuar nessa linha, amanhã, em Campos Novos, Santa Catarina, vamos ter uma atividade muito importante, muito simbólica, muito emblemática. Campos Novos é uma região do latifúndio. Santa Catarina tem poucos latifúndios, comparativamente com outros Estados. É um Estado de minifúndios, de pequenas propriedades, de agricultura familiar. Mas Campos Novos é uma das regiões do meu Estado que tem o maior percentual de latifúndios. Pois bem, nesse Município, o Governo Lula demarcou uma terra de quilombo, de afro-descendentes, de quilombolas. Trata-se de um Estado, Ana Júlia, normalmente lembrado pelas pessoas como de loiros. Porém, há uma população afro-descendente significativa, há remanescente de quilombo em Santa Catarina, o que foi reconhecido pelo Governo Lula.

Amanhã, em Campos Novos, serão entregues 66 casas financiadas para os quilombolas. Nessa mesma solenidade, além de reconhecer o direito a terra, o direito a moradia dessa população que, infelizmente, sempre foi discriminada – no Brasil, temos uma dívida social imensa com os afro-descendentes –, será assinado o termo de cooperação do Incra com a Cooperativa Regional de Habitação da Reforma Agrária, para viabilizar a habitação rural em todos os assentamentos de Santa Catarina para três mil famílias de pequenos agricultores familiares.

Trata-se de habitação não só nesse volume de mais de R\$5 bilhões no ano passado, mas de uma habitação voltada também para setores que nunca tiveram direito ao financiamento público, ao investimento público na área da habitação, que são os remanescentes de quilombos e pequenos agricultores. Nunca! Isso lá em Santa Catarina tem uma repercussão imensa, porque é a agricultura familiar que gera empregos, que gera renda, que dá oportunidade, que inclusive contribui com as exportações, mas esse setor nunca tinha tido, de Governo algum, o reconhecimento do direito à habitação com financiamento. Isso é uma realidade em Santa Catarina, e está lá funcionando de forma muito concreta.

Senadora Ana Júlia Carepa, na próxima semana, provavelmente na terça-feira, o Presidente Lula deve anunciar aquilo que está sendo apelidado de “MP do Bem 2”, um pacote de medidas altamente significativas para a construção civil, que vão desde a desoneração tributária, nos casos em que é preciso beneficiar o setor quando diminuem os lucros, até uma série de medidas para reduzir a carga tributária no setor produtivo, principalmente diminuir a carga tributária dos componentes da chamada “cesta básica do material de construção”. São produtos que terão diminuição da alíquota, exatamente para...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Alvaro, vou pedir aquela gentileza toda que foi dada ao Senador Agripino.

Alguns produtos terão diminuição na alíquota para incentivar o setor. Considerada a cesta básica dos produtos da construção civil, com alíquotas reduzidas, com financiamentos incentivados, com incentivos para o processamento do financiamento da construção para a população de mais baixa renda, será dado exatamente o incentivo a um dos setores que mais gera emprego, que menos importa e que tem papel significativo na construção e ampliação do Produto Interno Bruto brasileiro.

Estamos acompanhando a questão, e Santa Catarina foi precursora dessa idéia. Há mais de um ano,

venho trazendo este assunto. Houve iniciativas das nossas entidades representativas do comércio e da indústria da construção civil, que vieram ao Senado. Houve audiências, várias audiências com o Ministro Furlan, e toda essa tratativa deverá culminar, nesta terça-feira, nesse pacote de medidas para incentivar a construção civil, principalmente com a desoneração de tributos para atender a população de mais baixa renda, a habitação popular e o sistema conhecido como formiguinha, que é aquele movimento na construção civil em que as pessoas fazem pequenas reformas, o puxadinho, a pintura da casa e que movimenta algo em torno de 70% do setor produtivo na construção civil, seja na indústria, seja no comércio.

Por isso, queremos saudar essa iniciativa, que acompanharemos atentamente. Vou fazer muita questão, inclusive, de estar na solenidade, porque se trata de uma luta de mais um ano de todo esse setor. Em Santa Catarina, há muita repercussão e muito orgulho por esse desfecho, pois essa luta toda se iniciou no setor produtivo, tanto industrial, quanto comercial, da construção civil catarinense e tomou toda uma dimensão nacional após esse acatamento, por parte do Presidente Lula, das medidas de que teremos conhecimento, na sua amplitude, na próxima semana.

Senador Alvaro Dias, a respeito das questões aqui debatidas, eu queria falar, em primeiro lugar, sobre a questão do Fundo Monetário Internacional. Como às vezes não consigo entender alguns pontos, queria até pedir uma atenção muito grande do Senador Eduardo Suplicy, que é economista e que de repente poderá me socorrer caso eu cometa, digamos assim, alguma leviandade no que vou falar.

Quando um País recorre ao Fundo Monetário Internacional, o faz normalmente em situação de risco de insolvência; recorre ao empréstimo porque está ameaçado de quebrar; recorre porque não está tendo condições de se manter principalmente com reservas que lhe dêem garantia de enfrentar qualquer tipo de turbulência econômica. Foi dessa forma que sempre fui ensinada, digamos assim, a entender por que países recorrem ao Fundo Monetário Internacional. Pelo menos foi assim que ocorreu nas três vezes em que, no Governo anterior, se recorreu ao Fundo Monetário Internacional. Ou seja, o País estava à beira de quebrar. E empréstimo do Fundo Monetário Internacional é empréstimo carimbado; é empréstimo que não entra no caixa do Governo; é empréstimo que tem a finalidade única e exclusiva de recompor as reservas, de ficar na reserva, para que exatamente a situação de insolvência, de crise econômica ou de dificuldade

econômica gravíssima do País não se acentue pela perda absoluta das reservas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, quando nos foram entregues as reservas cambiais, tínhamos uma reserva líquida, descontado o dinheiro do FMI que foi emprestado anteriormente exatamente para fazer o socorro econômico, que não chegava a US\$14 bilhões, mais o empréstimo do FMI. Ao longo de três anos, tivemos a capacidade de pegar essa reserva líquida de US\$14 bilhões e transformá-la em nada mais, nada menos do que US\$54 bilhões, mais o que estava reservado e que era do FMI.

Portanto, essa multiplicação de reservas cambiais líquidas, que não foi pouca coisa, não foi pequena, não foi insignificante, foi exatamente a condição advinda dos superávits...

(Interrupção do som)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Dos superávits sucessivos. Enquanto no período anterior houve déficit comercial, alcançamos cento e três bilhões de superávit, o que permitiu recompor as reservas. Portanto, os US\$15 bilhões pagos ao FMI não saíram do caixa do Tesouro, não são recursos que deixaram de ser aplicados em estradas, em aeroportos, seja lá no que for, porque eram reserva, estavam na reserva, não podiam entrar no caixa.

Agora, os juros economizados por pagar antecipadamente, estes sim saem do caixa. Então foi quase um bilhão em economia de juros; este sim é que pode ser aplicado naquilo de que precisamos e que tantos reivindicam.

Por essa razão, é importante travarmos este debate do Fundo Monetário Internacional, até para que não veiculemos situações...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou conceder, Senador José Agripino.

Situações que não condizem com a verdade. Saiu das reservas o empréstimo. O dinheiro do FMI saiu de lá, não do caixa. Os US\$15 bilhões não saíram do caixa. Se não tivessem sido pagos, não poderiam ter sido aplicados, porque o empréstimo do Fundo Monetário Internacional é carimbado, é com uso exclusivo. Quero entender onde leva esta discussão. Porque hoje temos a possibilidade de dispensar. Hoje, temos reserva – repito – líquida de menos de cinquenta e quatro bilhões. Portanto, não é qualquer coisa.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Agripino. Em seguida, a Senadora Ana Júlia Carepa, que também

pediu um aparte, e o Senador Eduardo Suplicy, se o Senador Alvaro Dias me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senadora Ideli Salvatti, peço apenas compreensão em relação aos demais oradores inscritos.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Ideli Salvatti, inicialmente, cumprimento V. Ex^a pelo esforço que faz para defender o que é sua obrigação, o Governo do qual V. Ex^a faz parte. É meritório, é justificado. Porém, penso que o raciocínio de V. Ex^a merece alguns reparos. Quando uma nação paga débito em dólar, ela não pega dólar aqui e paga aqui, ela transforma reais em dólares e, por operações internacionais, faz a transferência em moeda estrangeira, que foi convertida, de reservas que existem no Banco Central, de dólar em real. O Governo brasileiro não tem disponível em real para ter pago a dívida de US\$15,5 bilhões com excesso de exportações ou dinheiro que estivesse guardado em dólar. Todo dólar que entra no País, decorrente de exportações, é guardado na conta gráfica, mas é transformado em real, entra no meio circulante. Entra no meio circulante! O que quero dizer a V. Ex^a é que o Governo brasileiro não tem sobra de reais. Tanto não tem que faz aquele “maravilhoso” superávit primário para pagar débitos, para pagar juros e abater a dívida. Ora, se não há superávits em reais e não há dólares – propriedade dele –, se transformou reais em dólares para pagar dólar ao FMI, é evidente que, já que não tinha disponível, retirou do meio circulante. Foi buscar esse dinheiro no mercado, como faz com todas as operações de financiamento da sua dívida interna, que atingiu R\$1 trilhão. E em não tendo tido esse disponível, é evidente que, para pagar os US\$15,5 bilhões que comprou do mercado, transformando os reais que tomou emprestado em dólar para pagar o FMI, trocou uma dívida de 4% ao ano por uma outra que, remunerada, dá 17,25% ao ano. Pagou 13% a mais. E aí entra aquilo que coloquei com muita firmeza e com muita pena, com muita dó: jogamos fora do Nordeste US\$2 bilhões em investimentos que poderiam ter sido feitos se não fosse esta operação que, na minha opinião, é desnecessária: abater uma dívida de US\$15,5 bilhões, que, remunerado, dá 4% para gerar uma dívida de US\$15,5 bilhões, transformado em reais, remunerada a 17%, como conta a matéria do UOL. Está na página do UOL de hoje. Era este o reparo que eu gostaria de fazer, cumprimentando V. Ex^a pela obrigação que tem de fazer a defesa do seu Governo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador José Agripino. Não faço defesa por obrigação. Faço por convicção, todas as vezes que ouço afirmativa com a qual não concordo, mesmo não tendo todos os elementos, em um primeiro

momento, para fazer o debate à altura que ele merece. Por exemplo, não consigo ouvir as pessoas dizerem – e isso ouço quase todos os dias – que poderíamos ter utilizado os US\$15 bilhões do FMI em obras, que poderíamos ter construído não sei quantas casas e quantos aeroportos. O dinheiro do FMI não pode ser utilizado dessa forma, o dinheiro emprestado pelo FMI é para reserva, e só como reserva pode ser aplicado.

V. Ex^a fez referência ao fato de transformar em moeda e à questão dos juros. Senador José Agripino, trarei o assunto ao debate novamente em um outro momento, a não ser que o Senador Eduardo Suplicy, economista como tal, possa trazer algum elemento.

O que trago ao debate é: o que significam os recursos do FMI; em que podem ser utilizados; e a afirmação que reiteradamente temos ouvido a respeito da sua utilização para colocar como se no caixa pudessem ser colocados para gastos correntes, quando isso não é verdade. É uma deturpação até do próprio conceito e aplicabilidade dos recursos do Fundo Monetário Internacional.

Não sei se o Senador Suplicy deseja fazer um aparte; do contrário, concederei à Senadora Ana Júlia Carepa, e vou terminar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a coloca um ponto importante no que diz respeito à racionalidade da decisão do Governo de pagar a dívida que o Brasil tinha junto ao Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo possibilitando uma maior liberdade, autonomia e soberania do Governo brasileiro em relação àquele órgão do qual somos sócios cotistas. Por isso é que existe a possibilidade de o Brasil recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional quando isso constitui algo que se torna necessário. O Governo Fernando Henrique Cardoso, durante as crises, sobretudo em torno de 98, 99, enfrentou um problema de dificuldade, de instabilidade financeira muito sério em virtude da crise cambial, e precisou recorrer. Foi feito um empréstimo de grande volume. Durante os três primeiros anos do Governo Lula, Sua Excelência se viu na necessidade de ainda estar se libertando, gradualmente, das exigências de contrapartida que decorriam desse empréstimo, mas avaliou o Ministro da Fazenda, assim como o Presidente Lula, que já era hora de o Brasil se libertar dessa ligação. Com isso, não houve mais a necessidade de pagarmos US\$900 milhões de dólares anualmente de juros. Por outro lado, isso significou diminuição de US\$15 bilhões de reserva, mas o Brasil ainda tem um volume de reserva considerado saudável. É preciso notar que alguns países como a Índia e, em especial, a China, que se destacam por apresentar extraordinárias taxas de crescimento eco-

nômico, têm mantido um nível de reservas ainda bem superior àquilo que o Governo brasileiro conseguiu e aumentou, para resguardar-se mais com respeito a eventuais instabilidades do sistema financeiro internacional. Então, parece-me que essa decisão do Governo Lula inclui-se num conjunto de decisões que propicia, neste quarto ano de gestão, condições muito favoráveis a uma retomada de crescimento econômico acelerada, combinada aos objetivos de estabilidade de preços, promoção das oportunidades de emprego, maior equidade social. São todos esses objetivos importantes do Presidente Lula.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Ainda trazendo alguns elementos...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora, a Presidência está sendo pressionada pelos oradores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Senador Alvaro Dias, pedindo desculpas à Senadora Ana Júlia.

O que foi pago ao FMI, ou seja, os US\$ 15 bilhões retirados das reservas, volto a dizer, não podia ser aplicado nos gastos correntes. O pagamento da dívida implica economia de juros, juros a menos, juros a menor que vão deixar de ser pagos, esses sim, saídos do caixa das despesas correntes do Governo.

Além disso, todo este debate travado aqui, a respeito de transformar a moeda, precisa ser cotejado com outras variáveis. O fato de decidirmos pagar ao FMI, de nos livrarmos dessa dependência, teve conseqüências para o risco país, pois diminuiu processos negociais em termos de juros, prazos de pagamento, não só para o Governo, como para as empresas brasileiras, apresentando também resultado significativo.

Portanto, no momento de confrontar-se se foi efetivamente mais vantajoso ou menos vantajoso, todos os elementos têm que ser analisados. Por isso, achei ruim discutirmos este assunto com tempo reduzido, uma vez que o debate mereceria prazo maior.

Senador Alvaro Dias, não poderia deixar de dizer que, em relação a impostos e dívidas, apresentados aqui de forma muito contundente na fala de quem me precedeu, temos que lembrar sempre que a dívida no período anterior foi multiplicada por 10 – de perto de 70 bilhões ultrapassou a casa dos 700 bilhões. Quanto a impostos, a carga tributária nos dois governos que nos antecederam, pulou de 26% para, aproximadamente, mais de 36% do PIB. Muitas das contribuições citadas aqui – Cofins, CPMF, Cide – foram todas criadas nos governos anteriores e não no governo atual.

Sr. Presidente, peço desculpa por ter me alongado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não posso conceder, porque eu já neguei um aparte à Senadora Ana Júlia...

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao Senador Heráclito Fortes a compreensão, porque a Senadora Ideli Salvatti está há mais de trinta minutos na tribuna. Em respeito aos demais Senadores e Senadoras, peço a compreensão de V. Ex^a.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto a Senadora se dirige à tribuna – não vou interrompê-la, é lógico, nem vou prejudicar o pronunciamento de S. Ex^a –, gostaria de apresentar as condolências do povo goiano, em meu nome e naturalmente em nome dos demais Senadores, aos ex-Deputados Valdir do Espírito Santo de Castro Quinta e Juracy Teixeira.

Apresento condolências às famílias de ambos ex-Deputados, nomes eminentes da política recente de Goiás. Ao mesmo tempo, quero associar-me a esta Casa nas condolências enviadas à família do nosso querido amigo, Senador Tasso Jereissati, pelo falecimento de sua genitora, Sr^a Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati. Envio também as condolências do povo goiano.

Peço escusas à Senadora Lúcia Vânia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência se associa às intenções de V. Ex^a e concede a palavra à Senadora Lúcia Vânia, como última oradora inscrita antes da Ordem do Dia.

Na prorrogação da Hora do Expediente, S. Ex^a terá assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente eu gostaria de me associar às palavras do Senador Maguito Vilela e estender também os meus pêsames à família do Dr. Valdir Castro Quinta e da família do Sr. Juracy Teixeira,

ambos amigos e conterrâneos nossos do Estado de Goiás, que prestaram grandes serviços ao Estado.

Eu gostaria também de me associar aos demais Parlamentares e cumprimentar o Senador Tasso Jereissati, desejando-lhe muito conforto na hora de grande dificuldade por que passa pela perda da sua mãe, Dona Maria de Lourdes. Quero dizer ao Senador Tasso Jereissati que a maior homenagem que ele pode fazer a sua mãe é exatamente a seriedade, a responsabilidade na sua vida, na sua carreira e na sua trajetória da vida pública.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, saúdo o Senador José Agripino pelo seu pronunciamento. Acredito que o Senador José Agripino falou aqui de um tema sobre o qual a sociedade brasileira precisa ser esclarecida, conhecer em profundidade. Quando S. Ex^a expôs aqui a antecipação do pagamento da dívida ao FMI, chamou a atenção da sociedade brasileira para o **marketing** que está prestes a ser feito aqui sobre este assunto. No entanto, todos sabemos que isso nada mais foi do que uma jogada do Governo, para, futuramente, fazer disso uma bandeira de campanha.

O Senador José Agripino, com sua forma didática de apresentar os dados e um tema complexo como este, pôde demonstrar à sociedade brasileira, hoje de manhã, o quanto ela foi lesada, a fim de que déssemos ao Presidente da República a oportunidade de mostrar que ele colocou para fora o FMI, mas o fez com o suor, a pobreza e a dificuldade do povo brasileiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Lúcia Vânia, agradeço a V. Ex^a o aparte. Mas o que me faz ter a ousadia de me intrometer na sua fala é o fato surpreendente de vermos, de repente, neste plenário, despertar a nova vocação de economista da nossa querida amiga Senadora Ideli Salvatti. A Senadora Ideli Salvatti foi ruim com o Brasil esse tempo todo, guardando os seus conhecimentos de economia e não nos brindando com aulas tão brilhantes como as de hoje. Senadora Lúcia Vânia, quanto aos recursos que foram devolvidos e tão polemizados do FMI, se houve alguma má interpretação contra seu uso ou contra a oportunidade, foi o Governo que a fez. Quem alardeou, Senador Alvaro Dias, que o Governo ia devolver o dinheiro e que medidas foi o Presidente, sentando-se a uma mesa redonda com os maiores próceres do FMI.. É uma rotina. Para quem está nos ouvindo e entenda melhor o que é o FMI e para que serve esse empréstimo, digo que é para uma emergência. É como se eu precisasse de um hospital em São Paulo, e o

meu plano de saúde colocasse à disposição o recurso para uma necessidade. Posso ir lá, fazer um *check-up* e não precisar usar o recurso. Evidentemente, ninguém quer, sem motivo justo, usar o dinheiro do hospital. O FMI não é nada mais, nada menos do que um hospital financeiro que nos socorre, mas nos cobra juros escorchantes. Finalizando, quero fazer um lamento, Senador Alvaro Dias. O que vimos aqui hoje foi a dupla face do Partido dos Trabalhadores. A Senadora Ideli Salvatti fez uma apologia ao Ministro Palocci; tudo o que aconteceu deve-se à bravura e à coragem do Ministro. Por que o PT não defende o Ministro Palocci nas CPLs? Por que o PT está dividido: uma parte quer o Ministro Palocci fora, outra, mais discreta, quer vê-lo dentro? O PT precisa assumir o que quer, precisa ter a coragem de dizer, de público e de maneira aberta, que o que acontece de positivo no Brasil hoje deve-se à política do Palocci. Não devem fazer isso. Não citou o Ministro Antonio Palocci uma vez sequer. No entanto, fez apologia de um trabalho corajoso de S. Ex^a e de uma pequena equipe que lhe serve. Durma-se com um barulho desses. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes. Comentávamos a notícia do UOL quando se colocou essa discussão de que a devolução do dinheiro ao FMI significou dispensar uma taxa de juros de 4% para pegar uma taxa de 17% Essa discussão foi feita aqui pelo Senador Agripino. E V. Ex^a coloca aqui muito bem o seu ponto de vista a respeito do assunto, bem como observou anteriormente a questão do tapa-buracos também aqui levantado pelo Senador José Agripino.

O tapa-buracos foi colocado aqui por todos nós da Oposição. A sua previsibilidade poderia ter sido planejada no início do Governo. No entanto, o Governo preferiu remanejar recursos do Ministério dos Transportes para fazer uma operação de emergências – algumas das obras sem licitação – e, hoje nós vemos o Tribunal de Contas da União já fiscalizando e apontando distorções as mais graves possíveis. Portanto, este é o Governo descrito aqui pela oradora que me antecedeu dizendo que o Brasil é o país das maravilhas. No entanto, nós temos a obrigação de trazer a esta tribuna as coisas como elas são e como a sociedade brasileira tem visto essas ações sem planejamento, sem previsão de recursos, fazendo com que o raro e escasso recurso deste País vá pelo ralo.

No entanto, falou-se aqui também do aumento da carga tributária, da Cide, da CPMF e outros impostos; mas, se este Governo quisesse realmente reduzir a carga, teria toda a chance de fazê-lo, e assim o País poderia colaborar com o setor produtivo, que hoje tem grandes dificuldades para assumir esta carga de

impostos que tem aumentado, sim, e, o que é mais grave, tem aumentado juntamente com os gastos públicos. Isso é sinal de que não temos, num horizonte próximo, nenhuma possibilidade de reduzir essa carga, uma vez, que os gastos públicos se tornam cada vez maiores.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna hoje é da maior relevância: trata-se da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas, que tramita no Câmara dos Deputados e que em breve estará tramitando nesta Casa.

Se não aprovada ainda este ano, com certeza há de provocar um movimento negativo muito grande entre o setor que reúne aproximadamente 3 milhões de microempresas, que hoje atuam na informalidade.

Exemplo do quanto a sociedade anseia pela aprovação dessa lei foi a presença de mais de trezentos empresários e representantes de classe goianos que estiveram em Brasília na última terça-feira, dia 31, para assistir à votação da Lei Geral na Câmara dos Deputados.

Por acordo de lideranças, o plenário da Câmara aprovou a retirada de pauta do projeto de Lei Geral, ficando a votação para a próxima semana.

Mas é muito importante destacar a presença dos empresários goianos. Eles vieram da capital de meu Estado, Goiânia, e de vários Municípios, como Anápolis, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia. Além de comparecer ao plenário, os representantes do empresariado goiano se reuniram com integrantes da Comissão Especial da Microempresa. Entre eles, estavam os Deputados Carlos Melles, Presidente da Comissão, e Luiz Carlos Haully, Relator do projeto.

Estou fazendo este registro, Sr. Presidente, porque tão logo o projeto da Lei Geral seja aprovado na Câmara dos Deputados, virá para o Senado Federal.

E nós deveremos nos debruçar sobre ele com toda a agilidade possível para garantir sua aprovação sem mais delongas.

Sem dúvida, uma das maiores conquistas da proposta para os empresários é a criação do Simples Nacional, que reúne oito impostos e contribuições das três esferas de governo em um só tributo.

A expectativa é de que, em meio a outros benefícios, a lei seja capaz de formalizar negócios, abrir novos postos de trabalho, desburocratizar e aumentar a competitividade entre as empresas de menor porte.

O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que endossa a proposta, não cansa de exaltar o mérito qualitativo da iniciativa legislativa.

Por outro lado, já existe um movimento, ao qual precisamos ficar atentos, de representantes da so-

cidade civil preocupados com os efeitos da Medida Provisória 275, que atualiza a Lei do Simples, acompanhando os efeitos da Lei 11.116, convertida a partir da MP do Bem.

Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, a Medida Provisória 275 ampliou, na forma como foi proposta, a carga tributária das micros e pequenas empresas em relação ao teto de faturamento desse setor tão importante para a nossa economia.

De acordo com o estudo do Instituto de Planejamento Tributário, a Medida Provisória elevou em 76,73% a carga tributária das microempresas e das empresas de pequeno porte.

O Presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, Antônio Marangon, faz o mesmo alerta.

Ele afirma que, em vez de fortalecer o regime diferenciado, a Medida Provisória nº 275 desfigura inteiramente o Simples. Em suas palavras, a MP torna o que deveria ser um grande benefício “num instrumento a serviço da ânsia arrecadatória insaciável do Poder Público”.

Esses são temas que, acredito, em breve estarão na pauta do Senado, e para...

(Interrupção do som)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – ...os quais deveremos voltar nossa cuidadosa atenção.

Assim como o empresariado goiano esteve presente à Câmara dos Deputados, com certeza representantes de outros Estados brasileiros também poderão se dirigir a esta Casa para garantir a aprovação da Lei Geral da qual tanto depende esse significativo setor da economia brasileira.

Muito obrigada pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 98, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do político goiano Juracy Teixeira, apresentando condolências à família.

Justificação

O ex-deputado Juracy Teixeira faleceu, terça-feira, aos 74 anos de idade, vítima de insuficiência renal aguda. Foi eleito pela primeira vez em 1978, e cumpriu dois mandatos como deputado estadual. Juracy foi um

idealista, nacionalista, parlamentar combativo e intransigente na defesa das causas que defendia.

Quero, neste momento de dor, manifestar os sentimentos de solidariedade aos familiares de Juracy Teixeira, que deixa a todos nós o legado da fraternidade, da amizade e da humildade.

No exercício do mandato, Juracy Teixeira dignificou o Parlamento, já que defendia a liberdade, a democracia, e a justiça social. Muitos de seus projetos ofereceram contribuição à modernização da máquina administrativa do Estado, principalmente na defesa do respeito à cidadania.

Sua passagem pelo Tribunal de Contas do Estado, como chefe de gabinete, também engrandeceu a instituição, já que colocou à disposição daquela Corte toda a sua experiência e seu relacionamento com a classe política do nosso Estado.

Juracy Teixeira deixou a vida material, mas transferiu a todos nós, goianos, exemplos de conduta irrepreensível na vida pública, na relação com as pessoas, no respeito às instituições democráticas.

Apresento hoje um requerimento para que o Senado Federal possa expressar, em meu nome e de todos os demais senadores, os nossos sinceros sentimentos de pesar pela morte desse homem público destacado.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2006 – Senador **Maguito Vilela**.

REQUERIMENTO Nº 99, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do conselheiro Waldir do Espírito Santo de Castro Quinta, apresentando condolências à família.

Justificação

O Estado de Goiás está de luto com a perda do ex-deputado estadual Waldir do Espírito Santo de Castro Quinta, grande homem público que honrou o povo goiano nas funções que ocupou, ao longo de sua vida. Idealista, humanista, nacionalista e vocacionado em servir a comunidade, principalmente os segmentos mais necessitados.

Natural de Caldas Novas, Waldir do Espírito Santo de Castro Quinta era conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado. Faleceu aos 85 anos de idade, quarta-feira, devido a complicações de uma pneumonia.

Foi nomeado conselheiro do TCE em 1962, depois de exercer mandato na Assembléia Legislativa. Ocupou a Presidência da Corte por oito vezes, onde se aposentou em 1990, sempre exercendo suas fun-

ções com elevado espírito público. Também foi cronista, articulista do antigo jornal Cinco de Marco, professor de Direito Constitucional da Universidade Federal de Goiás, prefeito da cidade de Goiás, chefe de gabinete do Gabinete Civil da Governadoria, deputado estadual por duas vezes, secretário de Estado e membro da Academia Goiana de Letras, onde ocupou a cadeira 19.

Pela importância do papel desempenhado por ele no estado de Goiás, apresento ao Senado um requerimento de votos de pesar por perda tão significativa para o meu estado, que sempre teve em Waldir um modelo de biografia pessoal e profissional.

Aos familiares a nossa solidariedade por esse momento de profunda tristeza.

Sala das Sessões, em 2 de fevereiro de 2006 – Senador **Maguito Vilela**.

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati, mãe do Senador Tasso Jereissati, ocorrido em Fortaleza, Ceará.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pelo falecimento, ocorrido em Fortaleza/CE, da Senhora Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento dos familiares da Sm. Maria de Lourdes, bem como a sua inserção em ata.

Justificação

O falecimento da genitora do ilustre Presidente do PSDB a todos nos comove. Dona Maria de Lourdes era mulher de fibra e sua vida é modelo de dedicação familiar. Por isso, com esse Voto de Pesar, manifesto minha tristeza, com um abraço de solidariedade ao Senador Tasso.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere a Ordem do Dia da presente sessão para a sessão da próxima terça-feira, dia 7 de fevereiro.

São os seguintes os itens transferidos:

1

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária)*.

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

Dependendo de Parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas*.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 14, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 3 e 12, de 2000)
(Incluída em Ordem do Dia, nos termos
dos arts. 356 e 361 do Regimento Interno)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências*.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 72, DE 2005
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias*.

Pareceres sob nºs:

– 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– 74, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, sobre as emendas nºs 3 a 8-Plen, favorável à nº 7-Plen, e apresentando a emenda nº 9-CCJ.

5

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143,
do Regimento Comum)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 102, § 3º, da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento para exame da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal*.

Parecer sob nº 75, de 2006, em audiência, da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável ao projeto nos termos da emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências*.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que *regulamenta o § 5º do art. 109 da Constituição Federal, para disciplinar o procedimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal dos crimes contra os direitos humanos, perante o Superior Tribunal de Justiça*.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna pela Liderança do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima semana, o Senador Fernando Bezerra vai relatar nesta Casa o projeto que trata da renegociação da dívida agrícola. Esse tema tem sido um dos mais debatidos pelos Parlamentares e pelo Governo. Recentemente houve aqui o tratoração, quando toda a agricultura ficou parada e os líderes do setor estiveram no Congresso Nacional buscando uma solução para o problema. Já fizemos as negociações e até hoje não conseguimos resultado produtivo em relação a isso.

Na próxima semana, esperamos que o Governo, numa última oportunidade, busque uma solução. O Senador Fernando Bezerra já disse que, se não houver uma negociação e um acordo que seja favorável, ele

vai relatar o projeto como veio da Câmara, ou seja, adotando em seu relatório o que foi aprovado na Câmara em relação a essas dívidas dos agricultores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa dívida há todas as espécies possíveis de endividamento, desde a loucura ocorrida há 25 anos, quando pediram aos agricultores que plantassem a algaroba. Naquela ocasião, mandaram os agricultores retirar toda e qualquer espécie agrícola que houvesse no terreno, obrigando-o a fazer o gradeamento duas vezes, a cavar buracos de 50 cm por 50 cm num espaço de tantos metros, para plantar a algaroba, que, diziam, seria o milagre vegetal, pois não só serviria para alimentar o gado como também daria madeira. Nem serviu para alimentar o gado, porque quando se dá muita algaroba ao gado ele é acometido de uma doença conhecida como língua de pau, que é uma paralisia no sistema motor; nem deu madeira. E hoje estamos tendo esse problema.

Mas não é só isso; há também uma série de outros empréstimos de quem ousou comprar semente ou algumas cabeças de rês.

E o que aconteceu, nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores?

Quem comprou duas reses está devendo mais que o valor da sua própria fazenda. Quem ousou tomar empréstimo para fazer um plantio ou para comprar sementes selecionadas para melhorar a sua produção também está encalacrado, porque o juro não pára; dia e noite está aumentando a uma taxa que não é compatível com o valor dos produtos agrícolas, que tiveram preços declinantes.

Nessa negociação, uma faixa do Nordeste tem rebote, tem desconto. Mas, Senador Mão Santa, que preside a sessão, um Município está considerado no semi-árido e tem desconto, enquanto no Município vizinho, os agricultores que vivem nas mesmas condições, não têm desconto, porque o Município não está na linha do semi-árido.

Na semana que vem nós vamos apreciar essa matéria. O PMDB vai apoiar o parecer do Senador Fernando Bezerra, mas sabemos que isso não resolve totalmente o problema do Nordeste. Por isso, já estamos entabulando, junto com toda a Bancada do Nordeste, uma segunda renegociação específica para o Nordeste, porque, Senador Mão Santa, não se pode comparar o seu Estado e o meu Estado com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, porque as condições de infra-estrutura, as condições econômicas, as condições climáticas são diferentes. O meu Estado, que tem 75% de seu território na área do cristalino, agora mesmo está enfrentando uma seca terrível. Em inúmeras cidades há estado de calamidade, não há nem água para be-

ber. Como podemos comparar uma região dessa com uma do Centro-Oeste? O Brasil é grande demais para uma só lei dar tratamento igual a todos.

Nesse caso específico, vamos fazer essa segunda reunião e tentar apresentar uma solução, inclusive tirando as linhas que fazem essa separação e que são apenas teóricas e não verdadeiras.

Isso é o que iremos fazer na próxima semana. Espero que nós sejamos vencedores. Se o Governo não gostar, vai vetar, mas o ônus será dele. Eu sou da Bancada de apoio ao Governo, mas entre os agricultores nordestinos e o Governo, eu opto pelos agricultores nordestinos. V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, vem clamando aqui, dia e noite, por essa renegociação da dívida da agricultura. Eu sei que os Senadores do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste também apóiam a nossa posição. A agricultura é que sustenta este País. A agricultura e a pecuária é que nos permitem ter alimento à mesa e não é justo darmos um tratamento comercial, frio e econômico a essas pessoas. Inclui-se elas sofrem também a terrível variação climática. O agricultor planta, alimenta a esperança e não há safra, mas a dívida está lá, e nós não contamos com a mão protetora do Governo nesses casos, porque o que se quer é receber.

Agora mesmo, na Paraíba, cerca de 1.500 pequenos fazendeiros estão perdendo as suas propriedades por causa de dívidas.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senadora.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu quero compartilhar a preocupação de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, até porque este é o meu oitavo ano aqui na Casa.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É o nosso.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Praticamente, é o último ano do meu mandato e, também, do mandato de V. Ex^a. Logo no início, eu não me dediquei muito à questão do setor agrícola, ou seja, à estrutura de dinamização econômica vinculada a quem tem terra. Como eu sempre fui uma militante dos movimentos pela reforma agrária, eu me dediquei muito mais à defesa de uma política agrária para o Brasil. Eu lembro que no meu primeiro ano aqui tive a oportunidade de participar de algumas discussões sobre a agricultura familiar e sobre a política agrícola para assentamentos de pequenos e médios produtores rurais, especialmente de Alagoas. Comecei a estudar esse assunto, a analisar, a visitar, a acompanhar os dados disponibilizados, a entender a realidade objetiva, inclusive

para o pequeno e o médio proprietário rural do Brasil que tem uma situação gravíssima, principalmente no Nordeste. O que aconteceu? Primeiro não houve a possibilidade, nem no Governo passado nem no atual Governo, de corrigir as distorções do saldo devedor. Ontem foi feita aqui essa discussão que V. Ex^a, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Ramez Tebet, o Senador Osmar Dias, o Senador Fernando Bezerra e vários outros já fizeram. De alguma forma vários Senadores que acompanham mais essa questão sabem que seria necessário, primeiro, corrigir as distorções do saldo devedor, para que o proprietário saiba de fato quanto deve depois de corrigidas essas distorções e, depois, repactuar a dívida, que significa inclusive fazer determinadas correções com as perdas de safras que aconteceram em função de problemas climáticos tanto no Nordeste como em outras regiões do País. Perda por problemas climáticos, adversidades da natureza, especialmente quando se trata de agricultura familiar, que prejudicam principalmente o pequeno e o médio produtor, não tem a proteção do seguro agrícola. É mentira dizer que tem. Lembro com muita clareza que, há dois anos, o atual Governo encaminhou uma medida provisória, porque quem define isso no Ministério da Fazenda são as mesmas pessoas da época do Governo Fernando Henrique. Como os quadros técnicos que lá estão até defendem a mesma política econômica do Governo Fernando Henrique, muitos dos quais conversávamos no passado são os mesmos com quem fazemos as reuniões hoje e a cantilena é a mesma: não pode corrigir as distorções, não pode repactuar, não pode alongar o perfil da dívida, não pode sequer suspender as execuções. Ora, há vários debates acontecendo no Congresso Nacional, o Governo não tem política agrícola para a agricultura familiar, para o pequeno e médio produtor. Porque política agrícola – desculpe-me estar me estendendo – não é só ir ao banco para tentar o crédito para financiar a sua safra. Primeiro, é preciso assistência técnica, porque se não houver o projeto o banco não dá. Às vezes, quando o projeto vai ser aprovado no banco, este diz que já passou do calendário agrícola e, portanto, não pode mais disponibilizar o dinheiro. Se houver dívida anterior, não pode ser feito. Não tem zoneamento agrícola, se todos estão plantando exatamente a mesma coisa o preço vai lá para baixo e quebra todo mundo...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perdoe-me, Senadora, mas é como entregar um carro, mas não há estrada e o cidadão não sabe dirigir.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Então, é uma coisa gravíssima. Lembro com clareza. É uma insensibilidade tão grande do atual Governo! Porque no Governo anterior eu passei quatro anos “metendo

o cacete” todos os dias, quando eu era Líder da Oposição. Infelizmente, parece que é o destino, continuo na Oposição do mesmo jeito. Eu lembro, para V. Ex^a ter uma idéia da insensibilidade, que aqui foi aprovada uma medida provisória e eu quase que rompo as minhas cordas vocais dizendo, mostrando, desmascarando a farsa, porque o Governo encaminhou uma medida provisória dizendo que ia resolver o problema do pequeno e médio produtor rural do Nordeste e não resolveu. Em Alagoas, um monte de gente foi enganada hoje vive doidas perdendo as suas propriedades, porque o Governo não tem nem política de reforma agrária nem política agrícola. Não tem. O Senador Alvaro Dias e meu querido companheiro, Deputado João Alfredo, na época da CPI da Terra, acompanhou esse debate, analisando os dados nacionalmente. Para V. Ex^a ter uma idéia, se se comparar o número de famílias assentadas com o número de pequenos proprietários que perdem suas terras para as instituições oficiais de crédito, o número de assentados consegue ser menor do que o número de famílias que estão perdendo suas pequenas propriedades. Basta analisar o censo agrícola. Então, espero que esta Casa tenha a coragem que não teve há dois anos, porque se acovardou diante da pressão do Governo. A pressão foi tão grande que, no “tribunal da inquisição” que eles montaram para mim expulsar, colocaram até as minhas brigas aqui na defesa dos pequenos proprietários de terra do Nordeste, como se defender o pequeno proprietário, o agricultor familiar fosse algo que estivesse completamente descolado da realidade objetiva de vida, da dinamização da economia local, da produção de alimentos, da geração de emprego e da geração de renda. Então, eu espero que o Congresso tenha a coragem que é necessária, independente de qualquer pressão que se faça, de ter a alternativa concreta de corrigir as distorções do saldo devedor, repactuar a dívida, alongar o perfil e dar a anistia que é necessária para o agricultor familiar e o pequeno proprietário – há projetos meus e de muitos aqui –, dar a anistia àquele que teve perdas por questões relacionadas às condições climáticas. Portanto, compartilho as preocupações de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, nem sempre estamos em pontos coincidentes, mas neste estamos.

Espero que, na próxima semana, possamos apoiar o parecer do nobre Senador Fernando Bezerra, votando de uma vez por todas, sabendo que não é o que resolve. No meu Estado isso não vai resolver totalmente, mas vai minorar, e vamos discutir o problema do Nordeste especificamente, num futuro muito próximo.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes, pedindo ao Presidente um pouco de paciência, porque estou encerrando o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB-PI) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a, regimentalmente, ainda tem oito minutos, e eu jamais iria cortar a palavra de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – V. Ex^a é uma pessoa delicada e amiga. Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL-PI) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a despiu-se da condição de Líder de um dos partidos da Base do Governo e vestiu a roupa de nordestino. V. Ex^a está coberto de razões, quando vem a esta tribuna defender este projeto. Eu me lembro, até conversamos sobre isso. Inicialmente fui indicado Relator pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, mas temi que, pelo fato de fazer oposição ao Governo, houvesse uma dificuldade de diálogo e que, amanhã, não jogassem nas minhas costas a responsabilidade de um veto presidencial, por falta de entendimento. Nesta Casa, ao pouquinhos, vamos aprendendo com quem lidamos. Por sorte minha, fui procurado pelo Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso, que me mostrou, por várias razões, interesse na relatoria. Juntou o útil ao agradável porque sei que o Senador Fernando Bezerra, embora tendo a posição de Líder, também é nordestino, líder de classe. A minha esperança é que essa solução seja dada não através dos olhos negativistas de tecnocratas, que vêem os que receberam o dinheiro e não deram bom uso, os que não cumpriram determinados prazos. Isso existe, mas temos que olhar exatamente com os olhos para os que foram realmente prejudicados e que estão sufocados, ameaçados pelos juros escorchantes e que estão com suas atividades paralisadas, porque não têm certidão positiva para exercer as suas profissões. Parabenizo V. Ex^a por trazer a esta tribuna uma questão suprapartidária.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Suprapartidária.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa é uma questão que tem que ser olhada e solucionada. Oito bilhões é o primeiro número de quem não quer resolver a questão, mas, se formos ver com mais cuidado, existem alguns encontros de conta...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não passam de quatro, não chegam a três.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É mais ou menos isso. Meus cálculos parecem como os de V. Ex^a. E resolve uma situação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Afli-tiva.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aflitiva e passa a dar novamente estímulo ao homem voltar para o campo, porque, nesse caso, temos milhares e milhares que estão paralisados, esperando uma solução como essa. Estão paralisados por quê? Porque estão impotentes para exercer as atividades que não têm crédito. De forma que tenho uma esperança, Senadora Heloísa Helena, que vamos colocar de lado as distorções. Não tem mais jeito. Isso vem de 1989, imagina, arrastando-se através de tempo, sem uma solução. Tenho certeza de que chegou a hora do bom senso, e o Senador Fernando Bezerra, com o apoio de toda esta Casa, encontrará o caminho para sensibilizar o Governo e a tecnocracia, para que se encontre uma solução justa para esse problema. Parabenizo V. Ex^a

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador. Fui testemunha desse ato em que V. Ex^a era o Relator e teve o bom senso de dizer: não, essa é uma situação importante demais para me taxarem de Oposição e derrubarem um relatório que, provavelmente, será favorável. Quero louvar essa situação e dizer que V. Ex^a foi extremamente correto. Agora, não existe esse problema de partido ou não; existe o problema de humanidade e de solidariedade.

Esse é um assunto que interessa ao País e que toca muito profundamente os nossos pequenos agricultores e pequenos fazendeiros.

E não é só essa área. Temos também um problema sério que diz respeito a cooperativas elétricas, que precisa ser repensado. Hoje mesmo conversei sobre esse assunto com o Presidente da Aneel, está para ser resolvido hoje. Não é possível que o produtor receba energia que, na teoria, seria mais barata, a um preço tão caro quanto o que paga qualquer cidadão de classe média ou de classe alta que tenha em casa ar-condicionado. Isso é impossível também, mas fica para o futuro. Voltaremos à discussão.

Senador Garibaldi Alves Filho, por gentileza.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Ney Suassuna, quero manifestar também a minha solidariedade a V. Ex^a, desta vez não na qualidade de Líder do PMDB, mas como nordestino, a esse projeto que se constitui em esperança para os produtores rurais. Ele já veio da Câmara, onde foi aprovado por unanimidade. E o que é certo é que aqui ele está bem entregue, porque está nas mãos do Senador Fernando Bezerra. Esperamos que ele seja aprovado o mais rápido possível, porque é um projeto muito mais abrangente até que o projeto do Senador César Borges, que queria uma cobertura para as dívidas rurais até R\$35 mil. Esse vai muito além, indo ao encontro daqueles que estão sacrificados e agora convivendo com um

período muito difícil como este. Assim, sou solidário com V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Garibaldi Alves Filho. Agradeço os apartes da Senadora Heloísa Helena, do Senador Heráclito Fortes e de V. Ex^a.

Ao encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que esta será uma questão de justiça. Peço a todos os Senadores, independentemente de coloração política e de região, que pensem na solidariedade. O que faz um país é a solidariedade entre os seus membros, entre os seres que comungam dos mesmos ideais e que fazem parte da Nação. Com toda certeza, estaremos fazendo justiça à classe que tem sido a mais injustiçada do País: os pequenos agricultores.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, antes de V. Ex^a terminar, gostaria de lembrar um fato. Está aqui a provável futura Líder do PT no Senado, Senadora Ana Júlia Carepa, que, com toda certeza, vai desempenhar um grande papel. Como conseguiremos, nas nossas bases, justificar e mostrar aos nossos eleitores e ao nosso povo que aprovamos aqui três ou quatro perdões de dívidas com nações subdesenvolvidas...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Principalmente as africanas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Principalmente as africanas. Senadora Heloísa Helena, como justificaremos para a nossa gente que conseguimos perdoar a dívida dos países amigos, dos países vizinhos, mas não a dos nossos irmãos? Esse é mais um dado para a nossa reflexão. Tenho certeza de que a Senadora Ana Júlia Carepa, a partir de amanhã, comandará essa discussão aqui, se a Senadora Ideli Salvatti deixar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador, não semeie a intriga entre as nossas amigas do PT.

Esse exemplo que V. Ex^a traz cala fundo na nossa alma.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador, eu estava encerrando, mas, se o Presidente permitir, darei a V. Ex^a a palavra.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Permita-me participar dessas reflexões que V. Ex^a faz sobre uma questão do maior relevo, da maior importância. Estamos verificando, através do fenômeno do êxodo rural, a redução, a cada dia que passa, do número de pessoas que ainda vivem da faina agrícola. Senador Ney Suassuna, trabalhei no Banco do Brasil durante muitos anos e tive uma ligação muito estreita com o assunto. Não vou dizer que não havia desvios

comportamentais entre os mutuários, os tomadores de empréstimo do Banco. Até havia, mas o percentual era muito pequeno. Na verdade, muitos produtores rurais perderam sua safra, porque se dedicaram a uma atividade sujeita a fatores alheios ao seu controle. As intempéries, os fatores climáticos, não dependem do agricultor. Muitas vezes, fomos muito incompetentes em encontrar um sistema que protegesse o produtor. Criamos um seguro chamado Proagro. Quem esse seguro protegia? Os banqueiros, os bancos, e deixava o produtor à mercê da própria sorte. É preciso realmente ter uma atenção mais especial principalmente àqueles que se dedicam à produção de um elemento essencial à vida, que é o alimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Sr. Presidente, agradecendo a sua gentileza, eu encerro aqui dizendo que todos nós, na semana que vem, temos aqui uma missão importante.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. Estava inscrito o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, como Líder, mas o cavalheirismo de S. Ex^a cede, ninguém resiste aos pedidos, às solicitações da encantadora Senadora, Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, obrigada, Senador Mão Santa. Quero agradecer ao Senador Alvaro Dias, porque tenho um compromisso agora, na reunião da Bancada.

Vou falar de um assunto importante, que é o desempenho do comércio exterior no Pará, o recorde nas exportações realizadas pelo nosso Estado.

A balança comercial paraense se manteve superavitária no período acumulado de janeiro a dezembro de 2005; e teve um crescimento de 26,36% em relação às exportações. Em relação às importações, o crescimento foi de 50,47%. Esses dados foram divulgados pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado do Pará. Em 2002, as exportações representaram R\$2.266.833.000,00. Em 2005, esse valor, mais do que dobrou: R\$4.807.000.000,00.

Em 2004, o Estado do Pará já tinha ultrapassado a marca dos R\$3 bilhões em exportações. Isso ocorreu pela primeira vez na história do Estado. No ano passado, o Pará rompeu a barreira dos R\$4 bilhões. Isso é

inédito. Mas eu não poderia fazer essa análise de forma isolada, sem relacionar isso com a política externa do Governo Lula, que tem contribuído significativamente para o fantástico desempenho do Estado do Pará.

É inegável que houve aumento da demanda por produtos da pauta de exportação em decorrência do crescimento da economia mundial, mas não podemos esquecer que o Governo Lula impulsionou essa política, reforçando a busca por novos e robustos mercados. Podemos citar o caso da parceria com a China. As exportações para a China cresceram 43%, Sr^{as} e Srs. Senadores, e somente as exportações de minerais cresceram 30,74%. Atualmente, a China é o maior cliente da Companhia Vale do Rio Doce, passando à frente do Japão. A viagem do Presidente Lula à China, no início de 2004, acompanhado do Presidente da Companhia Vale do Rio e de políticos e empresários, com certeza propiciou a aceleração das exportações dos produtos paraenses, em especial dos minérios.

Como resultado dessa política externa do Governo Lula, nós destacamos que, até o final desta década, o Pará será o maior exportador de alumina do mundo, produzindo quase 20 milhões de toneladas. Isso representa um terço de toda a alumina produzida no mundo. A relação China-Brasil favorece esse crescimento da exportação. O Pará hoje é a unidade federativa mais fortemente relacionada comercialmente com o Oriente, tendo em vista a redução das reservas de bauxita na China.

A necessidade de incrementar a produção foi tanta que a Companhia Vale do Rio Doce teve que abrir uma segunda mina de bauxita no Pará, no Município de Paragominas, onde estive no sábado último, no que a imprensa costuma chamar de nossa “folga”. Só nessa “folga” de final de semana, de sexta até segunda-feira, eu visitei quatro municípios.

Paragominas é essa segunda mina, onde há uma reserva de 2,4 bilhões de toneladas de bauxita, que vai produzir, inicialmente, 5 milhões de toneladas de bauxita ao ano. A Ásia, em 2004, comprou do Brasil 40% do seu minério. O Pará é o terceiro maior produtor de bauxita do mundo, mas caminha para o primeiro lugar, e assim estará produzindo, até o final da década, 30 milhões de toneladas.

Vale aqui lembrar que a Vale do Rio Doce responde por 70% das exportações do Estado do Pará.

É lógico que não podemos deixar de destacar nesse processo a importância do setor industrial. Segundo a Federação das Indústrias do Pará, há necessidade de mais investimentos para que ocorra a verticalização da produção, ou seja, a necessidade da criação de um pólo industrial no Estado do Pará.

Quero que aqui fique o meu registro quanto à ausência de uma política voltada para esse setor por parte do Governo do Estado do Pará, governo que há onze anos está com o PSDB –, porque tem se furtado em atacar esse problema, contentando-se apenas com atividades extrativistas. O comportamento do Governo do Estado do Pará é omissivo e negligente, chega a ser irresponsável, porque dá imensos incentivos fiscais para empresas de cervejaria, fabricante de álcool, de bebida alcoólica, como a Cerpasa. Achemos ótima a Cerpasa, mas perdoar R\$ 47 milhões de dívida em troca simplesmente de recurso para campanha eleitoral não é incentivar um setor tão importante como esse da industrialização dos nossos produtos.

Portanto, quero dizer que o Governo Federal tem feito muito, e isso se reflete, inclusive, na própria geração de emprego.

Em 2004, somente no setor extrativo mineral nacional, houve um crescimento de 14,42% no número de empregos formais. No Pará, o crescimento foi maior ainda: 21,13%. Em 2005, o setor teve outra evolução, obtendo acréscimo de 12,28%.

Quero dizer que isso tem se refletido na melhoria da qualidade de vida. A própria Pnad do IBGE confirma que os paraenses têm os menores salários do Norte e um dos menores do Brasil. Essa dura realidade já melhorou a partir do ano que passou, graças às políticas implementadas pelo Governo federal, pois, segundo análise do economista Roberto Senna, do Dieese, “o motivo é a melhora na distribuição de renda via incremento de aumento real para o salário mínimo, que, no ano passado, ao subir de R\$ 260,00 para R\$ 300,00, teve crescimento de 15,38%”. E mais ainda será com o salário mínimo de R\$ 350,00.

Portanto, o Governo do Estado não pode ficar na contramão da história.

Eu teria mais a falar, mas assumi um compromisso com o Senador Alvaro Dias, até porque S. Ex^a foi extremamente gentil em me conceder a palavra. Portanto, vou dar como lido o meu discurso.

Eu só queria ler o último parágrafo para não deixar de registrar algo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Entendo que a legislação tributária, em relação às exportações, precisa ser alterada urgentemente. Precisamos resolver essa questão dos fundos de compensação das exportações dos Estados exportadores, assim como a dos *royalties* incidentes sobre os minérios, porque temos um projeto tramitando nesta Casa, já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, que deixa parte do volumoso lucro dessas empresas

em cada Município, em cada Estado e uma parte menor na União, ou seja, deixa parte desse lucro para a sociedade.

Pergunto apenas se o Senador Alvaro Dias permite que eu conceda o aparte. Eu sei que há tempo, mas eu tinha assumido com S. Ex^a o compromisso de falar apenas cinco minutos. Eu até iria dar como lido o meu discurso. Então, peço a V. Ex^a que seja extremamente breve, em consideração ao Senador Alvaro Dias, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Ana Júlia, quero parabenizá-la pela coragem com que V. Ex^a defende sistematicamente na tribuna desta Casa a Companhia Vale do Rio Doce, sem nenhum preconceito, exatamente sabendo o que está fazendo, porque está defendendo o seu Estado do Pará, pelo que esta Empresa, que é um exemplo nacional, desenvolve naquele Estado e pelo que proporcionou em termos de desenvolvimento. Aliás, uma das esperanças que tenho é de que ela chegue ao Piauí. No primeiro ano, o Governador anunciou – o Senador Mão Santa está aqui, lembra-se disso – o seguinte: 2004, o Piauí agora vale. Ou era 2005, não me lembro. Anunciou a exploração de umas minas de níquel que temos, divulgou um número de empregos extraordinário – 20 mil empregos – e até agora não aconteceu nada, só esperança. Eu queria pedir que V. Ex^a ajudasse o Piauí nessa questão, convencendo os que fazem a Vale do Rio Doce a iniciar o mais breve possível a exploração dos nossos minérios e das nossas riquezas. Não para, de maneira demagógica ou eleitoreira, enganar uma população que tem esperanças, mas para que ela possa, por meio de um projeto que é viável e urgente, fincar definitivamente a sua bandeira no Estado do Piauí. Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de fazer apenas uma observação que precisa ser deixada extremamente clara. Estou defendendo aqui o crescimento das exportações e o impacto disso na política externa do Governo Federal. Inclusive, aqui eu falo como já alterou esse crescimento a integração com a Venezuela. Antes mesmo de a Venezuela oficializar a sua inclusão no Mercosul, os produtos paraenses já haviam tido um crescimento em suas exportações para aquele país em 51%, entre 2004 e 2005.

A integração da Venezuela ao Mercosul é estratégica. Isso é pensar no futuro. Então, estou defendendo isso; não estou defendendo a Companhia Vale do Rio Doce em si. Ao contrário, sei que a Companhia Vale do Rio Doce é contrária ao meu projeto em relação aos *royalties*, porque aumenta a alíquota daquilo que

chamamos de *royalty*, mas que na verdade é Cefem – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Até porque eu acho que é justo que se aumente essa alíquota, porque ela é pequena, é a menor do mundo.

Eu gostaria de mostrar o gráfico do crescimento das exportações.

Sei que V. Ex^a quis dizer isso quando falou da Vale por ser ela a maior responsável pelas exportações.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não me interprete mal, Senadora; pelo contrário.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, tenho obrigação de fazer um esclarecimento para não pairar nenhuma dúvida. Sei que isso não foi o que V. Ex^a quis dizer.

Mas eu queria mostrar...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas eu não teria nenhum constrangimento em defender a Vale do Rio Doce, ela investindo no Estado do Piauí. Pelo contrário, não me tiraria nenhum pedaço, me engrandeceria.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu defendo a Vale do Rio Doce estatal, não privatizada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero dizer que eu defendo aquilo que é importante para o meu Estado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Claro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pode ser em qualquer situação, vou defender o que é importante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Claro, é verdade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Por isso mesmo, defendo que possamos crescer os *royalties*.

Mas eu queria aqui mostrar o crescimento das exportações, quanto foi significativo entre 2003 e 2005. É importante que a televisão possa mostrar esse gráfico de que a política do Governo Federal, a política externa do Governo Lula tem propiciado o crescimento das exportações no Estado do Pará. E não me venham dizer que isso não tem, na verdade, um rebatimento, uma consequência na geração de emprego, na geração de renda, na distribuição de renda no nosso Estado, porque tem.

Eu poderia ainda falar até do que foi capa no **Jornal Liberal** outro dia, a diminuição da pobreza em Belém, que, dentre todas as regiões metropolitanas, foi a que mais teve diminuída a pobreza. Isso é consequência das políticas sociais, da política do Bolsa-Família, da política de habitação e, inclusive, da política do crescimento do salário mínimo.

Portanto, queria só fazer esse registro.

Peço, Senador Mão Santa, que agora preside a sessão, que dê como lido o meu pronunciamento, com todos os dados que aqui demonstram claramente que o Governo Lula tem feito muito pelo nosso Estado. Mas falta também o Governador do Estado ter coragem de investir e não apenas dar perdão e incentivos fiscais para empresas fabricantes de cerveja.

Obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta Tribuna destacar o desempenho do comércio exterior do estado do Pará, que bateu recorde nas exportações. A balança comercial paraense manteve-se superavitária no período acumulado de janeiro a dezembro de 2005, e teve um crescimento de 26,36% em relação às exportações e 50,47% às importações. Esses dados foram divulgados pelo Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Estado do Pará. Em 2002, as exportações representaram R\$2.266,833 bilhões; em 2005, R\$4.807,638 bilhões.

Em 2004, o estado do Pará já tinha ultrapassado a marca dos 3 bilhões em exportações e isto ocorreu pela primeira vez na história do Estado. No ano passado, rompeu a barreira dos 4 bilhões. Isso é inédito, mas não podemos de forma alguma fazer uma análise isolada deste processo de crescimento sem analisar a conjuntura nacional. É fato que a política externa do Governo Lula tem contribuído significativamente para esse fantástico desempenho do Pará. É inegável que houve o aumento da demanda por produtos da pauta de exportação em decorrência do crescimento da economia mundial, mas não podemos esquecer que o Governo Lula impulsionou esta política, reforçando a busca por novos e robustos mercados. Podemos citar o caso da parceria com a China: as exportações do Pará a esse país cresceram 43%, e somente as exportações de minerais cresceram 30,74%. A China é atualmente o maior cliente da Companhia Vale do Rio Doce, passando à frente do Japão. A viagem do presidente Lula àquele país no início do ano de 2004, levando políticos e empresários paraenses, propiciou certamente a aceleração das exportações dos produtos paraenses, em especial de minérios.

Para citarmos um dado que resulta desta política externa do Governo Lula, destacamos que o Pará até o final desta década será o maior exportador de alumina do mundo, produzindo quase 20 milhões de toneladas. Isso representa 1/3 de toda alumina produzida no mundo. A relação China e Brasil favorece este

crescimento da exportação e o Pará hoje é a unidade federativa mais fortemente relacionada comercialmente com o oriente, tendo em vista a redução das reservas de bauxita na China. A necessidade de incrementar a produção foi tanta que a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD teve que abrir uma segunda mina de bauxita no Pará, no município de Paragominas, onde há uma reserva de 2,4 bilhões de toneladas de bauxita e que produzirá inicialmente 5 milhões de toneladas de bauxita ao ano. A Ásia, em 2004, comprou do Brasil 40% do seu minério. O Pará com isso é o terceiro maior produtor de bauxita do mundo, mas caminha para o primeiro lugar e assim estará produzindo, até o final da década, 30 milhões de toneladas. Cabe aqui lembrar que a Vale do Rio Doce responde por 70% das exportações do Pará.

Obviamente, não podemos deixar de destacar neste processo de crescimento a importância do setor industrial do Pará. Quero enfatizar a análise da assessoria econômica da Federação da Indústria do Estado do Pará-FIEPA, a qual expressa a necessidade de mais investimentos para que ocorra a verticalização da produção, ou seja: há necessidade da criação de um pólo industrial no estado do Pará. Aqui, quero que fique o meu registro quanto à ausência de uma política voltada a este setor por parte do governo estadual, que se tem furtado em atacar este problema e se contentado apenas com as atividades extrativistas. O comportamento do governo local é omissivo e negligente – chega ao irresponsável, como no caso de beneficiamento ilícito da Cerpasa.

A análise do economista da FIEPA é consistente e aqui vale lembrar que o modelo econômico do Pará ainda é predominantemente extrativista. O Pará é o sexto maior exportador de matéria-prima e importa mais de 80% do seu consumo. É uma realidade que precisa ser mudada, por isso a necessidade de investimento em setores produtivos para que assim fomente a criação de novos empregos.

Com as investidas feitas pelo Governo Federal em relação à política externa, já percebemos reflexos nos empregos. Vejamos: em 2004, somente no setor de extrativa mineral nacional, houve um crescimento de 14,42% no número de empregos formais, desempenho recorde. No Pará, em especial, o crescimento foi ainda maior: 21,13%. Em 2005, o setor teve outra evolução, obtendo acréscimo de 12,28%. Entretanto, apesar desses esforços, há necessidade de se adotar novos rumos. O Pará precisa ser pensado para o futuro e isso requer uma mudança nesse modelo de desenvolvimento que, embora tenha crescido, deve tomar novos rumos: uma economia mais complexa gerará mais empregos, e mais bem remunerados.

Essa mudança refletirá na qualidade de vida dos trabalhadores do estado. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio – PNAD do IBGE, confirma que os paraenses têm os menores salários do Norte e um dos menores do Brasil. Essa dura realidade já melhorou a partir do ano que passou, graças às políticas implementadas pelo governo federal, pois segundo análise do economista Roberto Senna, do DIEESE, “o motivo é a melhora na distribuição de renda via incremento de aumento real para o salário mínimo, que, no ano passado ao subir de 260 para R\$ 300, teve crescimento de 15,38%”.

O Governo estadual não pode ficar na contramão da história e precisa aproveitar o crescimento recente e preparar o Estado para o futuro.

Por conta da política externa adotada pelo governo federal desde 2003, feita de forma exitosa, destacamos os benefícios que ainda virão para toda a região amazônica e uma das causas para o fortalecimento da região é a inclusão da Venezuela ao Mercosul. A localização de nossa região – um dos seus pontos fortes –, facilitará muito o intercâmbio das empresas da região norte com aquele país. Atualmente, os países que compõem o bloco econômico do Mercosul, composto pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, têm relações comerciais primordialmente com os Estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Esse isolamento da região Norte poderá ser alterado com a integração da Venezuela e outros países vizinhos. Antes mesmo de a Venezuela oficializar sua inclusão no Mercosul, os produtos paraenses já haviam tido um crescimento em suas exportações àquele país em 51%, entre os anos de 2004 e 2005. A integração da Venezuela ao Mercosul é estratégico, é pensar no futuro.

Nobres Parlamentares, mesmo entendendo que a legislação tributária, em relação às exportações, precisa ser alterada urgentemente, assim como a dos royalties incidentes sobre os minérios, elogio a forma como tem se comportado o Governo Federal em relação à política externa, pois existem dados positivos que têm contribuído muito com o desenvolvimento da nação brasileira, em particular ao Estado do Pará.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu quero externar o meu apoio ao pronunciamento do Senador Alvaro Dias, diante da presença do filho do General Lino Oviedo, que se

encontra à disposição da Justiça no Paraguai aguardando julgamento.

Quando Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu tive a oportunidade de receber a visita do General Lino Oviedo. Naquela ocasião, ele expôs a sua vontade de regressar ao Paraguai e se colocar à disposição da Justiça. Ele foi detido lá e está aguardando o julgamento.

Envio, então, a minha saudação ao General Lino Oviedo, por intermédio de seu filho, e também expresse o meu apoio ao pronunciamento do Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, uso a palavra pela ordem para reiterar a sugestão que formulei ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de, no próximo dia 15 de fevereiro, comparecer pessoalmente ao Congresso Nacional, por ocasião da leitura da Mensagem anual, para expor a situação do Brasil e seus planos para seu quarto ano de mandato.

Lembro que o Presidente esteve aqui em 15 de fevereiro de 2003, quando houve grande repercussão e atenção à sua presença e à sua fala. Em 2004 e 2005, Sua Excelência apenas enviou a sua Mensagem pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, lida pelo 1º Secretário do Congresso Nacional. Não se prestou a devida atenção à Mensagem e mesmo a repercussão nos meios de comunicação foi muito menor do que quando da presença do Presidente.

Ainda na noite de 31 de janeiro, pudemos observar a extraordinária repercussão, por exemplo, do que foi a Mensagem, sobre o Estado da União, formulada pelo Presidente George Walker Bush, feita em horário nobre nos Estados Unidos, por volta das nove e pouco até dez e pouco na zona leste, e das sete e pouco até oito e pouco na zona oeste, transmitida ao vivo por todos os meios de comunicação, cerca de uma hora de pronunciamento.

Mais do que isso, Sr. Presidente, esse encontro é um momento muito positivo, o ponto mais alto da relação entre a Presidência da República e o Congresso Nacional. Quando o Presidente veio, o plenário do Congresso estava lotado. Na ocasião, o Presidente tem a oportunidade de cumprimentar os Deputados e Senadores, de olhar nos olhos dos Parlamentares. O Presidente da República, nesses últimos anos, pelo que eu lembre, não tem tido a oportunidade de se encontrar com a Senadora Heloísa Helena. Ele teria, então, a oportunidade de olhar nos olhos da Senadora. O Presidente olharia nos olhos do Senador Mão Santa, que votou no Presidente quando ele foi candidato e que aqui tem, muitas vezes, expresse a sua objeção, a sua crítica ao Presidente, fazendo-o como representante do Estado do Piauí. O Senador Alvaro Dias, certamente,

vinde aqui o Presidente, como todos os nossos colegas, iria ouvi-lo com atenção e respeito.

Conversei ontem com o Ministro Jaques Wagner, que me contou que alguns dos assessores do Presidente ficaram preocupados: "Imagine, o Presidente com alguns dos Senadores que têm sido tão agressivos na sua forma de ser..." Eu conversei com diversos deles aqui, que me disseram: "Se o Presidente vier, é claro que ele vai ser respeitado". Então, quero reiterar a sugestão que fiz ao Presidente Renan Calheiros. Convide o Presidente, encoraje-o a vir, o que será muito positivo para a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Alvaro Dias, por ter me cedido a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com muito respeito, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que cedeu a palavra à Líder do PT, Senadora Ana Júlia Carepa, e agora cedeu a vez ao Senador Suplicy. Então, com o nosso respeito e a admiração do povo do Brasil, disponha da tribuna como Líder do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 02 DE FEVEREIRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Exª será atendido, nos termos regimentais.

Está inscrita, por ordem, a Senadora Heloísa Helena, do P-Sol, que cede a palavra, por permuta, ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Estado do Piauí.

Com muito orgulho, quis Deus que eu estivesse na Presidência para falar do significado do Senador Heráclito Fortes. Heráclito Fortes espelha a grandeza da nossa gente. Não é só no Parlamento Nacional que o conhecemos; todo o Brasil o conhece.

Quero dar um testemunho, com orgulho de piauiense, sobre o significado dos Parlamentares piauienses. Petrônio Portela era extraordinário, mas nenhum brilhou no mundo como Heráclito Fortes. No último congresso em Genebra, na Suíça, no Parlamento Mundial, eu representava o Parlatino. Seria eleito Presidente da União Parlamentar Internacional, pela democracia – que só é fortalecida com o Parlamento –, um italiano, que traduz o Renascimento, a história de Leonardo da Vinci, Michelangelo, Dante Alighieri, Maquiavel e toda a grandeza da Itália. Foi um italiano. Atentai bem, Senador Paulo Paim. Mas esse italiano

foi eleito Presidente do Parlamento Mundial porque foi buscar o apoio do Heráclito, que não era o Heráclito. Foi o Heráclito que arregimentou todos os Parlamentares da América Latina e outros da Europa para consagrá-lo.

Então, esse era o testemunho que queria dar ao Parlamento brasileiro, que Heráclito Fortes enaltece, como também enaltece o Piauí com o seu trabalho.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grande defeito do Senador Mão Santa é ser exagerado nos elogios. Ainda bem que não pode ser punido por um pecado dessa natureza.

Na realidade, tenho a honra de presidir a União Parlamentar Internacional, Seção Brasileira, que teve na sua história, como Presidente, figuras como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Nelson Carneiro, o pai do Roberto Saturnino e muitos outros. Hoje há figuras muito importantes no contexto da UPI: o Senador José Jorge, no Conselho Internacional, e o Deputado Ney Lopes, como Presidente do Parlatino, que une os Parlatentos da América.

A vitória, evidentemente, do Deputado Presidente da Assembléia Italiana, Casini, foi muito influenciada pelo apoio brasileiro naquela eleição, evidentemente pelo peso e pela importância que o Brasil tem, até pelo fato de ser aqui a sede do Parlatino.

Agradeço a V. Ex^a as referências, mas vamos sair de Genebra e ir para o nosso chão, para o Piauí.

Meu caro Senador Mão Santa, anteontem, fiz um pronunciamento aqui, citando **ipsis litteris** palavras do Governador do Estado quando Deputado Federal. S. Ex^a era um crítico ferrenho dos governos de então, aos quais combatia, criticando ações desenvolvidas, uma por uma, de combate à seca. Nos discursos de 2001 e 2002, criticou tudo e todos.

Peguei trechos desse pronunciamento, reproduzi, e apenas citava o autor, que era o governador. E disse que o Piauí esperava que S. Ex^a, que se preparou tanto na tribuna da Câmara para combater ou para prevenir o Estado dos males da seca, não se surpreendesse com esse fenômeno que é secular, e adotasse as ações preventivas para amenizar a dor dos piauienses.

O governador ou entrou na tática, Senadora Heloísa Helena, do Presidente Lula – “não sei de nada; isso eu não sabia” – ou está no mundo da lua. O jornal **O Globo**, de hoje, em matéria do jornalista Efrén Ribeiro, diz que a seca provoca estado de emergência no Piauí. E aí vemos declarações do Coronel Francisco Barbosa, que diz que 113 Municípios já haviam decretado estado de emergência e faz mais ou menos o diagnóstico da seca.

O Governador Wellington Dias, no jornal piauiense **Meio Norte**, diz que medidas vão além da emergência. E aí esperei que fossem exatamente aquelas medidas, Senador Mão Santa, que ele havia anunciado quando Deputado Federal, combativo, ativo, denunciador. V. Ex^a se lembra que naquela época ele denunciou, de uma canetada só, ao Ministério Público, 138 Prefeitos do Piauí. O pior é que alguns desmemoriados hoje apóiam S. Ex^a. Problema de cada um.

Ele começa, Senador Mão Santa, citando a construção de 3 mil cisternas em 34 Municípios. O Piauí possui 224. E cita, como exemplo, os Municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia, onde está desenvolvendo um programa com os agricultores que plantam milho, feijão e arroz. E por aí vai. Fala, rebate, repete os 160 anos de seca. Mas isso todos nós já conhecíamos. E me convidou para ir até Coronel José Dias. Estou muito sensibilizado com o convite. Aceito. Precisamos marcar. Quero ver se V. Ex^a me acompanha. Nós, como Senadores da República, temos o dever de fazê-lo. Já conversei com o Senador Alberto Silva. Mostra programas do governo desenvolvidos em Coronel José Dias. Esquece-se apenas de dizer que as cisternas construídas naquele Município são produto de uma emenda parlamentar de V. Ex^a, Senador Mão Santa. E que tratamento de água e saneamento são obras de outra emenda parlamentar do Deputado Marcelo Castro, do PMDB, o Partido de V. Ex^a, Senador Mão Santa, que é um dos líderes da região.

Senadora Heloísa Helena, escute bem onde chegamos: ele mostra o que está fazendo. Alagoas tem umbu?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Tem, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Bem, na merenda escolar, as crianças tomam umbuzada, pois o umbuzeiro é resistente à seca. Estamos realizando um trabalho a fim de ajudar as famílias a buscar sua renda no plantio de milho ou de feijão. Tudo bem. Mas a providência do governo, até agora, de fazer garapa de umbu nas escolas, Senador Mão Santa, é, no mínimo, ridícula. Não sou contra, penso que se deve oferecer umbu e rapadura, mas isso não é programa nem obra de governo.

Estou muito preocupado – eu o conheço, está viajando o Piauí todo – que daqui a pouco vá a algum Município inaugurar uma jarra de umbu, de umbuzada. Nunca vi algo tão desmedido e tão despropositado como o que se passa na cabeça do governador. Não é má pessoa, e não digo nem que seja despreparado, mas não tem vocação para governar, não gosta de governo. Gosta da polêmica, do debate, é um homem polido, é um homem bom, bom pai de família. O pe-

cado, levado pelas circunstâncias, foi ter assumido o Governo do Estado do Piauí.

Pois bem, Senador Mão Santa, hoje pela manhã, recebo o telefonema de uma figura querida no Piauí todo, nosso querido Padre Lira, de Dom Inocêncio. Prefeito, homem que proporcionou um exemplo no Piauí, que foi a erradicação do analfabetismo em seu Município e a criação da escola de arte. Hoje, são exportados produtos de renda de bilro, com sucesso, para a Itália, Grécia, para o mundo inteiro. Ele é assombrado. Conheço demais o Padre Lira e sei que é um homem paciente. Ele me acordou hoje bem cedo, é costume inclusive seus telefonemas para mim serem ao amanhecer. De lá para cá, já recebi telefonemas de mais de 20 prefeitos preocupados. Vai ver que o governador está preparando um carro-pipa cheio de suco de umbu para resolver o problema.

Não gostaria de trazer assunto dessa natureza para o Senado da República, mas tenho deveres para com o meu Estado, que foi quem me colocou aqui, Senador Mão Santa. E por estar aqui é que pudemos, no ano passado, juntos, assistir à eleição de um italiano em Genebra. Mas eu não posso esquecer a minha origem. Tenho que lembrar ao Estado do Piauí que fato dessa natureza não pode acontecer.

Senadora Heloísa Helena, em um pequeno aparte, citei um caso que precipitou muito o acidente vascular da ex-Deputada Francisca Trindade. O Governador Wellington Dias chega ao Piauí e diz à Deputada, que teve um encontro com a direção da Companhia Vale do Rio Doce, que eles iriam explorar uma mina de níquel no Município de Capitão Gervásio de Oliveira. No dia seguinte, colocou *outdoor* e fez propaganda massificada no Piauí dizendo: “O Piauí agora vale”. E que no ano de 2005 criaria 20 mil empregos.

Estamos em 2006. A situação é a mesma. A mina é uma reserva de mercado da Companhia Vale do Rio Doce, que precisava fazer a renovação da lavra, e fez. O governador anunciou. A finada Deputada Trindade começou a anunciar, entrou naquele programa, empolgou-se, animou-se, até que viu que era mais uma das promessas sem possibilidade de ir para frente.

O governador, há dois anos, anunciou a construção de quatro hidrelétricas no Parnaíba, que seria a redenção do Estado. Estava tudo pronto. Até hoje, Senador Mão Santa, nenhuma pedra foi colocada.

No ano passado, anunciou que Teresina ia ter um centro de convenções – um dos melhores do planeta – e que o projeto seria da lavra do engenheiro Rui Otake, filho da pintora consagrada Tomie Otake. Anunciaram e até hoje nada.

Teresina é uma cidade que, sabe bem V. Ex^a, tem vocação para encontros dessa natureza, mas

sofre pela falta de espaço para atos e eventos. Só conversa fiada.

Senador Mão Santa, eu estou pedindo à minha equipe para juntar os jornais do Piauí – do dia da posse do governador até hoje –, para somar as promessas de dinheiro que estavam chegando para o Piauí, para a nossa redenção. Nem São Paulo receberia tanto. Tudo mentira.

O Piauí, hoje, sobrevive da taxa da Cide – e, aí, o governador tem feito algum trabalho com relação às estradas – e das emendas parlamentares. Emenda parlamentar é tão importante para o Piauí, Senadora Heloísa Helena, que ele, agora, foi conivente, participante – não digo que seja o chefe da quadrilha – de um furto de uma emenda da Prefeitura de Teresina para o metrô da capital. Num acerto feito com a participação de toda a Bancada, aquela emenda era para a revitalização do centro de Teresina. O Estado recebeu duas emendas. Senador Mão Santa, eu nunca vi empreiteiras tão poderosas no Brasil. Senadora Heloísa Helena, o acordo foi feito no dia 27 e, no dia 27, o dinheiro foi para o Piauí. Nunca vi nada tão rápido.

O Ministro das Cidades deve algumas explicações. Primeiro porque o código de liberação que pertencia a verbas de execução pelo Município foi trocado pelo Estado sem que sequer houvesse a publicação legal da matéria no Diário Oficial.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem horror, como eu tenho, ao Orçamento, mas, nos últimos dois anos, por dever de ofício, fui obrigado a acompanhá-lo. Descobrimos, já depois, quando não tinha mais jeito, que o Governo nos pregou uma peça. Conseguiu na LDO, numa dessas votações na calada da noite, permitir que o Governo trocasse recursos de Estado, Município ao bel-prazer. Eu nunca vi coragem e desfaçatez tão grande do Governo. Se, na teoria, era para o bem do Brasil, na prática, o que se tem visto é o uso desses recursos de maneira duvidosa.

Senadora Heloísa Helena, discutimos muito aqui, ano passado, o acordo feito com o FMI, de 2,9 bilhões, para a recuperação de estradas e tapa-buracos. O dinheiro não foi gasto, e o Brasil desmoralizou-se internacionalmente. Nenhuma satisfação é dada. Agora, estamos convivendo com a famosa operação tapa-buracos. Não conheço nada mais vergonhoso do que o tapa-buracos.

Minha cara Senadora Íris, por que existe o tapa-buracos? Porque o Governo não faz manutenção de estradas. Isso acontece no jardim, acontece na parede. A primeira mancha você corrige. Mas não, ficam aguardando que os buracos aumentem, multipliquem-se nas estradas brasileiras para fazer os famosos contratos de emergência e encher as burras, os cofres de

quem constrói sem se preocupar com o custo que o Brasil paga por isso.

Senador Mão Santa, finalizando, espero que o Governador Wellington Dias cumpra com a palavra e torne oficial o convite para ir a Coronel José Dias, mas que também aceite a sugestão para visitarmos mais cinco, mais dez, mais quinze Municípios piauienses que estão vivendo no mais completo abandono.

Senador Mão Santa, obra do Governador do Piauí é como a linha do horizonte: a gente ouve falar que existe, vê, mais nunca alcança. Quanto mais tentamos nos aproximar, mais se ela distancia. Outros diriam que é “cama-de-gato” – eu não quero chegar a tanto. Mas a verdade, e V. Ex^a sabe disso, é que estamos vivendo de placa, de comemorações, de apoiar projetos duvidosos como o do biodiesel, implantado, a respeito do qual o Senador Alberto Silva já falou muito bem aqui nesta tribuna.

Eu pensava, Senador Mão Santa, quando perdemos a eleição no Piauí, por culpa também de V. Ex^a, que apoiou o governador, que o governador não tinha nenhuma chance, o senhor sabe disso, e V. Ex^a foi lá e o apoiou. Tudo bem. E eu disse que estávamos acabados politicamente. O Presidente da República é do PT, e o único Estado do Nordeste que elegeu Governador do PT foi o Piauí. E o Presidente, no começo, o chamava de “meu menino”.

V. Ex^a se lembra que fomos a um jantar na casa do Presidente Sarney, quando ainda convivíamos, o Governo e a Oposição, e estava lá o Presidente Lula e a sua esposa. E ele, ao me cumprimentar, disse: “Não maltrate meu menino. Meu menino é um bichinho tão bom!” Aí disse: “Estamos acabados”. E tome promessa! E tome promessa! Meu Deus do céu, que pena! E nada, nada de realidade, a não ser cinco quilômetros de estradas aqui, seis quilômetros de estradas ali, dez quilômetros mais adiante. E tome promessa!

Estamos também contabilizando as promessas feitas pelo governador para a construção de estradas estaduais até o final do ano. Como temos por base a liberação da Cide, vamos saber que milagre é esse, maior que o dos pães. Enquanto isso, eu fico aqui a lamentar, solidário aos prefeitos que não estão sendo assistidos, aos que estão sendo discriminados e aos Municípios esquecidos por motivos políticos. O eleitor, o povo, a população não têm por que pagar pelas nossas divergências políticas. Fico esperando o convite de S. Ex^a, na certeza de que, desta vez, não seja apenas uma promessa de porta de avião quando chega em Teresina, vindo de Brasília.

Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pela paciência.

Coloco-me à inteira disposição dos indefesos Prefeitos piauienses para fazerem suas queixas, porque as transmitirei ao Brasil e ao Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Heráclito, o nosso cumprimento porque V. Ex^a encerrou exatamente nos 20 minutos. E quis Deus eu estar presidindo esta sessão e testemunhar. V. Ex^a sabe que, no início deste Governo, fui convidado – lembro-me bem – para receber um título de cidadão, em São José dos Peixes, acompanhado do Deputado Marcelo Castro. Naquele instante, o Governador do Piauí prometeu que iria construir quatro hidrelétricas. Atentai bem! Aí eu disse: estou fora.

Ontem, V. Ex^a, conversando comigo, dizia que tinha horror à corrupção. Eu tenho horror à mentira, porque meu pai ensinava que quem mente rouba.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a, como última oradora inscrita nesta sessão, testemunha o trabalho no Senado. Ontem varamos a madrugada para uma nova legislação sobre a Amazônia, e hoje esta sessão começou às 10 horas. Já são 15 horas e 31 minutos.

Adentra o plenário este extraordinário homem, estadista do País, Presidente Sarney, que é, sem dúvida nenhuma, a esperança do continuar democrático do nosso País.

Senadora Heloísa Helena, use a tribuna pelo tempo que quiser e, Presidente Sarney, também estamos a sua disposição.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, claro que, quando o Senador Mão Santa diz que ficamos trabalhando até tarde e essas coisas todas, sabe ele tanto quanto eu que o fazemos por cumprimento das nossas obrigações constitucionais. Se compararmos com os grandes problemas da Nação, com certeza, ainda são poucos os que trabalham e muitos os que preferem o esporte da vagabundagem política. Infelizmente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de fazer algumas breves considerações sobre a política econômica e a sua repercussão na vida cotidiana do povo. As ações mais simples de um Município relacionadas a educação, saúde, assistência social, segurança pública, recuperação de estradas, política agrícola, assistência técnica e desenvolvimento regional estão diretamente vinculadas a um tipo de política econômica, às opções de política econômica que se faz.

Ao longo da história, independentemente das polêmicas ideológicas programáticas da Esquerda, da Direita, dos que se reivindicam de centro ou os cínicos

enamorados da terceira via, independentemente de qualquer dessas visões, existiram também, dentro da própria estrutura do capital, muitas polêmicas entre os chamados monetaristas, desenvolvimentistas e aqueles que acham que o Estado tem que ter o maior papel na economia, inclusive na dinamização da economia local, na geração de emprego, na geração de renda. Há compreensões as mais diversas. E as compreensões e opções de política econômica que um país faz acabam moldando desde o planejamento das metas, das diretrizes, do chamado Plano Plurianual, até a execução orçamentária. Isso tudo está vinculado a uma política econômica.

Estou trazendo isso por quê? Não é honesto intelectualmente, Senador Mão Santa, estabelecer que o atual Governo – da mesma forma que o Governo passado não teve a coragem de fazer – rompeu com o Fundo Monetário Internacional. É uma farsa intelectual e uma fraude política se afirmar isso porque, de fato, não aconteceu. No que diz respeito às relações com o Fundo Monetário Internacional e com as instituições de financiamento multilaterais, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, quem tem a oportunidade, por curiosidade científica ou por obrigação, como nós temos, de analisar os memorandos técnicos, as cartas compromissos, as cartas de ajuste das relações dessas instituições com o País, vê claramente que é uma farsa, um simbolismo de desonestidade intelectual, falar do rompimento. Por quê?

O que há de mais importante – embora, na minha compreensão e na minha convicção ideológica, é o mais desprezível, mais abominável, o que mais conspira contra a soberania nacional – são as chamadas condicionalidades. Infelizmente, além da irresponsabilidade financeira, contábil, orçamentária que o Governo fez ao antecipar o pagamento ao Fundo Monetário Internacional sem sequer repactuar, como outros Países fizeram – inclusive a Argentina –, a opção de preservar as condições, tudo aquilo que o Fundo Monetário queria, tanto no Governo passado como no atual, quem analisa os fatos desde o início do Governo Lula pode ver que conseguiu. Até as pessoas que estão no Ministério da Fazenda, as principais personalidades e os principais técnicos, são os mesmos que serviram ao Governo Fernando Henrique. Trabalham no Governo Lula, mas, de fato, servem mesmo ao setor hegemônico do capital, que é o capital financeiro. Incluo a Sr^a Anne Kruger, que, para os oprimidos, é a irmã mais malvada do Fred Kruger, a responsável pela gerência da América Latina, e o atual Dr. Rato – nunca vi nome mais compatível com as atividades de roubo das Nações inteiras –, representante da América Latina no Fundo Monetário Internacional. Até nisto a

América Latina leva azar: ora a irmã mais malvada do Fred Kruger, Sr^a Anne Kruger, ora o Sr. Rato – o nome dele é Rato mesmo.

Esse tipo de política econômica mexe diretamente com tudo o que existe no País, desde as políticas sociais consideradas mais simples como viabilizar alternativas de saneamento básico ou moradia popular no mais simples Município de Alagoas, do Piauí, do Maranhão ou de São Paulo. Está tudo diretamente vinculado.

Esse modelo de ortodoxia monetária privilegia por meio do aumento dos juros e da carga tributária. Com esse modelo de política econômica, Senador Mão Santa, ou se chama o David Copperfield para fazer alguma mágica, ou faz fraude política, farsa técnica, ideológica, como muitos preferem fazer. Esse tipo de política econômica aumenta, por um lado, o montante da dívida pública interna – essa que é realmente extremamente agressiva, extremamente vinculada às opções econômicas que o atual Governo faz, copiando de forma medíocre o que o Governo Fernando Henrique fazia, aprofundando o projeto neoliberal. Pois bem, esse tipo de política econômica aumenta o montante da dívida pública nacional, e só existem duas outras opções para dar conta desse aumento do montante da dívida pública, que, como sabe V. Ex^a, está na casa de R\$ 1,8 trilhão. Desse montante todo, R\$ 848 bilhões são absolutamente intocáveis porque é só para viabilizar o interesse dos gigolôs sem pátria do capital financeiro. Esse tipo de política econômica aumenta o montante da dívida pública e só restam duas alternativas: aumentar a carga tributária para aumentar a arrecadação e dar conta desse tipo de pagamento. O Fernando Henrique aumentou a carga tributária e o Governo Lula aumentou também. Esse fato tem vários aspectos. O aumento da carga tributária incide diretamente sobre a classe média ou sobre a pobreza porque sabe V. Ex^a que o mais simples favelado brasileiro paga mais imposto do que o mais rico banqueiro do Brasil. O mais rico representante no Brasil paga menos imposto, proporcionalmente, do que paga o mais simples dos favelados porque paga indiretamente. Quando consegue uma migalha de dinheiro para ir comprar um quilo de arroz, ou um litro de água sanitária, numa bodega da mais simples favela, está pagando muito mais imposto do que o maior banqueiro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Para V. Ex^a respirar um pouquinho, também.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Está certo. Minha asma é implacável. Eu só tenho que agradecer a Deus porque a única coisa razoável da minha asma é que, como desde criança aprendi a falar sem respirar, talvez tenha condições de dizer alguma coisa no pouquinho de tempo que o P-SOL vai ter na televisão. É tão curtinho que nem vai dar tempo de falar.

Senador José Sarney, estou dizendo que até a asma que Deus me deu vai me ajudar. Todo mundo dizia que eu não ia passar dos 7 anos de idade, porque eu era muito doente, tinha problema de rins, de pulmão, de respiração, mas acabei chegando aqui para alegria de uns e tragédia de outros.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – E vai passar muito dos 70. Senadora Heloísa Helena, eu também concordo com V. Ex^a quanto à questão da dívida pública. Não ouvi todo o pronunciamento de V. Ex^a, mas gostaria de falar mais uma vez – já estou falando pela terceira ou quarta vez – sobre o pagamento da dívida com o FMI. A dívida com o FMI tinha juro de 4% a 5% ao ano e foi paga com recursos advindos de empréstimos conseguidos no Brasil com juros de 18%. É como se um cliente das Casas Bahia, que tem juros de 2,99% – todo mundo vê a propaganda na televisão – usasse o cheque especial para pagar as prestações, ou seja, uma atitude totalmente irracional. A única explicação é a que ouvi de um amigo meu: o Ministro Antonio Palocci tem horror a juro baixo. Essa é a única explicação para que deixemos de pagar 4% ou 5% de juros ao FMI para pagar 18% aos bancos brasileiros. Então, V. Ex^a tem razão. A dívida passou de um trilhão em um momento internacionalmente bom. A situação internacional é boa. Deveríamos ter aproveitado esse momento para investir mais e, ao mesmo tempo, diminuir o percentual da dívida. Estamos hoje com um superávit de quase 5%, que é muito maior do que aquele que o FMI exigia, que era de 4,25%. Então, aquele governo que dizia que ia romper com o FMI está cumprindo mais ainda as metas do FMI e pagando-lhe antes do prazo. Não vi qual é o mérito disso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. O Senador Agripino teve a oportunidade de falar também. Isso é impressionante.

Os Senadores do PFL, que tem toda uma construção programática vinculada – todos têm o direito de tê-la, porque ninguém tem de se envergonhar de ser da direita ou da esquerda, de assumir as suas convicções ideológicas ou programáticas –, conseguem ter uma relação mais progressista diante da globalização capitalista do que o PT. Isso realmente é impressionante. Nem Freud explicaria uma coisa dessas.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Heloísa Helena, isso é porque a gente não gosta de juro alto; a gente gosta de juro baixo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – É uma coisa impressionante. Realmente nem Freud explicaria essas mutações.

Por que estamos tratando disso? Porque isso mexe diretamente com a vida cotidiana das pessoas. Com esse tipo de política econômica, como eu dizia anteriormente, quase sempre se aumenta a carga tributária, o que vai pressionar os setores mais pobres da sociedade, vai pressionar a classe média, porque o setor empresarial, que estrutura parques produtivos, que cria postos de trabalho, que paga impostos, por mais que se sinta ameaçado com esse tipo de política econômica, tem o mecanismo de, para preservar a sua faixa de lucro, repassar o aumento da carga tributária para a mercadoria, onerando o já combalido orçamento doméstico das populações, ou desempregando; portanto, preservando a faixa de lucro, acaba gerando mais desemprego, porque a diminuição do consumo gera desemprego na indústria e no comércio. Se a indústria está com seus estoques inalterados, o comércio não vende. Assim, há desemprego no comércio, há desemprego na indústria, isto é, aumenta o desemprego. Então, esse tipo de política econômica não é bom.

E qual é a outra opção? O setor empresarial tem muito mais poder de pressão no Congresso Nacional e no Executivo do que os mais pobres, do que a classe média ou os mais pobres entre os pobres e os mais simples favelados. Para preservar esse tipo de política econômica, eles fazem a segunda opção, que é a mais fácil, que é a opção abominável, desprezível e infame, de reduzir os investimentos nas políticas sociais. Portanto, ao reduzir os investimentos nas políticas sociais – quem analisa a execução orçamentária, quem não está no balcão de negócios sujos, ou no Executivo ou no Legislativo, sabe disso –, a execução orçamentária não é viabilizada justamente para que sobre dinheiro para encher a pança dos banqueiros e agradar os gigolôs das instituições de financiamento multilaterais e do setor hegemônico do capital, que é justamente o capital financeiro.

Quando se analisa a execução orçamentária, o que foi aprovado no Congresso Nacional em 2004 para ser executado em 2005, quando se analisa, no mês de janeiro, o que foi executado do que estava previsto em 2005 para saneamento básico não chega nem a 1,5%; do que estava previsto para moradia, nem 2,5%; do que estava previsto para os investimentos na área de saúde, nem 8%; na área de agricultura, nem se fala; na área da reforma agrária ou da política agrícola

la também não. Na área de segurança pública, a infâmia de não ter realizado a execução nem de 1% do que estava previsto para os projetos de prevenção à violência ou os projetos de estruturação dos Estados. Então, é esse tipo de política econômica que viabiliza esse estado de coisas.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, antes de concluir meu pronunciamento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a a oportunidade do aparte para também agradecer a justiça que V. Ex^a faz do PFL. V. Ex^a razão. O sentimento ideológico do PFL é híbrido. Eu, pelo menos, não acredito na ideologia de 99% dos que cantam e apregoam sentimentos insinceros quando não têm a caneta na mão. Senadora Heloísa Helena, os discursos feitos nesta Casa, no Congresso Nacional, por opositoristas com ganância de poder, são de nos levar às lágrimas. Eles nos emocionam com o desprendimento e, acima de tudo, com a vontade de salvar a pátria. A posse é a frustração para o povo, mas alguns não esperam nem a posse. O Presidente Lula jogou toda a esperança que o povo brasileiro tinha nele naquela infeliz garrafa de Romanée-Conti. A comemoração já começou errada. O PT, do qual V. Ex^a fazia parte naquela época, mudou de roupa imediatamente. Sabe V. Ex^a que o abrigo do PT em Brasília, durante anos e anos, era o Hotel Torre. O PT já tomou posse do *Blue Tree*, o mais luxuoso de Brasília.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Nem me lembre do *Blue Tree*, porque foi onde eles me expulsaram; lá faziam as orgias sexuais com o dinheiro público roubado. Alguns. Alguns.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E fizeram coisa de mau gosto, como tomar whisky selo azul com Coca-Cola.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu não sei, aí...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas vamos para a frente. Trocaram a Camelo – já disse isso uma vez, aqui tem uma loja de roupa chamada Camelo, que vende vender roupa a partir de R\$90,00 – pela Ricardo Almeida, consagraram o Porcão, jogaram por terra tudo aquilo que pregaram a vida inteira, Senadora. Agora, V. Ex^a sabe por que o Palocci é defendido por nós ou pelo menos por mim em alguns casos? Porque é o melhor dos ministros que o Fernando Henrique teve na economia brasileira. O Palocci está cumprindo tudo aquilo que foi acertado pelo governo passado com os organismos internacionais, item por item, não faltou a nenhum. Daí por que eu defendo o Palocci. O segundo motivo é que eu tenho medo de que algum cabeça-de-vento do PT assumo o Ministério da Fazenda e arrombe o cofre. E aí jogamos por terra tudo que fez

ao longo do tempo. Aliás, estou vendo que hoje o meu esforço não é em vão. Eu vi uma aula de economia que a Senadora Ideli, que neste momento deve estar lutando para ser Líder do seu Partido novamente, deu sobre economia. Não sei se é liberal, se é retrógrada a posição dela. Agora, que é uma posição bonita é, que é uma posição de paz com o FMI é, e que é uma posição tímida de aplauso ao Palocci, que teve coragem de fazer aqui, comemorando a tal da evolução dos R\$15 mil, que, infelizmente, não tem a mesma coragem de fazer, quando Palocci necessita nos embates que tem nas CPIs que funcionam nesta Casa. De qualquer maneira, Senadora Heloísa Helena, a posição ideológica do PFL é sincera, porque acreditamos que a ideologia do homem brasileiro é a caneta. Que história mais bonita que a do José Dirceu? Dê-me um gesto que caracterize um homem de esquerda que o José Dirceu tenha adotado como chefe da Casa Civil? Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, mais uma vez, volto a repetir: tenho todo respeito por quem tem convicções ideológicas vinculadas ao pensamento de direita. Estou para combatê-las todos os dias. Agora, existe realmente a coerência. Por isso defende a política econômica, porque é a mesma política econômica que o Governo Fernando Henrique fazia. Nós esbravejávamos com veemência. Então, por uma questão de coerência...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero dizer a V. Ex^a que tenho horror à direita também. Não digo no meu caso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Mas esse pensamento da ortodoxia monetária... não estou falando das pessoas. Esse tipo de pensamento econômico, ou seja, mesmo sob a égide da globalização capitalista, não ter a coragem de repactuar a dívida interna, alongar o perfil da dívida, estabelecer controle e monitoramento de capitais e aumento de investimentos, esse é um tipo de pensamento econômico vinculado à direita. Que a direita o defenda ou que setores que se reivindicam de centro ou neoliberais o façam é absolutamente legítimo, porque nós estamos num mundo, graças a Deus, onde as pessoas têm todo o direito de defender as suas convicções. O que é alarmante para nós, na esquerda – e repercute de forma terrível para a esquerda socialista democrática –, é porque nós passamos mais de vinte anos disputando, no imaginário popular, alternativas ao pensamento único. Nós condenamos com veemência. Nós impedimos a aprovação de projetos que significavam o aprofundamento do projeto neoliberal. E, a partir do momento em que o Governo do que era o maior Partido de esquerda da América Latina, o PT – porque,

hoje, quem não é desonesto intelectualmente sabe que é a ferramenta do triunfo ao neoliberalismo e a maior liderança popular da América Latina, que é o Presidente Lula –, passa a legitimar a verborragia da patifaria neoliberal, a endeusar a mística do superávit, da responsabilidade fiscal, que é irresponsabilidade fiscal, social e administrativa, isso é gravíssimo para nós. Porque quem sempre defendeu esse modelo econômico tem a ousadia de ficar o tempo todo passando na cara – porque apanhou durante vinte anos – e, aí, agora, vai devolver com igual eloquência ou ferocidade aquilo que passamos a história disputando.

Então, é muito ruim para a esquerda, é grave para a esquerda. Primeiro porque todos fazem a generalização perversa. Qualquer cidadão brasileiro tem o direito de, ao analisar um compromisso, discurso, pronunciamento ou uma prática de alguém da esquerda, dizer: eu já vi essa conversa antes, fulano de tal era assim também e quando tocou os tapetes supostamente sagrados do Palácio mudou de lado, patrocinou a traição de classe. Então, isso não é ruim para o pensamento ideológico da direita. Não é. Isso é muito grave para quem se reivindica da esquerda socialista e democrática, porque quando a experiência do Presidente Lula legitima o projeto neoliberal, legitima no imaginário popular a verborragia do pensamento único, cria um problema gravíssimo para todos aqueles que, durante anos, construíram alternativas ao pensamento único e, ao tentar disputar, inclusive durante o processo eleitoral, vão ficar numa situação muito difícil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, o discurso de V. Ex^a irá marcar esta Casa pela coragem com que V. Ex^a ataca alguns pontos. Mas vamos lá para o Colégio Eleitoral. O Brasil inteiro vestiu-se de esperança naquela mudança – estou falando até porque estou aqui com um dos que teve grande participação, o vice-presidente da Chapa Tancredo. Tancredo Neves conversou com o Presidente do PT, Lula, para que integrasse aquela frente e participasse do Colégio Eleitoral. V. Ex^a sabe, a história já mostrou, que o PT não só não concordou, mas também expulsou alguns que tiveram a coragem de votar pelo Colégio de Líderes...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –... como a única fórmula existente na transição política. Passam-se os anos e os documentos estão vazando aí. Tem um livro recente: “Já vi esse filme” – os segredos da ética partidária petista estão surgindo. Uma das alegações de não ter dado certo o apoio do Presidente, então do PT, Lula ao Colégio Eleitoral é porque, nas suas reivindicações, constava participação na administra-

ção dos fundos de pensão brasileiros, que era coisa recente, novíssima naquela época. Senadora, isso foi noticiado – e ninguém desmentiu – por quem era militante do Partido na época e por quem conviveu com isso. Já era essa vocação que o ex-Ministro Gushiken tem por esse assunto tentador, que é a administração dessa área. Mas, veja V. Ex^a que, anos depois, surge uma versão, que não foi desmentida, de que o desacerto foi porque Tancredo Neves não concordou com alguns pontos, principalmente com esse.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não tenho como testemunhar isso, sinceramente. Mas V. Ex^a falou dos fundos de pensão, e estes estão lá com mais de 40% da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra. É a vinculação com o narcotráfico, com a lavagem de dinheiro e a vinculação com os fundos de pensão. Que tenhamos até autoridade no Congresso Nacional, já que temos a prerrogativa regimental e constitucional para fazê-lo, de abrir. Há vários requerimentos meus, desde o ano passado, para a abertura de procedimento investigatório na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado sobre fundos de pensão. Infelizmente, a base de bajulação do Governo, que é maioria na Casa, impede, obstaculiza, faz qualquer coisa de uma forma às vezes cínica, dissimulada, para impedir...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já estou terminando mesmo, Senador Mão Santa. Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a iniciou o pronunciamento...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Estando V. Ex^a na Mesa, que é um democrata, eu não brigo para ter tempo. Eu só brigo pelo cumprimento do Regimento ou quando alguém que está presidindo a Mesa trata de forma diferente os Senadores. Eu já disse ao Presidente que anteontem estava à Mesa: o tempo que ele der para o Senador Aloizio Mercadante, para o Senador Arthur Virgílio ou quem quer que seja, eu exijo o tempo absolutamente igual, porque quem senta nessa cadeira de Presidente...

O Senador José Sarney, mesmo sabendo que um dos motivos para eu ir à Comissão de Ética do PT foi justamente não ter dado voto a ele, não concordar com a indicação de Henrique Meireles, sempre foi um democrata quando estava na Mesa. Sabe o Senador Sarney. Um democrata. Até porque tem muita gente que, para agradar o Governo que serve, persegue aqueles pelos quais o Governo não nutre uma relação

de amizade, porque sabe que não pode dobrar, não pode acovardar, não pode botar um cabresto.

Tem muita gente que faz isto: eu agrado o rei de plantão batendo na Heloísa; então, bato na Heloísa para, de alguma forma, agradar o rei de plantão.

Eu aproveitei até para fazer esse testemunho porque, em nenhum momento – e o Senador Sarney foi Presidente nos meses de mais turbulência e mais confusão minha com o PT e com o Governo Lula. E em nenhum momento foi capaz de um único gesto de indelicadeza política ou de espírito antidemocrático em relação a mim, quando eu estava em qualquer momento ou em qualquer discussão nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como seremos os mesmos de sempre na sexta-feira, vou deixar para tratar a questão do salário mínimo amanhã e dessa cantilena enfadonha e mentirosa que o Governo Fernando Henrique usava e que o Governo Lula copia de forma medíocre de que o aumento do salário mínimo quebra a Previdência, quando quem quebra a Previdência são os saqueadores dos cofres públicos, inclusive o próprio Governo, que saqueia 25% por intermédio da Desvinculação de Receita da União para compor o superávit às custas do dinheiro da Previdência, da assistência social e da saúde.

Vou deixar o tema do salário mínimo para amanhã.

Obrigada por sua generosidade, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, para inspiração do nosso procedimento aqui, nós não precisaríamos dos antigos. Está no livro do Cardeal Mazzarino que os antigos dizem – Presidente Sarney: “Tolera e te abstém”. Isto pregava o Cardeal Mazzarino, inspirado nos antigos: “Tolera e te abstém”. Ninguém ensina mais a tolerância do que o nosso mestre, o Presidente Sarney. Entre os muitos ensinamentos, V. Ex^a tem essa marca. Quer dizer, ensinou a nós democratas a tolerância. Então, é um privilégio para mim, neste instante, aplicar aquilo que os antigos ensinaram e nós aprendemos. E Heloísa Helena acaba de confessar, em nome de todos nós, que a tolerância é o caminho da democracia.

Deus me permite, neste instante, conceder a palavra àquele que, sem dúvida nenhuma, é a maior autoridade de fato, hoje, na política do Brasil e neste Parlamento, o Presidente Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, subscrevi o requerimento de pesar desta Casa pelo falecimento da Sr^a Maria de Lourdes Jereissati, mas aqui não estava quando ele foi votado.

Assim, quero expressar a minha solidariedade à sua família e aos seus filhos. Conheci-a, era uma grande mulher, que teve a responsabilidade, depois da morte de seu marido, de comandar a sua família até o fim da sua vida, e o fez com as suas grandes virtudes humanas. Dona Maria de Lourdes teve também a felicidade de, ao longo da vida, ver alguns de seus filhos ascenderem a grandes vitórias e conquistas no País no setor empresarial e no setor político.

Sei perfeitamente a dor que eles estão sofrendo, porque já passei pela perda da minha mãe e até hoje não compreendo o mundo sem a sua presença.

Portanto, quero me solidarizar com todos eles, especialmente com o Senador Tasso Jereissati, nosso colega nesta Casa e nosso amigo, e também com o Dr. Carlos Jereissati, de quem sou amigo e que é um grande empresário nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas, e, evidentemente, só agora, Presidente Sarney, os requerimentos serão colocados em votação, após a assinatura de V. Ex^a.

Há na mesa três requerimentos, de autoria do Senador Tião Viana, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Arthur Virgílio.

Em votação os **Requerimentos nºs 94, 95 e 100**, de pesar, lidos anteriormente, pelo falecimento da mãe do Senador Tasso Jereissati, Dona Maria de Lourdes Ribeiro Jereissati.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o P-SOL vota favoravelmente, ao tempo em que compartilha de toda solidariedade prestada pela Casa em virtude do falecimento da mãe do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, por unanimidade.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Concedemos a palavra – ainda naquela tolerância ensinada por Sarney que os antigos diziam “tolera e te abstém” – ao Senador Valdir Raupp e anunciamos, para concluir os trabalhos, o Senador Gilvam Borges, do PMDB do Amapá.

Quero apenas lembrar que os grandes discursos foram curtos. Lembrei-vos do Pai Nosso, de um minuto e 56 palavras, do Sermão da Montanha, de Abraham Lincoln, no cemitério, de Churchill, e do Presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, quando tomou posse: “Eu chego aqui com coragem porque Deus, meu Pai, não iria me tirar lá de Pinheiros para eu não saber cumprir a boa destinação”.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prometo que serei breve. Talvez eu use metade, ou menos, do tempo dos oradores que me antecederam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os recentes encontros do Presidente Lula com o Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, e com o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, tiveram como um dos eixos centrais a integração física e energética dos países da região. Se nós buscamos, de fato, um Brasil economicamente pujante, não podemos prescindir de colocar em primeiro plano o planejamento energético, integrando-o às nações sul-americanas.

Sr. Presidente, tenho sido defensor obstinado de uma política energética responsável, que contemple as significativas potencialidades de crescimento do Brasil. Felizmente, podemos contar, no Ministério de Minas e Energia, com a experiência e o profissionalismo do Ministro Silas Rondeau, sem dúvida, um dos melhores quadros do PMDB. Da mesma forma, contamos com o trabalho dedicado e competente dos Presidentes Aloísio Vasconcelos, da Eletrobrás, e do Dr. Carlos Nascimento, da Eletronorte. Suas presenças à frente desses órgãos são fundamentais, uma vez que a maior iniciativa do Plano Plurianual de 2004 a 2007 diz respeito ao Complexo do Rio Madeira – projeto que abrange tanto obras de energia, a exemplo da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, quanto de transporte, através da hidrovia do rio Madeira.

Sr. Presidente, não é exagero afirmar que, da viabilidade desse projeto, depende a suficiência energética do País para os próximos anos. As dimensões que o Complexo do Rio Madeira envolve – o valor total da obra chega a R\$13,2 bilhões – e seu caráter estratégico – pois faz parte do *portfolio* da Iniciativa para a Integração de Infra-Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) – exigem de nós atenção redobrada no cumprimento dos prazos legais.

Esse projeto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vai trazer geração de emprego e renda para milhares de pessoas do meu Estado de Rondônia, do Acre e, sobretudo, da nossa capital, Porto Velho, que está tão sofrida com tanta violência por falta de ação especialmente do Governo do Estado.

São várias as empresas envolvidas: desde estatais como a Eletronorte e Furnas até representantes de peso da iniciativa privada. É possível que o empreendimento conte com recursos não somente do BNDES, mas também da Corporação Andina de Fomento – CAF, investidores de projeto que vai gerar cerca de 6.500 megawatts de energia elétrica. Esse empreendimento tem o mérito também de aumentar de modo significativo a navegabilidade e as possibilidades de comércio do rio Madeira, uma das mais relevantes artérias fluviais da região amazônica.

Cito aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Porto Graneleiro de Porto Velho, que ainda no meu Governo, em 1997, tivemos a oportunidade de construir, em parceria com a iniciativa privada, com o grupo Maggi, do atual Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi. Construímos esse porto porque invertemos o corredor da soja do Norte para o Sudeste. Hoje, a soja do Mato Grosso, de Rondônia, está sendo escoada pelo porto do rio Madeira. E esse projeto da navegabilidade do restante do rio Madeira, do rio Guaporé, do rio Mamoré, vai possibilitar essa integração de navegabilidade naquela região.

É com satisfação que reconhecemos os esforços do Ministério de Minas e Energia e do Governo Federal no sentido de agilizar os trâmites legais do projeto.

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, falei apenas cinco minutos. Gostaria de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dez é a nota que a Presidência dá ao comportamento de V. Ex^a

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Os oradores que me antecederam falaram, um, 28 minutos, o outro, 42 minutos.

O Ibama já finalizou a análise de abrangência do Estudo de Impacto Ambiental das hidrelétricas.

O primeiro passo foi dado, pois, a partir de agora, os demais órgãos envolvidos no licenciamento serão instados a participar. É o caso, por exemplo, da Prefeitura Municipal de Porto Velho, da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, do Instituto de Proteção do Amazonas, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Funai, entre outros. Observem V. Ex^{as} que participarão do processo autoridades dos três níveis da federação, o que requer coordenação de esforços e colaboração recíproca.

No âmbito federal, o Governo Lula promulgou decreto, no último dia 4 de janeiro, que institui Grupo de Trabalho Interministerial com o fito de analisar as

implicações institucionais, sociais e ambientais que projeto de tal porte traz consigo.

Temos de trabalhar no sentido de viabilizar a inclusão das duas usinas do rio Madeira já no próximo leilão de energia, previsto para ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano.

Esse projeto poderá marcar ponto de inflexão na política energética do País, com benefícios que transcendem – e muito – as fronteiras do meu querido Estado de Rondônia, para alcançar outros Estados federados e ainda ultrapassar as fronteiras nacionais.

Sr. Presidente, sempre fomos ardorosos defensores do desenvolvimento econômico de Rondônia e de toda a região Norte do País. É claro, Sr^{as} e Srs. Senadores, que repudiamos desenvolvimento cujo modelo é predatório. Não é possível falar em avanços quando há desobediência a normas sociais e ambientais. Por outro lado, a burocracia, o atraso sem justificativa plausível na concessão de licenças ambientais prejudicam, sobremaneira, a prosperidade da população. Já fui testemunha de demoras iguais ou superiores há 20 meses para a manifestação do órgão responsável pela área ambiental.

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Concluirei em três minutos, Sr. Presidente.

Contratempos dessa espécie não podemos admitir no Complexo do Rio Madeira. É por isso que fazemos um apelo à priorização do referido projeto por parte de todas as autoridades envolvidas. O planejamento é complexo, exige treinamento, investimentos em mão-de-obra local, para que ela possa contribuir com seu trabalho na execução das obras.

Uma vez que está prevista a instalação de unidades fabris no distrito industrial de Porto Velho, é mais que desejável, é fundamental a adequação dos serviços públicos à nova realidade logística imposta pelas obras do Complexo do Rio Madeira. São essas questões que devem estar na ordem do dia do grupo de trabalho interministerial, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério dos Transportes, do Planejamento e dos outros órgãos governamentais.

No momento em que o Presidente Lula retorna ao Brasil, proveniente da solenidade de posse de Evo Morales, não é redundante recordar que o projeto do rio Madeira contempla movimentação de cargas hidroviárias em extensa área ao longo da fronteira com a Bolívia, país associado ao Mercosul.

A elaboração de política energética séria, de longo prazo, é uma das bases imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável do Brasil e dos países-irmãos sul-americanos. É por essas razões, Sr. Presidente,

que não me canso de priorizá-la em meus pronunciamentos nesta Casa.

Estou convencido de que nosso empenho na fiscalização e no acompanhamento do Projeto do Rio Madeira, menina-dos-olhos do PPA de 2004 a 2007, contribuirá para que essa obra ofereça frutos visíveis ao bem-estar de rondonienses, brasileiros e sul-americanos.

Era o que eu tinha para o momento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei à Mesa do Senado Federal um projeto de lei que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de instituir permissão especial para dirigir destinada aos menores com idade entre 16 e 18 anos nas condições que especifica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no norte do País, como ocorre nas áreas mais pobres e menos desenvolvidas do Brasil, a vida, em toda a sua dureza e com todas as dificuldades, começa muito cedo para os jovens. Em meu Estado, o Amapá, aprendemos desde cedo a contar com eles para a resolução dos problemas próprios da vida adulta, seja a complementação da renda familiar, seja a precoce assunção de diversas e pesadas responsabilidades familiares.

Essa confiança, Sr^{as} e Srs. Senadores, vai configurando uma relação de mão dupla, de ida e volta, que exige e que gera, num mesmo processo, a maturidade e a responsabilidade. Tal circunstância talvez seja o que torna tão natural, para mim, abordar o assunto que hoje me traz à tribuna.

De fato, a experiência de convívio com os jovens da minha terra e o aprendizado que ela tem me proporcionado me coloca muito à vontade para apresentar ao Plenário do Senado Federal uma proposta que considero não somente justa, mas, por suas consequências pedagógicas e formativas do caráter, adequada, oportuna e equilibrada.

Trata-se de projeto de lei que modifica os termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro. Hoje a lei admite que sejam habilitados para a condução de veículos automotores apenas os maiores de 18 anos. Essa é uma disposição claramente retrógrada, uma vez que os jovens entre 16 e 18 anos vêm conquistando, ao longo das últimas décadas, sucessivos direitos que, sem o menor favor, caracterizam-se como absolutamente conseqüentes com o estágio de evolução da juventude,

bem como com as transformações por que passa a nossa sociedade.

Estou falando, Sr. Presidente, em nome de jovens que possuem capacidade plena para a escolha dos seus representantes políticos, ou seja, dos que, desde a Carta de 1988, elegem parlamentares e chefes do Executivo, desde o nível municipal até os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem falar no Presidente da República.

Falo, ainda, em nome dos jovens que podem contratar matrimônio, ou seja, de cidadãos que contam com autorização legal para praticar algumas das mais importantes e relevantes atividades da vida política e civil.

É claro que, tal como nos casos mencionados, a atribuição dessa nova capacidade deve ser cercada de alguns cuidados e de precauções justificáveis, ainda que seja para moderar aquelas vozes que, pouco habituadas ao louvável dom da confiança, se apressam em levantar impedimentos e impossibilidades.

Da mesma forma que no caso do voto, o qual, para os brasileiros entre 16 e 18 anos, não é obrigatório, ou como no casamento, onde exige a lei a aquiescência do pai e da mãe ou, em sua ausência, do responsável legal, entendemos que é justificado seja exigida, para o uso da Permissão Especial para Dirigir, ou seja, no ato de conduzir veículo, a presença e o acompanhamento do pai, da mãe ou do responsável legal pelo menor.

O acompanhamento, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao passo que dará mais segurança ao menor condutor do veículo, ainda garantirá o caráter educativo e formativo que tem a proposta, explicitando, assim, os seus princípios norteadores, a que me havia referido no início deste pronunciamento.

Finalmente, estaremos também encurtando uma diferença de liberalidade, na legislação, que nos tem inferiorizado e diferenciado, de forma negativa, daquelas nações que vêm tratando o tema com uma lente muito mais progressista, moderna e inclusiva.

Entendo que determinadas vozes argumentem em oposição, a partir das estatísticas que costumeiramente se divulgam, dando conta do envolvimento de jovens ao volante em um número significativo de acidentes de trânsito, alguns deles com conseqüências fatais. Não irei contestar tais estatísticas, até porque entendo que devem ser, em sua maioria, composta por dados e informações verdadeiros.

Mas não posso deixar de argumentar, por outro lado, que é justamente a falta de acesso à permissão regulamentar para dirigir o que, no mais das vezes, acarreta um nível de treinamento inadequado por parte dos jovens condutores, uma preparação psicológica

precária para o enfrentamento das dificuldades, riscos e armadilhas do trânsito.

Aprovada a proposta, Sr. Presidente, veremos que, pelo contrário, estaremos oferecendo à juventude uma oportunidade de ganhar experiência e habilidade na condução de veículos na companhia de seus pais ou tutores responsáveis, ou seja, daquelas pessoas, dentre todas, em que mais deposita sua confiança e sua crença.

Um tal ambiente pedagógico poderá – bem se vê – oferecer a tranqüilidade e a segurança adequadas para que o processo de aprendizado e de ajuste psicológico tenha como desenvolver-se a contento.

Tive o cuidado de respeitar, na elaboração do projeto de lei, as instâncias normais e rotineiras de remissão de responsabilidades, de forma que os aspectos penais envolvidos serão tratados no âmbito da Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Permissão somente se estenderá à condução de veículos abrangidos pela categoria B (veículos automotores de pequeno porte) e terá o prazo máximo de validade estabelecida em dois anos, sendo o seu uso vedado para o exercício de qualquer atividade remunerada. A expedição do documento será vinculada à aprovação do candidato em exame a realizar-se de acordo com a regulamentação do Contran e, atingida a maioria, será necessário que o portador se submeta aos exames e aos procedimentos previstos no processo regular da habilitação de condutores.

Entendo que esse conjunto de condicionalidades contribuirá de forma substantiva para o ajuste à realidade da nossa legislação de trânsito, concedendo aos jovens, a partir dos 16 anos, a oportunidade de provar que têm condições de assumir o volante de um veículo, sem que com isso se ponha, necessariamente, em risco a segurança do trânsito ou seja criada uma nova ameaça ao bem-estar e à segurança de motoristas, passageiros e pedestres.

Em sua singela configuração, Sr. Presidente, presumo que a proposta tenha logrado combinar uma visão positiva e moderna do avanço no campo dos direitos do cidadão e as cautelas e exigências demandadas pela necessidade de proteção social, num conjunto educativo, pedagógico e inclusivo.

A isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamo um ato de confiança, de respeito e de desenvolvimento da cidadania brasileira. Tenho fé de que esse espírito encarnado inicialmente nesta Casa e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados será entendido por todos nós, brasileiros, como um sinal de progresso, como um sinal de aprimoramento legislativo, que nasce carregado da

confiança que devemos, ativamente, lançar àqueles que representam o futuro da Nação.

Agradeço a todos a compreensão e carinho com que possam receber a matéria, agregar melhorias e propugnar por sua aceitação e aprimoramento.

Finalizando, dedico a proposta aos seus salutaros efeitos sociais à juventude de todos os Estados do Brasil, partindo a iniciativa do meu querido Estado do Amapá. Com esta juventude, melhor compreendi os sentimentos representados pela confiança, pelo otimismo e pela fé no futuro, o que tem revigorado, de forma poderosa, o sentido e o objetivo de minha atuação parlamentar.

Fora os discursos, Sr. Presidente, de todas as defesas de idéias e de propostas, precisamos agilizar, materializar, regularizar, criar normas que possam trazer os verdadeiros benefícios. Quem daqui não teve um adolescente, no fervilhar de seus hormônios, que tirou o carro às escondidas? Cerceamos o direito até de o jovem ser treinado por um tutor, pelo pai, pela mãe, onde já começa, então, um processo educativo de uma pré-escola no trânsito do pré-adolescente que segue com o pai, com a mãe, com o tutor, no primeiro aprendizado na célula-mater, que é a família, que é a sociedade.

Portanto, a permissão para que esses jovens que têm entre 16 e 18 anos dirijam é uma oportunidade ímpar para que o Congresso Nacional possa reparar com urgência e diminuir drasticamente os acidentes que campeiam pelo País, preparando as gerações, treinando-os para que possam ser excelentes motoristas. Não há instrutor melhor do que o pai, do que a mãe, do que um tutor, do que um amigo, para dar oportunidade a esses jovens de dirigir, de conduzir, de chegar aos 18 anos com meio caminho andado, preparando-se para um novo ciclo, para receberem a sua carteira definitiva, para que possam prosseguir nas suas atividades profissionais.

Portanto, clamo no Senado Federal permissão para que os jovens, a partir dos dezesseis anos, possam dirigir ao lado do pai, da mãe ou do tutor. Não existe auto-escola melhor, não existe iniciação melhor, e todos podem dar essa contribuição. Basta colocar uma placa atrás do veículo, como ocorre em outros países, com os dizeres: “Menor ao volante em aprendizado”. Podem ter certeza de que, ao lado daquele menor, está o pai, a mãe, o tutor, o amigo, devidamente credenciado pelo órgão competente.

Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a por nos ter concedido esse tempo. E faço um apelo à Câmara dos Deputados e aos meus Pares no Senado Federal, para que possamos aprovar este projeto, que permite a milhares de brasileiros terem condições de dirigir o

carro tranquilamente, dando início a um grande processo de aprendizado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Obrigado, Senadora Heloísa Helena, pela atenção.

E que Deus nos proteja!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Amir Lando, V. Ex^a vai querer mesmo usar da palavra? Esta sessão iniciou-se às 10 horas e deveria terminar às 14 horas e 30 minutos. E, seguindo a filosofia dos antigos, “tolera e abstém”, estamos aqui até agora.

Dou-lhe um aconselhamento. Eu ouvi, até nas caladas da madrugada de ontem, a discussão sobre a nova legislação da Amazônia. Ninguém falou tão bem como V. Ex^a. No lugar de V. Ex^a, eu não iria perder o brilho do discurso de ontem.

Concedo a palavra a V. Ex^a, esperando que se iguale a Cristo, que, em um minuto, fez o Pai Nosso, e todo mundo está satisfeito.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a me propõe o impossível. Quero inicialmente agradecer a referência elogiosa com que sempre, com bondade e com carinho, V. Ex^a me distingue. A minha admiração é recíproca pelo trabalho e pela tenacidade de V. Ex^a, que sempre demonstrou ser testemunho das próprias convicções. Posso dizer que as convicções de V. Ex^a não são idiosincrasias, não são veleidades pessoais. Não. São os interesses maiores da Nação. Por isso, V. Ex^a encarna sempre, nas suas manifestações – que são constantes, até poderíamos dizer diárias –, os ideais do País. Portanto, quero parabenizá-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passei o dia refletindo exatamente sobre aquilo que aconteceu ontem neste plenário. Matéria vencida, prejudicada, não há mais o que dizer, mas me vejo na obrigação, porque são 35 anos de Amazônia.

Muito jovem, recém-formado na Faculdade de Direito de Porto Alegre, ainda cursando Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dirigi-me para a Amazônia, com todo o vigor dos jovens dias. Sentia pulsar o mundo no meu peito, achava que poderia transformar aquela realidade. Quando se descortinava sobre meus olhos a imensidão da planície amazônica, aberta como a liberdade, senti tremer no peito aquilo que seria não o presente, mas o futuro do Brasil.

Muitas vezes, singrando os rios, percorrendo a floresta, pude sentir a fraqueza humana – por que não dizer a pequenez humana? – diante da imensidão dos galhos das árvores que tentavam afrontar o céu,

cabendo ao transeunte a escuridão propriamente dita da sombra das copadas.

Tudo isso me fazia lembrar Louis Agassiz, quando disse: “Não faço ciência, mas deliro”. Eu delirei nessa Amazônia imensa. Eu delirei por tantas vezes, pensando que seria um território para o Brasil do futuro, para os brasileiros do amanhã.

Quantas vezes resistimos a tentativas de conceder terras públicas da Amazônia?! A Constituição, a legislação proibia-o expressamente. Foi feita a abertura, admitindo que a pessoa física e até a pessoa jurídica poderiam adquirir lotes, menores inicialmente e, depois, sem limites.

Depois de tudo isso, quando se deu essa abertura e sobretudo quando os conceitos de empresa nacional foram mudando, não sendo mais pelo controle do capital, mas, sim, pela sua organização – a sede no Brasil, em outras palavras –, o subsolo, que era reservado aos brasileiros, às empresas nacionais, foi escancarado para empresa nacional ou estrangeira. Já nem havia mais a necessidade de ter sede aqui. É a senda do caminho dos interesses alienígenas, que cada vez mais marcham triunfalmente sobre a Amazônia, deixando atrás de si a esperança, o desespero – por que não dizer melhor? –, a preocupação.

Sr. Presidente, foi dito que o que será concedido é muito pouco, 300 milhões de hectares. É muito pouco para a Amazônia. É uma Rondônia e quase um Acre juntos. Mas é pouco, porque “a Amazônia é maior do que isso”. Temos o Estado do Amazonas, o Pará, alguma coisa do Maranhão, Roraima, Amapá e um pedaço do Tocantins.

Mas isso ainda diz pouco, Sr. Presidente. Como é que vamos defender com palavras? Sei que as palavras têm um poder de transformar a realidade. Foi necessário um século de filosofia para se plasmar a Revolução Francesa. Foi quase meio século de pregação para defender a integralidade do território nacional. “Integrar para não entregar”, dizia o Projeto Rondon, que, pela primeira vez, conduziu-me para aqueles confins, Sr. Presidente.

E agora? Agora, talvez como Cristo, tenho de chorar sobre Jerusalém, sobre a minha Amazônia, fora dos muros da cidade. Chorar e pensar que a água do meu pranto possa lavar a dor que hoje se abate sobre todos os amazônidas. Porque agora é a lei que permite. Primeiro, era a pregação, era a teoria; agora, é a prática que abre uma janela. E os interesses vão entrar sorrateiramente – por que não dizer firmemente? –, pela mão segura da lei.

Sr. Presidente, talvez eu tivesse de dizer: Ó Brasil que apedrejas teus profetas. Ai de ti, Brasil, que apedrejas teus profetas!

Nós, os profetas da Amazônia, fomos apedrejados de maneira vil e brutal! Foi uma derrota cruel. Não contra nós, porque o homem público passa, como passam as nuvens no céu. Nas silhuetas dos séculos, a nossa vida é tão pequena, e, no tempo do universo, nós não somos nem um grão de areia na praia. Mas as nossas idéias calam fundo e são capazes de transformar a realidade. São abstrações, são projetos, são concepções de uma realidade que pode ser feita à nossa imagem e semelhança, à imagem e semelhança das idéias, daquilo que acreditamos, daquilo que propagamos, daquilo que sonhamos. E, quando sonhamos coletivamente, não deliramos, mas construímos, com absoluta certeza, o futuro.

Sr. Presidente, eu tinha que fazer, aqui, hoje, este desabafo. Foram vários *e-mails* que recebi exatamente nessa linha de repúdio ao que aconteceu. **Alea jacta est!** A sorte está lançada, sim, mas ainda há tempo de reagirmos a tudo isso!

Entendo que o orgulho nacional foi duramente golpeado, sobretudo o sentimento de nacionalidade. Não vamos ficar em silêncio um só minuto e vamos repetir, repetir cem vezes, a verdade para ver se ela vira uma mentira, ou se possamos afirmá-la como verdade, porque é a mentira que tem pernas longas, e não a verdade – infelizmente devo dizê-lo. Como disse Goebbels, e V. Ex^a já repetiu tantas vezes aqui: “A mentira repetida cem vezes vira verdade”. Mas a verdade repetida mil vezes vira mentira! Porque as pessoas não acreditam no óbvio. Há uma crise do óbvio. Ninguém quer saber da verdade! Ninguém quer saber da coisa séria! Alimentamo-nos no estrépito dos escândalos!

Vivemos num tempo, Sr. Presidente, em que vale a pena lembrar Aristófanes, sim, um clássico da comédia grega, um comico, e, por que não dizer, um satírico, que se referia: “Será que nós homens públicos estamos realmente preparados para exercer a atividade política, que deve ser uma ação virtuosa voltada para o bem comum, para o interesse coletivo?” Será que estamos preparados para pensar mais no coletivo do que em nós próprios? – como é o caso que situei aqui, muito bem, da figura, do personagem de Juscelino Kubitschek.

Mas, não! Talvez Aristófanes tenha razão, quando o oráculo de Delfos insinuou que poderia ser rei um salsicheiro – para mim, nenhum preconceito contra o salsicheiro. Mas exatamente na sua inexperiência, vou chamar assim, com simplicidade, ele pergunta a um dos personagens da comédia, Demóstenes. Não é o nosso Demóstenes Torres, é outro personagem mais antigo de mais de 400 anos antes de Cristo. Diz o salsicheiro: “Mas diz-me cá uma coisa: como é que eu, um salsicheiro, vou me tornar num senhor?”.

E Demóstenes responde: “Mas é precisamente nisso que está a tua grandeza: em seres um canalha, um vagabundo e um valdevinos”.

Não é essa a imagem do homem público que podemos admitir! Não é essa. Será que exatamente é o que ele, mais adiante, se refere, é os que têm êxito, aqueles que conseguem transpassar esse caminho da decência, da dignidade, dos valores que devem sustentar a sociedade, os valores éticos e morais.

E o salsicheiro, alçado a rei: “Mas admira-me como vou ser capaz de governar o povo?”.

E Demóstenes: “É muito simples. Continua a fazer aquilo que já fazes: misturas os negócios públicos, amassá-los todos juntos, numa pasta. O povo, conquistá-lo quando quiseses, com mas palavrinhas delicadores, lá da tua especialidade. Tudo o mais o mais necessário à demagogia. Tem-lo tu de sobra, voz de safado, baixa condição, ar de valdevinos. Tens tudo que é preciso para governação. As profecias e o oráculo de Apolo estão de acordo”.

Sr. Presidente, evidente que não podemos admitir esses conceitos na política moderna. Mas, talvez, algum resquício de verdade ainda sobreviva naquelas observações satíricas, sim, que não era exatamente a proposta, mas aquilo que acontecia, já nesse tempo, na política. Aqueles que enganam os povos, aqueles que mentem, aqueles que conseguem, sobretudo, ludibriar para levar ao sucesso projetos próprios, e não projetos do povo nem projetos da Nação.

Por isso, talvez, não quero absolutamente culpar ninguém, não quero estabelecer uma responsabilidade sobre ninguém, mas sobre nós do Congresso, que abrimos as portas para a ocupação, agora sob o manto da lei, da nossa Amazônia, que foi preservada até hoje como um dos últimos capítulos da geografia natural, como um dos últimos capítulos do Gênese.

Como disse Euclides da Cunha, lá naquela terra em formação, nem os rios adquiriram os cursos definitivos, ainda estão buscando o seu futuro, ainda estão buscando o definitivo. É exatamente aquela região que poderia buscar os definitivos com todos da Nação brasileira numa extensão territorial.

Sr. Presidente, venderam os nossos ativos, a privatização levou as empresas do povo brasileiro. Todas as empresas públicas de maior representação, sobretudo as financeiras, foram embora, o patrimonial. Agora o que resta deste Brasil é a grandeza de seu povo e a grandeza territorial. O povo e o território constituem a

essência na formação nacional. O território também, hoje, se encontra ameaçado.

Oxalá, Sr. Presidente, que amanhã não estejamos aqui mais como representantes da Amazônia, porque poderemos ser anexados a outra potência. E aí vamos chorar como Cristo e dizer: “Ai de ti, Brasil, que não soubeste manter a integralidade do teu território! Ai de ti, Brasil, que perdeste a unidade porque, em momentos impensados, as concessões foram além dos limites do território”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, ainda quer usar da palavra? Os últimos serão os primeiros. Esperamos a sua inteligência sintética para encerrar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, V. Ex^a pode marcar efetivamente no máximo cinco minutos.

Farei apenas um registro da importância que foi a reunião de hoje, pela manhã, da Comissão Especial composta por 11 Deputados, 11 Senadores, que debate a questão de uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também do benefício dos 22 milhões de aposentados e pensionistas.

Fiquei muito feliz nesta manhã, porque convidamos os Presidentes de oito centrais sindicais e todos estiveram aqui conversando conosco, fazendo depoimento na Comissão Especial. E quero, de público, agradecer ao Presidente da CGT – Central Geral dos Trabalhadores, Antônio Fernandes dos Santos Neto, que fez um belíssimo depoimento sobre a importância de uma grande mobilização para recuperar os benefícios dos aposentados e pensionistas e, também, do salário mínimo. Agradeço ainda a Canindé Pegado, Secretário-Geral da CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores; a João Felício, Presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores; a Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da CCT – Coordenação Confederativa dos Trabalhadores; a Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, que também esteve presente, assim como os outros presidentes, fazendo depoimento em defesa dos aposentados e dos trabalhadores; a José Calixto Ramos, Presidente da nova Central dos Trabalhadores – NCST; e, ainda, ao Presidente de Educação da CAT – Central Autônoma de Trabalhadores, Erledes Elias da Silveira.

Foi um belo debate, Sr. Presidente, do qual participaram Senadores e Deputados. E todos disseram

que este é um momento histórico. Pela primeira vez na história do Congresso Nacional, há uma comissão mista com esse objetivo. Ficou claro que, já na próxima segunda-feira, dia 13, haverá neste plenário uma sessão de debates sobre a situação dos aposentados e pensionistas, ou seja, sobre a recomposição das perdas, que já chegam a mais ou menos 80%. Debateremos também a valorização de uma política permanente de recuperação do valor do mínimo.

Dia 14 haverá outra audiência pública com os líderes dos aposentados, e, na próxima terça-feira, faremos um debate com os líderes dos empresários. Já confirmaram presença sete presidentes das confederações dos empresários, que darão sua opinião sobre esse tema referente aos aposentados e pensionistas.

Como me comprometi com V. Ex^a, Senador Mão Santa, encerrarei. Voltarei, com certeza, inúmeras vezes para debater o tema: recuperação do salário mínimo e valorização dos aposentados e pensionistas, porque, infelizmente, se nada for feito – e por isso estou articulando essa grande mobilização –, eles poderão receber, quem sabe, no máximo 5%, enquanto o salário mínimo chegará a, no mínimo, 17% de reajuste.

Houve também, com o apoio unânime desta Casa, uma campanha nacional para se aprovar um projeto de nossa autoria, que acaba com o famigerado fator previdenciário. Esse famigerado fator previdenciário, no ato da aposentadoria dos cerca de 40 a 50 milhões de brasileiros que estão contribuindo para a Previdência, reduz em 30% os vencimentos.

Então, parabéns ao conjunto do movimento sindical. Tomara que derrubemos rapidamente tanto essa lei que reduz os vencimentos dos futuros aposentados como aquela que não permite que haja o mesmo percentual de reajuste em relação ao salário.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado, Senador Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a justeza da palavra. V. Ex^a cumpriu os cinco minutos.

Agora, Senador João Batista Motta e Senadora Heloísa Helena, quero lembrar a Casa que não vamos abrir mão da Constituição de Deus, onde está escrito: “Sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito”.

Quero lembrar ao orador, que já está na tribuna, que esta sessão começou às 10 horas da manhã, e vai completar já, já, daqui a oito minutos, sete horas de sessão. Então, está na Bíblia: “Há tempo de começar

e há tempo de terminar”. Portanto, impreterivelmente, às 17h, darei por encerrada esta sessão.

V. Ex^a, com a sua inteligência, que é muito maior do que o tamanho físico, vai ter a capacidade da síntese.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Mão Santa, que preside a sessão esta tarde, queria lhe agradecer inicialmente pela gentileza de ainda me conceder a palavra. Tentarei ser o mais breve possível, mas V. Ex^a já foi tão generoso comigo que, talvez, possa deixar passar um minutinho ou dois, para que possa externar a totalidade do nosso pensamento hoje.

Sr. Presidente, mais um crime aconteceu no meu Estado, no último dia 29 precisamente. Desta vez a vítima foi um trocador de ônibus do sistema de transporte urbano da Grande Vitória. Um rapaz bom, humilde, honesto e trabalhador foi assassinado em seu posto de trabalho, às 4h da madrugada. Revoltado com o fato, o sindicato da classe ordenou, em forma de protesto, a paralisação de toda a frota de ônibus da Grande Vitória. A população, por sua vez, também revoltada pela falta de transporte inesperadamente, promoveu um quebra-quebra e destruiu quase 30 ônibus, causando um enorme prejuízo para toda a sociedade. Foi um verdadeiro efeito dominó.

Os motivos do crime ainda não foram constatados. Algumas pessoas dizem que tudo pode ter sido provocado por uma disputa pelo comando do sindicato, já que o jovem assassinado era um sindicalista. Outros dizem tratar-se de um crime passional. A Polícia, por sua vez, trabalha com uma única certeza: o crime foi de mando. **O Bom Dia, Espírito Santo**, da TV Gazeta, dirigido pelo jornalista Abdo Chequer, entrevistou, no último dia 31, alguns especialistas no assunto e, representando o sentimento popular, passou a certeza de que, de fato, o único responsável era o Estado.

Ao ouvi-lo, os mais desavisados podem ter ficado com a impressão de que ele se referia ao Estado do Espírito Santo. Mas, na realidade, tratou-se de uma referência ao Estado brasileiro.

É evidente que o Estado não pode ser responsabilizado pelo fato de alguém ter sido traído pela mulher ou pela namorada, ou ainda por um maluco qualquer que deseje impedir a eleição de alguém que dispute um cargo em um sindicato. Não podemos confundir a população com afirmações desse tipo. Mas está claro que o Estado brasileiro, Senadora Heloísa Helena, é

o culpado. Está pecando por omissão. Principalmente o Governo Federal, que nunca faz a sua parte, permitindo que o País viva à deriva, sem leme, sem rumo, sem focar em projetos estruturais.

O Governo Federal é culpado, sim, porque está entregando nosso País aos estrangeiros e nos deixando sem oportunidades. Os brasileiros não são donos do aço que produzem, nem fabricam automóveis e telefones. Nossa produção agrícola já não é vendida aos nossos consumidores. Somos obrigados a conviver com os atravessadores estrangeiros, que abocanham a maior parte dos lucros. Nossas riquezas naturais, como minério e rochas ornamentais, estão indo para o exterior sem valor agregado, sem aproveitamento da mão-de-obra brasileira e ainda sem qualquer contribuição para o Orçamento nacional ou para a Previdência.

Agora mesmo, e com o aval desta Casa, o Brasil está entregando, pela força da tropa de choque do Governo Federal, nossas florestas aos estrangeiros, tão bem representados por ONGs abastecidas de dólares e com capacidade de manipular incautos Ministros brasileiros. O que nos tem salvado, Sr. Presidente, é uma maravilhosa safra de Governadores que temos hoje: Paulo Hartung, no Espírito Santo; Geraldo Alckmin, em São Paulo; Aécio Neves, em Minas Gerais; Germano Rigotto, no Rio Grande do Sul; Zeca do PT, Simão Jatene, Roberto Requião, Lúcio Alcântara, Jarbas Vasconcelos, Marconi Perillo, Eduardo Braga, Luiz Henrique, Joaquim Roriz e tantos outros, que têm lutado desesperadamente, Senador Mão Santa, para garantir o crescimento das riquezas de seus Estados, o desenvolvimento de suas economias e gerar empregos para a sua gente.

Infelizmente, entretanto, são obrigados a conviver com a inércia do Governo Federal. Um Governo que agora gasta suntuosas quantias em publicidade. Propaganda, diga-se de passagem, enganosa, feita para iludir o povo e com a tentativa de usurpar o trabalho desses Governadores para tentar se reeleger.

No meu Estado, por exemplo, o Governador Paulo Hartung recuperou as finanças públicas, recuperou estradas para o escoamento de nossos produtos e para a segurança de nossos motoristas, isentou de tributos vários gêneros de primeira necessidade, gerou centenas de novos empregos e incentivou a indústria e o comércio, como nunca havia acontecido antes.

A verdade é que, no Espírito Santo, investidores e trabalhadores são tratados com a mesma dignidade. Essa é a fórmula do sucesso. É dessa forma que estamos garantindo igualdade de oportunidades a todos, gerando empregos e distribuindo renda.

A mesma coisa, tenho certeza, está acontecendo em muitos Estados brasileiros. O fato é que o Governo Federal é que tem emperrado o desenvolvimento socioeconômico do País. Sem políticas públicas bem definidas, ele tem sido obstáculo ao crescimento, e já é mais que hora de mudarmos essa triste realidade.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a excedeu apenas um minuto de seu tempo. Assim, não poderíamos cortar sua cabeça, como fizeram com o João Batista que lhe antecedeu.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Atentai bem, são 17 horas e um minuto, Senadora Heloísa Helena! Esta sessão começou às 10 horas, depois de termos varado a noite aqui, para aprovar uma nova legislação a respeito da Amazônia.

Quero salientar não só o dever de trabalho que têm os Senadores, mas também o dos funcionários e o da instituição Senado Federal, na grandeza de Cristo, que nos está a observar, e de Rui Barbosa e de todos os servidores, tão bem representados por esse exemplo de servidor público que é Raimundo Carreiro Silva.

Quis Deus estar presente nesta sessão um dos Prefeitos do Piauí, do nosso Delta, do litoral, o Prefeito Toinzinho, que anda por aí buscando recursos. Votou no Presidente da República, votou no PT, na esperança de conclusão do porto de Luís Correia, um sonho do Piauí, em que foram investidos US\$90 milhões. Mas eram necessários US\$100 milhões para a sua conclusão.

Um dos melhores Parlamentares do meu Estado, José Auto de Abreu, que transformou o dia 19 de outubro em Dia do Piauí, disse que acreditava que a morte fosse como um naufrágio e que esperava que a sua ocorresse nas praias do Piauí, para que, quando fizesse um último esforço, avistasse as luzes do porto de Luís Correia.

Bastaria apenas, Presidente Lula – atentai bem e aprendei! – uma hora. Se Vossa Excelência parasse de pagar os juros por uma hora, economizaria US\$10 milhões. Em respeito ao Piauí e ao nosso sonho, estaria concluído o porto de Luís Correia.

Essa é a reflexão que deixo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição recebidas da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2006
(Nº 7/2003, na Câmara dos Deputados)

Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º, 5º e 6º:

"Art. 198.

.....

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício."(NR)

Art. 2º Após a promulgação desta Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ORIGINAL

Nº 7, DE 2003

acrescenta §§ ao art. 198 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Acrescenta os seguintes §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal:

"Art. 198.....

.....

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação da atividade de agente comunitário de saúde e agentes de combate às endemias.

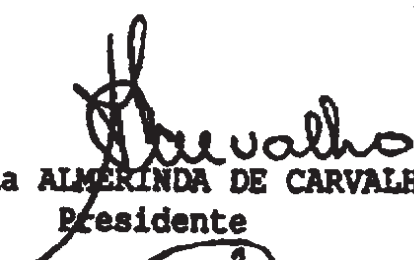
§ 6º Além das hipóteses previstas no art. 41, § 1º e 169, § 4º, o servidor que **exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agentes de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício."**

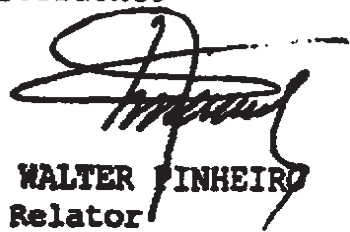
Art 2º. Após a promulgação da presente Emenda, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, o Distrito Federal ou os Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da Lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o §4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município, ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

Art. 3º. Esta emenda constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.


Deputada ALMERINDA DE CARVALHO
Presidente


DEPUTADO WALTER PINHEIRO
Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....
Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

.....
§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....
Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - os percentuais de que trata o § 2º; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

.....

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2006
(Nº 347/96 ,NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Modifica o art. 57 da Constituição Federal.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

.....
§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

.....
§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

.....
II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

....."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

***PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ORIGINAL**

Nº 347 , DE 1996

Modifica o art. 57 da Constituição Federal.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

.....
§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
.....

§6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I -
II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação....."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de janeiro de 2006.

* Republicado em virtude de incorreções no avulso anterior (20/01/2006)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Seção VI DAS REUNIÕES

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

- I - inaugurar a sessão legislativa;
- II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;
- III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;
- IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§ 4º - Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 5º - A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 6º - A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente- Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de hoje, 02 de fevereiro

de 2006, do Senado da República, que teve início às 10 horas e se encerra às 17 horas e 04 minutos, sob a supervisão do nosso Secretário-Geral da Mesa, Sr. Raimundo Carreiro Silva.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 04 minutos.

(OS Nº 10556/06)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA **Nº 001 , DE 2006**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL,
no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante no Processo nº 018.776/03-5,

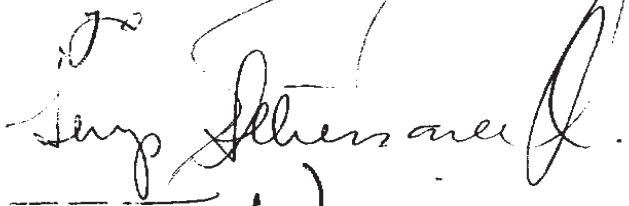
RESOLVE:

Readaptar o servidor **JOSÉ MARIA DE MOURA DA SILVA**, matr. 5059, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade de Segurança, Nível II, Padrão 30, para o cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 24 da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 447 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 1972.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2006.


Senador Renan Calheiros
Presidente


Senador Antonio Carlos Gomes


Senador Sérgio Guerra


Senador João Viana

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 034 , DE 2006

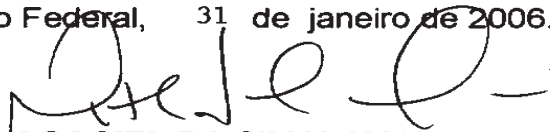
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar os servidores Vladimir A. Spinoza, Matrícula 54358, Ricardo de Figueiredo Costa, matrícula 34372, Vanildo Batista da Silva, matrícula 25255 e Raimundo Lopes de Alencar, matrícula 20233 para integrarem como membros, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 027 de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de elaborar levantamentos, estudos, propostas e soluções, com vistas aos ajustes ergométricos no acervo mobiliário, de recursos tecnológicos, de comunicação e reformas de engenharia, necessários ao acesso às dependências do Senado Federal e manutenção da qualidade de vida das pessoas portadoras de limitações físicas, sensorial ou mental.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 31 de janeiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 035 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e o Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2005 combinados ao art. 3º do Ato do Diretor-Geral nº 1610, de 2005, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o policial **GLEUTON ROCHA TAVARES**, matrícula 5292-1, em substituição ao policial **DANILO RURIK PERIQUITO SAD**, matrícula nº 5046-8, para presidir os inquéritos policiais instituídos pelas Portarias do Diretor-Geral nº 107, 123, 148, 160, 176, e 179 de 2005 e a de nº 20, de 2006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 01 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 036, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e

Considerando as disposições contidas no art. 56, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

considerando a Decisão Normativa nº 71, do egrégio Tribunal de Contas da União que define, para 2006, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar contas relativas ao exercício de 2005, na forma estabelecida pelos artigos 4º, 7º, 8º, 14, 15 e 19 da Instrução Normativa TCU 47, de 27 de outubro de 2004;

considerando que à elaboração do Relatório Anual das Contas do Presidente do Senado Federal, deverão ser incluídos os elementos indicados no Aviso nº 14/2005-Gab Min. VC, da lavra do Ministro-Relator das Contas do Governo da República;

considerando, ainda, a recomendação constante no Ofício nº 001/2006 da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial, Nível I, incumbida de elaborar, nos prazos estabelecidos, os seguintes Relatórios referentes ao exercício de 2005:

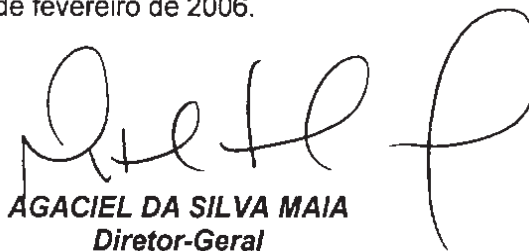
I - Relatório Anual das Contas do Presidente do Senado Federal – até 13 de abril de 2006;

II - Relatório de Gestão do Senado Federal – até 30 de junho de 2006.

Art. 2º Designar para compor a Comissão Especial os servidores, **JOÃO HENRIQUE PEDERIVA**, mat. nº 53706, na qualidade de Presidente, **MARIA DAS GRAÇAS COSTA COELHO**, mat. nº 47007, na qualidade de Vice-Presidente, **SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO**, mat. nº 44626, **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**, mat. nº 55855, **JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA**, mat. nº 56033, **RONALDO JORGE ARAÚJO VIEIRA JÚNIOR**, mat. 183432 e **ZANETH NAZARÉ DE OLIVEIRA**, mat. nº 53123, na qualidade de membros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

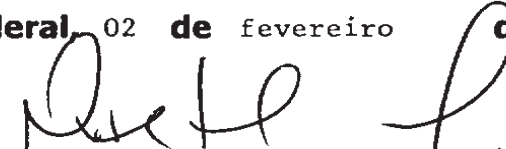
Senado Federal, 1º de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 037 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a nova redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, RESOLVE prorrogar, até 31 de março de 2006, os trabalhos da Comissão Especial instituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 968/04.

Senado Federal, 02 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 038 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

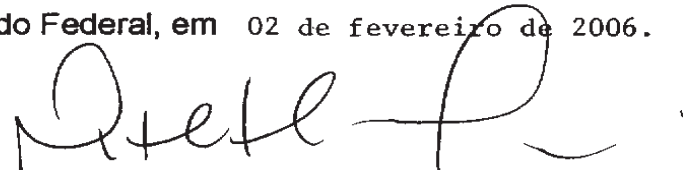
R E S O L V E:

I – Instituir Comissão Técnica Especial, incumbida de promover análise e estudos técnico-administrativo à proposta de aquisição constante no Processo nº 018942/05-9.

II - Designar os servidores JOSE ALEXANDRE LIMA GAZINEO, (Diretoria-Geral Adjunta); ANTONIO CARLOS COSTA SANTOS (Advocacia-Geral); e, HUGO LEONARDO DA ROCHA CANUTO (Serviço de Administração da Rede Telefônica), para, sob a presidência do Primeiro, integrarem a presente Comissão Técnica Especial, com prazo máximo de 20 (vinte) dias para a conclusão de seus trabalhos.

III - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P O R T A R I A
Nº 039 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

prorrogar os trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 166, de 2005, objeto do Processo nº 016.597/05-2, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos, a partir do dia 1 de fevereiro de 2006.

Senado Federal, 02 de fevereiro de 2006



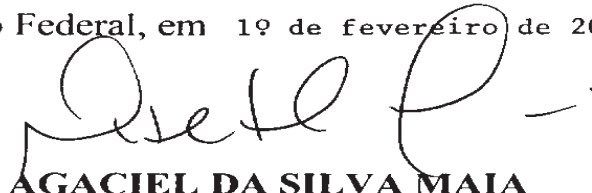
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 203 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **018819/05-2**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 114, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal nº 3407, de 24/01/2006, e repristinar o Ato do Diretor-Geral nº 4152, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal nº 3373, de 05/12/2005.

Senado Federal, em 19 de fevereiro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 204 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO MÁRIO RIBEIRO BARROS, matrícula nº 42472, e MARCOS TADEU GOMES CARNEIRO, matrícula nº 11633, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 008102/05-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de fevereiro de 2006.



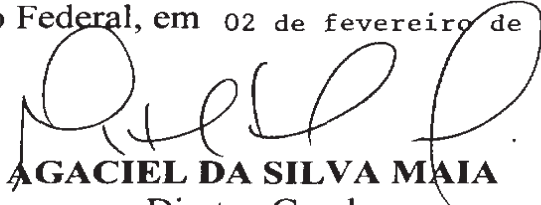
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 205 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **001599/06-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **VANESSA AMORIM MILIOLI BITTENCOURT**, matrícula n.º 175137, de Secretário Parlamentar para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



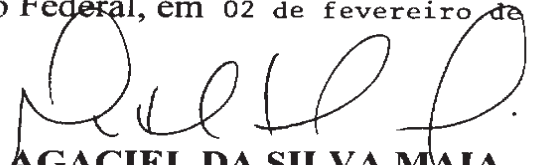
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 206 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **001602/06-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **GUILHERME RICARDO SCHMIDT**, matrícula n.º 179993, de Secretário Parlamentar para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



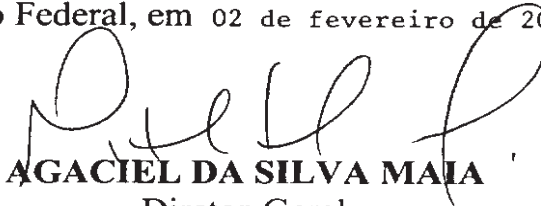
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 207 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **001600/06-0**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELIANE BOEING**, matrícula n.º 178886, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



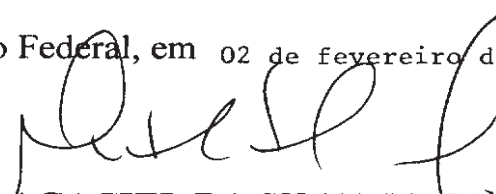
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 208 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **001638/06-8**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELAINE CRISTINA SANTOS CARVALHO**, matrícula n.º 189630, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



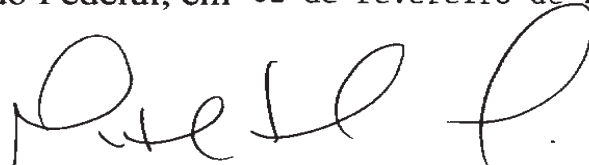
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 209 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001664/06-9,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO DOS SANTOS**, matrícula n.º 167920, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, a partir de 1º de fevereiro de 2006.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

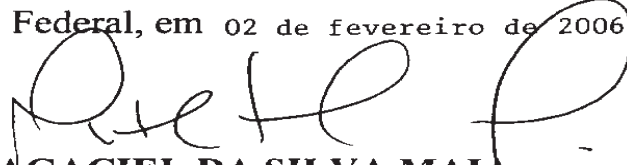

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 210 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001668/06-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA MARIA DE SOUZA PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula n.º 173918, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

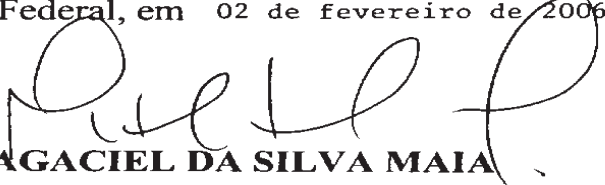

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 211 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **001367/06-4** e **001639/06-4**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 189, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3412, de 31/01/2006, que nomeou **CLEITON SOUZA SANTOS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

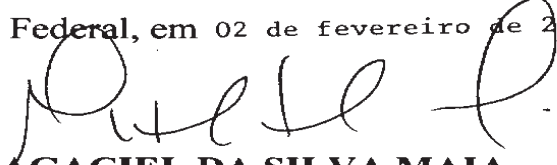

AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 212 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001639/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

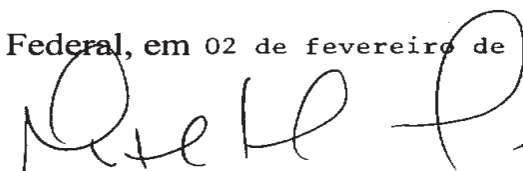

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 213 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001639/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FÁBIO LUIZ DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



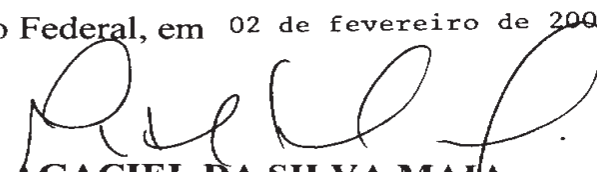
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 214 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001601/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA VICTÓRIA HERNANDEZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



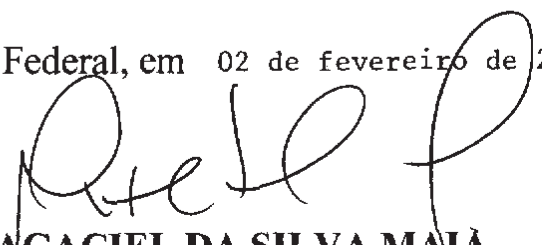
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 215 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001669/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THEREZA RAFAEL ESPINDOLA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

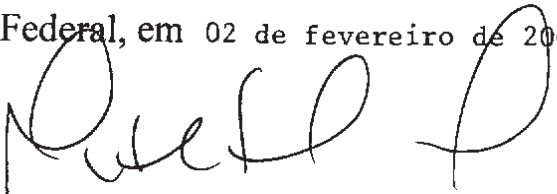

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 216 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **001640/06-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TÂMARA PRATA DE SANTANA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 217 , DE 2006

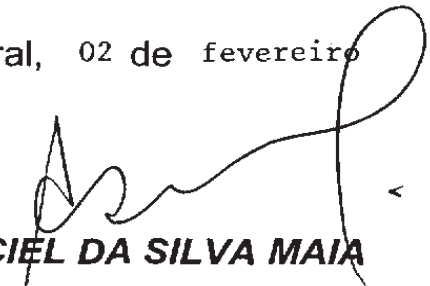
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ADRIANO FERNANDES GOMES**, matrícula nº 52842, e **JACSON BITTENCOURT QUEIROZ**, matrícula nº 52970, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000070/04-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 218 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001635/06-9,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO CÉSAR BRAGA PERDIGÃO, matrícula 10513, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, a partir de 31 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 02 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 219 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001592/06-8,

RESOLVE designar o servidor NASCIMENTO FERREIRA GOMES, matrícula 17994, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 31 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 02 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 220 , DE 2006

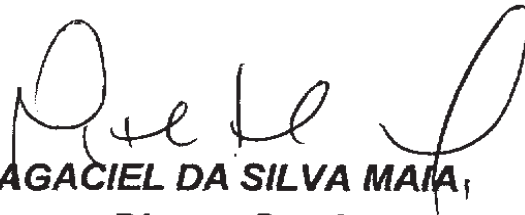
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores HAMILTON SILVA, matrícula nº 29406, e CELSO ANTONIO MARTINS MENEZES, matrícula nº 30548, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 001866/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de fevereiro de 2006.

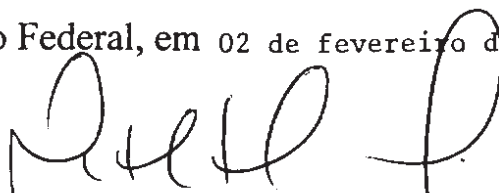

AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 221 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001649/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOAQUIM DE FREITAS RUIZ**, matrícula n.º 185430, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, a partir de 26 de janeiro de 2006.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

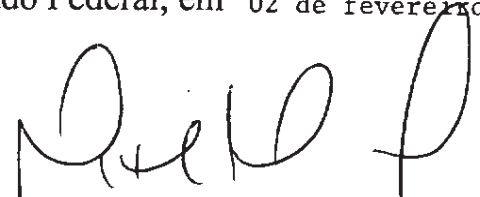

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 222 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001704/06-0,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTÔNIO INOCÊNCIO LIMA**, matrícula n.º 148511, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador José Jorge, a partir de 1º de fevereiro de 2006.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

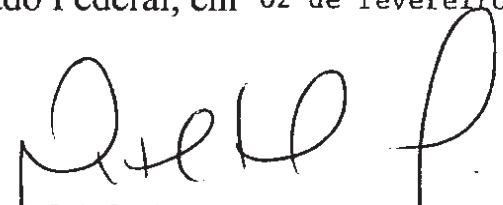

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 223 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 020551/05-3,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **IVO DA MOTTA AZEVEDO CORRÊA**, matrícula n.º 192676, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 20 de fevereiro de 2006.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

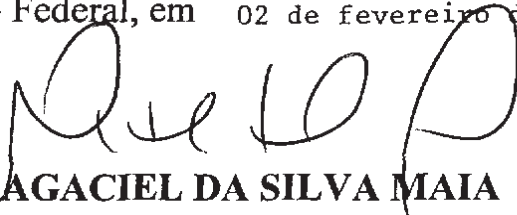

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 224 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001665/06-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IDYANARA DE OLIVEIRA LAPENDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.

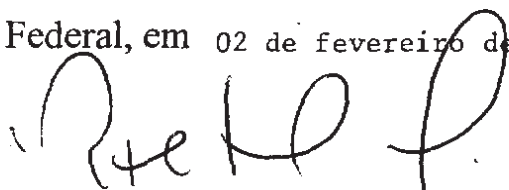

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 225 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001747/06-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAFAELA BARRETO GUEDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 02 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 226 , DE 2006

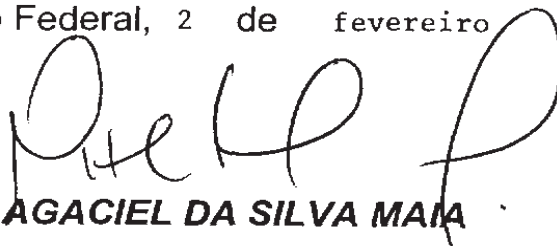
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUIS CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 33793, e ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 13125, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 019931/05-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 227 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001557/06-8,

RESOLVE designar a servidora **DENISE PITREZ DE PITREZ**, matrícula 42988, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, a partir de 30 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

- ⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
- ⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.
- ⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
- ⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 180 PÁGINAS